

Rafael Oliveira Dias

**ORIGENS, IDEIAS E PERCURSO DO MOVIMENTO
FEDERALISTA PORTUGUÊS-PARTIDO DO
PROGRESSO**

Dissertação de Mestrado em História Contemporânea, orientada pela
Professora Doutora Paula Borges Santos, apresentada ao Departamento de
História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da
Universidade de Coimbra

Junho de 2022

FACULDADE DE LETRAS

ORIGENS, IDEIAS E PERCURSO DO MOVIMENTO FEDERALISTA PORTUGUÊS- PARTIDO DO PROGRESSO

Ficha Técnica

Tipo de trabalho	Dissertação
Título	Origens, Ideias e Percurso do Movimento Federalista Português- Partido do Progresso
Autor	Rafael Oliveira Dias
Orientadora	Doutora Paula Borges Santos
Júri	Presidente: Doutora Maria do Rosário Barbosa Morujão Vogais: 1. Doutor Fernando Manuel Santos Martins 2. Doutora Paula Borges Santos
Identificação do Curso	2º Ciclo em História
Área científica	História
Especialidade/Ramo	História Contemporânea
Data da Defesa	22 de Julho de 2022
Classificação	19 Valores



Agradecimentos

A presente dissertação é resultado de uma labuta árdua e plena de dedicação, não sendo possível a sua conclusão sem o inestimável contributo de algumas pessoas a quem não posso deixar de agradecer.

Desde logo e primeiramente, à Professora Doutora Paula Borges Santos, responsável por manter viva a paixão pela história num período conturbado da minha vida, com uma dedicação infundável na orientação deste trabalho, sendo a primeira responsável pela execução da presente dissertação. Agradeço-lhe penhoradamente, pelas conversas académicas e oficiosas, bem como contributos permanentes, nunca abdicando do padrão de exigência necessário aos melhores resultados.

Estendo também um cumprimento muito especial aos colegas de mestrado pelas salutares discussões travadas, bem como agradáveis conversas, que decerto enriqueceram a minha cultura historiográfica. Deixo um singelo cumprimento ao Jorge Cruz, ao João de Sousa, ao Daniel Oliveira, bem como ao José Caetano e à Diana Costa. Deixo também um agradecimento à Mariana Reis e Castro pela ajuda prestada ao longo deste percurso e ao Professor Doutor João Avelãs Nunes pela sinceridade e sentido bonacheirão com que oferece o gosto pela história aos seus alunos.

Quero também agradecer o tempo dispensado e a dedicação para com esta investigação ao Dr. José Miguel Júdice, ao Dr. José Valle de Figueiredo, ao Dr. Diogo Pacheco de Amorim, Dr. Manuel Rebanda e ao Eng. José Luís Andrade. Agradecendo também ao Doutor Jaime Nogueira Pinto a entrevista que me dispensou numa outra ocasião, mas de extrema utilidade nesta dissertação.

No foro particular, quero deixar um enorme agradecimento à minha família, sobretudo ao meu pai pelo apoio, e ao meu irmão pela candura que me empresta. Deixo também um

agradecimento especial ao Sebastião Barbosa, melhor amigo de todas as horas, pela amizade que me dispensa.

Por último, deixo uma dedicatória muito especial, com saudade, à minha mãe, Susana Cristina Alves Oliveira, à minha avó, Maria Alice Lopes Alves, e ao meu avô, Manuel José Nunes Dias. Um obrigado por tudo o que me puderam dar, na certeza de que não será em vão.

RESUMO

ORIGENS, IDEIAS E PERCURSO DO MOVIMENTO FEDERALISTA PORTUGUÊS-PARTIDO DO PROGRESSO

Procurando contribuir para a construção de um conhecimento historiográfico ainda incipiente no que concerne a uma esfera de actores e agentes políticos ultrapassada pelo ritmo frenético dos acontecimentos revolucionários, que se situava, circunstancial e ideologicamente, à direita do processo revolucionário de transição para a democracia, esta dissertação trata de um dos principais movimentos partidários da direita política no período pós-revolucionário de Abril de 1974, o Movimento Federalista Português-Partido do Progresso.

Para tal desiderato, é pertinente processar-se contextualmente o próprio período histórico sob a lente deste actor político, relacionando paralelamente a conjuntura histórico-política com as vicissitudes do partido, mormente a sua relação com as instituições do poder revolucionário, bem como o seu relacionamento com outros movimentos político-partidários. Iniciando, inclusive, a narrativa a partir dos anos do fim do Estado-Novo, onde se localizam as coordenadas históricas, políticas e ideológicas do MFP-Partido do Progresso- sedeadas na Alma Mater da maioria do escol dirigente do futuro partido, a Universidade de Coimbra, de onde emana o âmago doutrinário nacionalista-revolucionário que entroncará substancialmente na cosmovisão do MFP-Partido do Progresso- , mas indo também além da sua extinção enquanto partido após a malograda manifestação da “Maioria Silenciosa” de 28 de Setembro de 1974, estabelecendo traços comuns no percurso político seguido pelos seus dirigentes, particularmente no que concerne à militância clandestina no MDLP do general Spínola. Não obstante, é a busca pela caracterização ideológica do partido e consequente arquétipo doutrinário, bem como dos seus vectores estruturantes de acção política, que constituem o âmago da presente dissertação, por forma a categorizar assertivamente o MFP-Partido do Progresso dentro do espectro político-ideológico estrutural e epocal.

Palavras-Chave: MFP-PP, Federalismo, Nacionalismo, Spínoismo, Contra-Revolução

ABSTRACT

ORIGINS, IDEAS AND COURSE OF THE MOVIMENTO FEDERALISTA PORTUGUÊS- PARTIDO DO PROGRESSO

Aiming to contribute towards an historiographic know how that still is quite insufficient when it comes to actors and political figures, that were overlooked due to incessant pace of the revolutionary actions, and that did reside to the right of the revolutionary process of democratic transition, this dissertation deals with one of the main party movements of the political right at the post-revolutionary period of April 1974, the MFP-Partido do Progresso.

For this purpose, it will not be negligible to contextually process the historical period itself under the lens of this political actor, paralleling the historical-political situation with the vicissitudes of the party, especially its relationship with the institutions of revolutionary power as well as the relationship with other party political movements. Even pulling the tape to the ending days of the Estado-Novo, where the historical, political and ideological coordinates of the MFP-Partido do Progresso lies on- based in the Alma Mater of the majority of the directory of the future party, the University of Coimbra, from where the nationalist-revolutionary doctrinal core emanates, wich will substantially influence the cosmovision of the MFP-Partido do Progresso-, but also going beyond its extinction as a party after the unsuccessful demonstration of the “Silent Majority” of September 28, 1974, establishing traces common in the political path followed by its leaders, particularly with regard to clandestine militancy in general Spínola's MDLP. Nevertheless, it is the search for the ideological characterization of the party and the consequent doctrinal archetype, as well as its structuring vectors of political action, which constitute the main thrust of this dissertation.

Keywords: MFP-PP, Federalism, Nationalim, Spinolism, Counter-Revolution

ÍNDICE

ABREVIATURAS	1
INTRODUÇÃO	4
CAPÍTULO I- ORIGENS DO MFP-PP	16
A Arrancada do Nacionalismo-Revolucionário na Década de 60	17
O Grupo da Cooperativa Cidadela	24
Relações e Movimentos do Grupo da Cooperativa Cidadela	34
A Ligação dos Nacionalistas-Revolucionários com o General Spínola	42
O Nacionalismo Integracionista de Fernando Pacheco de Amorim	46
CAPÍTULO II-RELACIONAMENTO DO MFP-PP COM AS INSTITUIÇÕES DO PODER E OUTRAS FORÇAS PARTIDÁRIAS	51
Estruturação do MFP-PP	56
Relações político-partidárias do MFP-PP	69
O envolvimento do MFP-PP na “Maioria Silenciosa” de 28 de Setembro	80
CAPÍTULO III- IDEIAS E POSIÇÕES DO MFP-PP	84
O Nacionalismo do MFP-PP	89
Terceira-via socioeconómica do MFP-PP	97
CAPÍTULO IV- A MILITÂNCIA TRANSITÓRIA DO MFP-PP NO PÓS-28 DE SETEMBRO	104
Extinção do MFP-PP	104
O envolvimento político dos dirigentes do MFP-PP na Contra-Revolução	109
CONCLUSÃO	122
FONTES/BIBLIOGRAFIA CONSULTADAS	127
I Fontes Impressas	127
II- Fontes Orais	129
BIBLIOGRAFIA	129

ABREVIATURAS

ANP	Associação Nacional Popular
CDS	Centro Democrático Social
CECA	Comunidade Europeia do Carvão e do Aço
CEE	Comunidade Económica Europeia
CESV	Centro de Estudos Sociais Vector
DICOPSE	Difusão de Conhecimentos Políticos Sociais e Económicos
ELP	Exército de Libertação Português
FDU	Frente Democrática Unida
FNA	Frente Nacional Angolana
FNLA	Frente Nacional de Libertação de Angola
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
FRA	Frente de Resistência Angolana
FSP	Frente Socialista Popular
GNR	Guarda Nacional Republicana
LPG	Liga Popular dos Guinéus
MAP	Movimento de Acção Portuguesa
MDLP	Movimento Democrático de Libertação de Portugal

MDP-CDE	Movimento Democrático Português – Comissão Democrática Eleitoral
MES	Movimento de Esquerda Socialista
MFA	Movimento das Forças Armadas
MFP-PP	Movimento Federalista Português – Partido do Progresso
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
MPP	Movimento Popular Português
ONU	Organização das Nações Unidas
OTUC	Oficina de Teatro da Universidade de Coimbra
PAIGC	Partido Africano para a Independência de Guiné e Cabo Verde
PCP	Partido Comunista Português
PDC	Partido da Democracia Cristã
PIDE-DGS	Polícia Internacional e de Defesa do Estado – Direcção Geral de Segurança
PL	Partido Liberal
PPD	Partido Popular Democrático
PPM	Partido Popular Monárquica
PROGRAMA	Associação de Estudos para o Progresso Nacional

PS	Partido Socialista
PSDI	Partido Social-Democrata Independente
PSP	Polícia de Segurança Pública
PTDP	Partido Trabalhista Democrático Português
RTP	Rádio e Televisão de Portugal
SEDES	Sociedade de Estudos para o Desenvolvimento Económico e Social
UDC	União Democrata de Cabo Verde
UDT	União Democrática Timorense
UNITA	União Nacional para a Independência Total de Angola
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

INTRODUÇÃO

A escolha de um actor político tão exíguo temporalmente e heteróclito na sua conjuntura espaço-política, a jusante de um período revolucionário, como objecto de estudo poderia indiciar a sua irrelevância histórica, tendo ainda em conta a dinâmica grupuscular da época que originou a miríade de movimentos políticos da esquerda à direita que chegou a um total de cerca de 50 novos partidos só entre Abril e Novembro de 1974¹. Todavia, o Movimento Federalista Português, depois Partido do Progresso, pela sua lógica de acção agregadora e pelo seu pragmatismo actuante na execução de alianças tácticas concernentes às suas prioridades políticas ², a que subjaz uma profundidade doutrinária assinalável dentro do seu campo político, granjeia um protagonismo distinto, patenteado na proximidade ao general António de Spínola e proeminente na sua área política- a da direita portuguesa estrutural enquanto conjunto de valores intemporais, que extravasam qualquer regime político epocal, em detrimento de uma direita circunstancial, cujo seu posicionamento político emana através de um eixo gravitacional ideologicamente enviesado à esquerda, tendo sido consentida pelo autoritarismo militar que conduziu o processo de transição português³.

Por direita política, noção sobejamente solicitada ao longo da presente dissertação, parte-se, desde logo, da tradição de pensamento portuguesa, sobejamente ligada às concepções continentais, alemãs e francesas, em detrimento da tradição anglo-saxónica, desde os primórdios da clivagem entre esquerda e direita, após a Revolução Francesa de 1789. Devedora da construção do pensamento contra-revolucionário oitocentista cuja base do discurso e obras do tradicionalismo português assentou sobejamente na construção ideológica erigida pelos principais autores continentais como Barruel, Bonald e De Maistre⁴. Não foi enfeitada a influência de Burke, mas cingindo-se a sua influência mormente à rejeição da ordem política revolucionária, âmago do seu pensamento contra-revolucionário, e à afirmação da continuidade permanente de uma axiologia de valores políticos e sociais sedeada numa

¹ SOUSA, Marcelo Rebelo de – *Os partidos Políticos no Direito Constitucional Português*, Braga, Livraria Cruz, 1984

² “Coligação FDU”, *Tribuna Popular*, 3 de Setembro de 1974, nº5, pág.1; cf. “*Tribuna Popular* da opinião à informação”, *Tribuna Popular*, nº0, 24 de Julho de 1974, pág.3

³ Esta premissa será depois explanada no II e III capítulos, contudo pode observar-se em: “3 meses depois, a estratégia da direita portuguesa”, *Expresso*, 7 de Setembro de 1974, pág.2; cf. “O Partido do Progresso visto através do seu arsenal”, *Expresso*, 5 de Outubro de 1974, pág.16; cf. RODRIGUES, Avelino; BORGIA, Cesário; CARDOSO, Mário- *Portugal Depois de Abril*, Lisboa, António dos Reis, 1976, pág.74; e ainda: AMARAL, Diogo Freitas de- *O Antigo Regime e a Revolução: memórias políticas (1941-1975)*, Venda Nova, Bertrand Editora, 1996, pág.171, 180 e 244

⁴ LOUSADA, Maria Alexandre- Portugal em guerra: a reacção anti-liberal miguelista do século XIX, capítulo II, pág.86, in *Ideias e Percursos das Direitas Portuguesas*, direcção de Riccardo Marchi, Lisboa, Texto Editora, 2014

concepção organicista da comunidade, valorizando o primado desta sobre o indivíduo racionalista do iluminismo, sendo o organicismo uma das raízes ideológicas da cosmovisão da direita que acompanhará a análise efectuada na presente dissertação.

Importa salientar a dissociação entre as correntes anglo-saxónicas e continentais dentro do pensamento das direitas para afirmar a identidade predominante do pensamento das direitas portuguesas alinhadas com a tradição ideológica continental até, pelo menos, à consolidação do postulado político de Ronald Reagan e Margaret Thatcher após a sua ascensão ao poder dentro do mundo anglo-saxónico no dealbar da década de 80 do século XX. É consensual que o dínamo das direitas no campo socioeconómico, para além de uma assunção genérica da superioridade empírica da iniciativa individual sobre a organização burocrática do Estado⁵, reside no primado da filosofia política sobre o reducionismo economicista subjacente às cosmovisões materialistas, cujo busílis são as relações da produção económica. Partindo desta base ideológica, destaca-se no pensamento das direitas continentais a visão nacionalista e estatizante, acentuando-se o primado do poder político sobre o económico, decorrente da ideia do Estado enquanto suporte político do seu projecto de sociedade, com um papel moderador, garante da ordem social e da autoridade das instituições que asseguram a lei e a disciplina⁶. Esta será a referência cardeal na análise das ideias e posições socioeconómicas que serão dissecadas ao longo da dissertação pelas razões supramencionadas, em detrimento das correntes anglo-saxónicas que relevam uma visão mais privatista e liberal, cépticas quanto ao papel do Estado na sociedade e economia⁷. No dualismo teórico aprofundado em Portugal pelo pensamento institucionalista de Adriano Moreira, a primazia analítica recairá sobre o prisma daquilo que Freitas do Amaral referindo-se ao pensamento de Adriano Moreira indica como “direita dos valores” em detrimento da “direita dos interesses”⁸.

É através do referido pilar ideológico do organicismo- consubstanciado na valorização gregária da comunidade, priorizando-a sobre o indivíduo, pela interligação do homem e da sociedade através de uma corrente de valores gerados pela comunhão de um destino comum sedeadado na partilha de uma convivência histórica mobilizadora de experiências e emoções intergeracionais que forjam um código deontológico e uma forma de vida distintivos⁹ - que a

⁵ PINTO, Jaime Nogueira- *A direita e as Direitas*, Lisboa, Bertrand Editora, 2018, pág.74, 103 e 112

⁶ AMARAL, Diogo Freitas do *et al- Uma Introdução à Política*, Lisboa, Bertrand Editora, 2014, pág.460; cf. PINTO, Jaime Nogueira- *A direita e as Direitas*, Lisboa, Bertrand Editora, 2018, pág.101

⁷ PINTO, Jaime Nogueira- *A direita e as Direitas*, Lisboa, Bertrand Editora, 2018, pág.100

⁸ AMARAL, Diogo Freitas do *et al- Uma Introdução à Política*, Lisboa, Bertrand Editora, 2014, pág. 393

⁹PINTO, Jaime Nogueira- *A direita e as Direitas*, Lisboa, Bertrand Editora, 2018, pág.79 e 113

direita política, conforme aqui se define, incorpora paulatinamente no seu património ideológico aquele que é, possivelmente, o seu maior traço distintivo, o patriotismo¹⁰. Concebido como nacionalismo na acepção mais radical do conceito, a definição primordial que aqui interessa afirmar, também por ser tangível para o exercício analítico, é a que se consubstancia no valor da nação, e, por corolário, na figura do Estado-nação, enquanto bem político primeiro que justifica toda a acção política e a política externa do Estado correspondente¹¹.

Outra das raízes ideológicas que entronca na definição de direita política que a presente dissertação abarca é a do pessimismo antropológico, é, de resto, esta postura céptica quanto ao homem e indivíduo que catalisa o vector organicista das direitas e, conseqüentemente, o empreendimento colectivo do Estado-nação. Na caracterização da direita política aqui tida em conta, mais do que a concepção hobbesiana concernente ao pessimismo antropológico - superada, em parte, na teoria e acção mobilizadoras da direita revolucionária¹², eixo ideológico preponderante no objecto de estudo escolhido-, este será tido em conta, sobretudo, enquanto posição filosófica pré-definida de rejeição. Não só para com a ideia de bondade rousseauiana, mas, sobretudo, a concepções teóricas de sociedades perfeitas e à ideia da racionalidade imanente do devir histórico enquanto sinónimo intrínseco de progresso, com um rumo irreduzível para um determinado fim¹³. Assentando, em contrapartida, o seu projecto de sociedade numa ideia cíclica da história de luta permanente de constantes avanços e recuos, progresso e regressão¹⁴. Dever-se-á também considerar a importância da terminologia circunstancial, isto é, a aplicação da dicotomia esquerda-direita a políticas ou acções concretas consoante o contexto e o momento histórico.

Assim, a dissecação das origens, a prossecução do seu percurso e, sobretudo, a caracterização das ideias e propostas do Movimento Federalista Português-Partido do Progresso são também parte integrante e sobeja da história de uma cosmovisão ideológica portuguesa substancial e de um rumo político alternativo sobre e para o processo revolucionário português como fenómeno total. Isto é: da letra do programa e dos objectivos propostos pelo Movimento das

¹⁰ *Ibidem*- pág.97

¹¹ AMARAL, Diogo Freitas do *et al*- *Uma Introdução à Política*, Lisboa, Bertrand Editora, 2014, pág.322

¹² PINTO, Jaime Nogueira- *A direita e as Direitas*, Lisboa, Bertrand Editora, 2018, pág.78

¹³ *Ibidem*- Pág.112

¹⁴ TORRAL, Luís Reis- Do tradicionalismo antiliberal ao “nacionalismo integral” e à “terceira via” dos “estados novos”, capítulo VII, pág.228, in *Ideias e Percursos das Direitas Portuguesas* direcção de Riccardo Marchi, Lisboa, Texto Editora, 2014

Forças Armadas para o futuro socioeconómico da comunidade portuguesa e geopolítico do Estado-nação Portugal. É, desta feita, de elementar importância contribuir para a construção de conhecimento historiográfico detalhado, todavia hoje ainda superficial e incipiente, sobre estes variados actores e agentes políticos do período revolucionário português que, tal como à esquerda, têm as suas similitudes e convergências ideológicas e políticas, mas longe de serem um bloco puro e meramente reaccionário e contra-revolucionário conforme são referenciados na generalidade paradigmática da historiografia produzida até à actualidade sobre o período revolucionário e a transição portuguesa para a democracia.

É, pois, partindo das motivações acima invocadas, -a montante da actualidade que esta teorização acarreta enquanto contributo para uma leitura retrospectiva das raízes e insuficiências sistémicas do presente quadro político-ideológico da democracia portuguesa- que a presente dissertação terá como âmago a caracterização ideológica do partido. Esta será tão profunda quanto possível derivada à sua breve existência temporal enquanto movimento político-partidário e subsequente escassez de fontes disponíveis, abarcando uma explanação intensiva do seu conseqüente arquétipo doutrinário, partindo das origens políticas subjacentes à fundação do MFP-PP, ou seja, dos núcleos intelectuais ideologicamente precursores, e depois participantes, do movimento. Para tal desiderato, procurar-se-á utilizar uma metodologia comparativa com o pensamento das suas referências filosóficas quanto às idiossincrasias políticas, maioritariamente internacionais, cujo exotismo conferirá originalidade na geometria política portuguesa a este movimento, depois constituído como partido. Esta análise será também extensível aos seus vectores estruturantes de acção política- para este exercício empírico priorizar-se-á uma análise descritiva e contextual do relacionamento do partido com as instituições do poder revolucionário e outras forças partidárias. Confluindo este fulcro, finalmente, numa catalogação holística do MFP-Partido do Progresso dentro do espectro político-ideológico estrutural e epocal.

No respeitante ao friso cronológico abarcado na presente dissertação, este baliza-se entre os anos do fim do Estado Novo, a partir do final da década de 60, e o final do período revolucionário de transição para a democracia, simbolicamente assinalado com os acontecimentos de 25 de Novembro de 1975. A estrutura da dissertação obedece a uma linha cronológica contínua, não obstante o período em causa ser muitas vezes credor de nexos causais frequentemente imprecisos entre os variados acontecimentos histórico-políticos. Privilegiam-se, assim, três frisos temporais específicos abordados em três capítulos

correspondentes. A escolha pelo referido período cronológico justifica-se pelas seguintes razões: no tocante ao período pré-revolucionário, por aí residirem as raízes políticas e ideológicas do MFP-PP, sendo, depois, o período revolucionário, numa fase inicial- entre os dias subsequentes ao golpe revolucionário de 25 de Abril de 1974 e o afastamento do general Spínola da presidência da República após o 28 de Setembro de 1974-, coincidente com o período em actividade do partido; por fim, no concernente ao período designado como “Processo Revolucionário Em Curso” (PREC), este é correspondente às movimentações contra-revolucionárias da direita portuguesa em que o escol do extinto MFP-PP toma parte.

A temporalidade do movimento e a atmosfera fervorosa, inseridas no início do período revolucionário português de 1974 caracterizam as condições de produção das fontes epocais utilizadas cujo maior enfoque, pelos motivos óbvios, redonda no órgão oficial do partido, o semanário *Tribuna Popular*. Tendo sido publicados 8 números conhecidos, desde o aparecimento do nº0, a 24 de Julho de 1974, havendo, assim, uma continuidade lógica da sua produção no devir da sua expressão cronológica, é nestas publicações que se revelam maioritariamente as relações de rivalidade com outros partidos, das quais se destaca a mantida com o PCP, e, por outro lado a sua política de alianças de que é corolário a Frente Democrática Unida com o Partido Liberal (PL) e o Partido Trabalhista Democrático Português (PTDP). No que cocerne às razões apontadas relativamente às condições de produção das fontes, mas sobretudo da sua conservação, durante o período revolucionário, destaca-se a hostilidade recorrente para com o MFP-PP das autoridades militares ligadas a um dos pólos de poder revolucionário, COPCON, culminou com a invasão e destruição da sede nacional do partido, bem como das suas sedes regionais. Este facto teve implicações estruturais no desaparecimento e obliteração de todo um acervo documental deveras importante para uma investigação deste tipo acerca do MFP-PP. Assim, revestiram-se de capital importância para este trabalho todo o tipo de documentos escritos- desde artigos em revistas e jornais a opúsculos e testemunhos memoriais vertidos em livro- de índole doutrinária e ideológica ou meramente política que indivíduos pertencentes à cúpula do partido- como Fernando Pacheco de Amorim, José Miguel Júdice, José Valle de Figueiredo ou António Marques Bessa- produziram ainda nos anos finais do Estado Novo-destacando-se aqui a profusão do pensamento escrito de Fernando Pacheco de Amorim acerca da questão ultramarina e da cooperativa livreira Cidadela liderada por José Miguel Júdice sobre temáticas de carácter social, económico e ultramarino ou os registos discursivos nacionalistas de José

Valle de Figueiredo e a sua participação em projectos como a revista *Combate e Política*- ou já após o final do processo de transição para a democracia, onde se destacam naturalmente as edições de memórias destes intervenientes. É, sobretudo, através deste espólio que se influíram as principais premissas e traços doutrinários do MFP-Partido do Progresso, a jusante do importante contributo em forma de entrevistas que o Dr. José Miguel Júdice amavelmente cedeu no decorrer desta investigação, um dos principais fundadores do partido em análise, bem como da cooperativa livreira Cidadela supramencionada. Nesse sentido, foram igualmente importantes os contributos recolhidos junto do Dr. José Valle de Figueiredo- líder do grupo nacionalista da revista *Combate*, e membro da Associação PROGRAMA ((Associação de Estudos para o Progresso Nacional), depois fundador do MFP-PP e responsável pelas suas ligações ultramarinas, era próximo do general António de Spínola, vindo a ser o representante do gabinete político do Movimento Democrático de Libertação de Portugal (MDLP) junto do general-, do engenheiro José Luís Andrade-dirigente do MFP-PP e também responsável por coordenar a juventude do partido-, do Dr. Diogo Pacheco de Amorim- igualmente fundador da Cidadela, sobrinho do líder do partido, Fernando Pacheco de Amorim, e também militante do partido e membro do Movimento Democrático de Libertação de Portugal (MDLP) ao longo do PREC- e do Dr. Manuel Rebanda, militante do nacionalismo-revolucionário junto da Cidadela e da Oficina de Teatro da Universidade de Coimbra, sendo depois dirigente do MFP-PP em Coimbra.

Ainda dentro do núcleo documental convém destacar algumas referências específicas. A obra de grande fôlego publicada por Jaime Nogueira Pinto acerca dos anos fim do Estado Novo, dos diversos motivos que levaram à sua queda e das variadas motivações das direitas nessa época é imprescindível para identificar as coordenadas políticas dos actores políticos desta área no contexto revolucionário¹⁵. As memórias publicadas do major Sanches Osório que nos oferecem uma contextualização rica do percurso do Movimento das Forças Armadas e dos dois primeiros governos provisórios sucedâneos à revolução de 25 de Abril de 74 sob uma lente spinolista, bem como das movimentações políticas e partidárias da manifestação da ‘Maioria Silenciosa’ de 28 de Setembro¹⁶, em contraponto com a leitura que Franco Charais, membro fiel da Comissão Coordenadora do programa do MFA, faz no seus testemunhos¹⁷,

¹⁵ PINTO, Jaime Nogueira- *Os Anos do Fim*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 2014

¹⁶ OSÓRIO, José Eduardo Sanches- *O Equívoco do 25 de Abril*, Lisboa, Editorial Intervenção, 1975; cf. CÂMARA, Maria João da- *Sanches Osório. Memórias de uma revolução*, Lisboa, Oficina do Livro, 2019

¹⁷ CHARAIS, Franco- *História Viva, 25 de Abril: Golpe Militar ou Revolução?*, Lisboa, Âncora Editora, 2013

ressalva-se também a importância das memórias de António Maria Pereira¹⁸ e de Diogo Freitas do Amaral¹⁹ para uma leitura mais alargada do 28 de Setembro de 1974 e da primeira fase do processo revolucionário. Já no contexto contra-revolucionário que atravessa o PREC, destacam-se as reportagens jornalísticas de Eduardo Dâmaso²⁰ e Carlos Dugos²¹, bem como os testemunhos escritos de Paradela de Abreu²² e Alpoim Calvão²³. Sendo indispensável também a um estudo basilar daquilo que foi e poderia ter sido ideológica e politicamente o MFP-PP, os diversos opúsculos escritos no período pré-revolucionário por alguns dos fundadores do partido, como José Miguel Júdice²⁴ e José Valle de Figueiredo²⁵ ou as memórias escritas do líder partidário, Fernando Pacheco de Amorim²⁶.

No decorrer do processo de investigação, além das dificuldades já relatadas advindas de um núcleo documental incipiente, e frequentemente de difícil acesso, acresceram dificuldades em contactar algumas individualidades relacionadas com a esfera do MFP-PP para darem o seu testemunho e decorrente inacessibilidade de acesso a arquivos privados. Houve também impossibilidade de maiores diligências para consultar algumas fontes, arquivos e hemerotecas, que poderiam ter tido um contributo relevante para uma maior profundidade historiográfica desta dissertação, devido à situação pandémica que atravessou o período de investigação da presente dissertação de que é exemplo o acesso aos arquivos da Ephemera, de José Pacheco Pereira.

Não existe até hoje uma pesquisa ou trabalho académicos verdadeiramente aprofundados sobre o MFP-Partido do Progresso- seja pela exiguidade temporal do movimento partidário em análise, pelo frágil núcleo documental ou ainda pela relativa proximidade histórica do

¹⁸ PEREIRA, António Maria- *A Burla do 28 de Setembro*, Amadora, Livraria Bertrand, 1976

¹⁹ AMARAL, Diogo Freitas do- *O Antigo Regime e a Revolução: memórias políticas (1941-1975)*, Venda Nova, Bertrand Editora, 1995

²⁰ DÂMASO, Eduardo- *A Invasão Spínolista*, Lisboa, Fenda, 2012

²¹ DUGOS, Carlos- *MDLP-ELP: O que são?*, Amadora, Edições Acrópole, 1976

²² ABREU, Paradela De- *Do 25 de Abril ao 25 de Novembro: Memória do Tempo Perdido*, Lisboa, Editorial Intervenção, 1983

²³ CALVÃO, Guilherme Alpoim- *De Conakry ao M.D.L.P.: dossier secreto*, Lisboa, Intervenção, 1976

²⁴ JÚDICE, José Miguel- *José António Primo de Rivera*, Coimbra, Cidadela, 1972; cf. JÚDICE, José Miguel- *Do Voluntarismo na Revolução Portuguesa*, Coimbra, JMAJ, 1976

²⁵ FIGUEIREDO, José Valle de- *A Juventude e a Revolução Nacional*, Braga, Governo Civil de Braga, 1963

²⁶ AMORIM Fernando Pacheco de- *Portugal Traído*, Madrid, Edição do Autor, 1975; cf. AMORIM, Fernando Pacheco de- *Manifesto contra a Traição*, Braga, Edição do Autor, 1976; nota também para as obras do autor acerca da política ultramarina, primeiramente de António Oliveira Salazar e depois de Marcello Caetano, onde explana o seu pensamento acerca do ultramar: AMORIM, Fernando Pacheco de- *Três Caminhos da Política Ultramarina*, Coimbra, Edição do Autor, 1962; AMORIM, Fernando Pacheco de- *Na Hora da Verdade, Colonialismo e Neo-Colonialismo na Proposta de Lei da Revisão Constitucional*, Coimbra, Edição do Autor, 1971

presente face à época contextual em que o MFP-PP se insere, ainda hoje susceptível a variegadas polémicas na academia naquilo que Riccardo Marchi define como ‘sinistrismo historiográfico’ (Marchi, 2014). Um neologismo derivado do italiano *sinistra* (esquerda), que mormente se refere à predominância da corrente marxista na interpretação dos acontecimentos históricos e na subsequente construção historiográfica do período histórico e actores políticos do período que aqui se aborda.

Não obstante a incipiente obra publicada referente de forma directa ou cujo âmago é o próprio MFP-Partido do Progresso, devem assinalar-se alguns contributos significantes para erigir uma base académica de conhecimento acerca de um actor eminente da direita política no contexto pós-revolucionário como o MFP-PP, esse procura ser, de resto, o principal contributo do trabalho académico aqui vertido. São incontornáveis as menções a alguns autores como são os casos de Riccardo Marchi, cuja obra publicada sobre as direitas pré e pós revolucionárias é incontornável na área de história partidária da direita política²⁷ (Marchi, 2020). Sendo por ele publicada a excepção que confirma a regra da mencionada inexistência de qualquer obra cujo MFP-PP seja objecto de estudo central, conquanto a análise ao MFP-PP aí surja dentro de um quadro mais vasto, submetida a dois eixos centrais genéricos- a questão ultramarina e a predisposição anti-comunista de todos os actores políticos à direita do CDS inseridos no processo revolucionário. A obra visa forjar uma pretensa unidade no campo das direitas- a mesma que paradoxalmente pretende desconstruir- de maneira a possibilitar a construção de um quadro analítico e historiográfico onde caibam todos estes agentes políticos. Este exercício leva, inevitavelmente, a uma simplificação excessiva, no âmbito ideológico, da caracterização que lá é feita de todos estes actores- onde se inclui o MFP-PP, que é, portanto, abordado, não como fenómeno total em todas as suas dimensões, mas como uma fracção de um todo alargado. No âmbito da historiografia existente sobre os actores políticos à direita da revolução, também se deve mencionar Joseph Cervelló. A sua investigação académica proporciona uma leitura relacional das instituições e actores sociopolíticos da direita, dando também conta de algumas das movimentações deste campo político nas vésperas da revolução. Ainda que a obra se limite a um trabalho exclusivamente descritivo destas movimentações, essencialmente genéricas, e, portanto, superficiais, dos referidos actores

²⁷Cf. MARCHI, Riccardo- *As direitas radicais na transição democrática portuguesa, Ler história*, nº63, p.125-141, 2012; para além da obra já citada: MARCHI, Riccardo *et al- Ideias e Percursos das Direitas Portuguesas*, Lisboa, Texto Editores, 2014

políticos das direitas, estas são localizadas temporalmente com assinalável precisão (Cervelló, 1994) ²⁸.

O facto de que a única obra publicada em Portugal que proporciona uma análise holística do vasto espectro político nacional- anterior à consolidação da deriva autoritária esquerdizante do MFA- ter sido publicada no decorrer da revolução, em pleno 1974, não enquanto trabalho científico, mas antes como documento de trabalho da associação SEDES, através de alguns seus associados em redor de Rafael Prata²⁹, deixa a descoberto as grandes fragilidades historiográficas da academia em Portugal acerca dos actores políticos que participaram activamente no processo de transição para o regime democrático além dos grandes partidos- PS (Partido Socialista) ,PSD (Partido Social Democrata) ,CDS (Centro Democrático Social) ,PCP (Partido Comunista Português). Apesar de identificadas as referidas carências historiográficas, e, portanto, a urgente necessidade de avanços nesta área da história portuguesa, não devem deixar de ser assinalados os trabalhos académicos erigidos numa abordagem global da revolução.

Destaca-se, desde logo, a obra de Maria Inácia Rezola ³⁰, constituindo um ponto de partida para qualquer estudo relacionado com este período temporal pelo seu carácter estrutural na análise histórico-política do período revolucionário- de Setembro de 1974 até à normalização política após o 25 de Novembro de 1975- e suas instituições, bem como dos grupos de maior influência a gravitar perante o aparelho de poder transitório. Esta dissecação é feita mormente pela lente do MFA cuja história se mescla sobejamente com a história política do país no referido período, é através da explanação analítica do MFA enquanto fenómeno total que a obra ganha objectividade, tornando-se palpável, e com isso granjeando maior escala e alcance. Não obstante, a obra relega todo o campo spinolista, político e militar, para um papel lateral, o que se compreende na medida em que o foco institucional da obra, para além do MFA, recai no Conselho da Revolução, todavia a superficialidade no trato não corresponde à importância histórica desta área política no desenrolar dos acontecimentos do período de transição tampouco à substancialidade da sua cosmovisão perante o país. Aqui deve destacar-se o já mencionado Joseph Sánchez Cervelló que oferece uma leitura complementar à análise de

²⁸Cf. CERVELLÓ, Joseph- *Cronologia das organizações de direita (1973-1976)*, Universidad Rovira y Virgili, Tarragona, 1994

²⁹ PRATA, Rafael *et al- Portugal Novo: Movimentos e Partidos Políticos*, Lisboa, O Emigrante, 1974

³⁰ REZOLA, Maria Inácia *Os Militares na Revolução de Abril. O Conselho da Revolução e a Transição para a Democracia em Portugal*, Lisboa, Campo da Comunicação, 2006; cf. Rezola, Maria Inácia- *25 de Abril: Mitos de Uma Revolução*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2007

Maria Inácia Rezola acerca deste período histórico. Sobretudo pela sua maior ponderação analítica dos vários blocos políticos que se distinguiram autonomamente ao longo de todo o processo transitório para a democracia após o golpe revolucionário, sendo que o facto deste trabalho de Cervelló abordar, para além deste período, os anos finais do regime estado-novista levam a que a sua leitura atribua uma proporcionalidade invulgar na historiografia portuguesa ao campo spinolista e às demais direitas, sobretudo em obras de maior escala quanto a este friso cronológico³¹. Ainda no que concerne à obra de Maria Inácia Rezola, deve mencionar-se o impedimento da leitura integral da sua tese de doutoramento, sobretudo do seu primeiro capítulo- referente à primeira fase política subsequente ao golpe revolucionário, de 25 de Abril de 1974 a 28 de Setembro de 1974, ocupando-se do consulado de Spínola enquanto Presidente da República e das movimentações no seio das instituições de poder durante esse período-, que foi retirado aquando da sua publicação por motivos editoriais, não tendo os serviços da FSCH autorizado essa consulta.

Como contraparte das carências explicitadas na obra de Maria Inácia Rezola, oferecendo também maior fôlego no tocante à análise de Cervelló, destaca-se a biografia do general Spínola de Luís Rocha Rodrigues. Através do percurso político do primeiro Presidente da República do novo regime, a obra cobre grande parte das movimentações, eventos e acontecimentos políticos adstritos ao bloco político ligado a Spínola, desde os contactos preliminares antes da revolução com o MFA- identificando os principais protagonistas dentro do movimento ligados ao projecto político spinolista- até ao seu ocaso político, posterior ao Movimento Democrático de Libertação de Portugal (MDLP)- explanando aqui também, por corolário, boa parte do movimento contra-revolucionário português. Assim, a biografia atravessa analiticamente todo o período político revolucionário em Portugal sob a lente do bloco spinolista³², sendo, portanto, esta obra de importância capital para o objecto de estudo tratado na presente dissertação, mas também de larga utilidade para a compreensão histórica de uma outra ideia de Revolução, vencida política e militarmente, e tendencialmente afastada da historiografia paradigmática em Portugal sobre o período em questão.

No que concerne à obra de António Reis³³, esta oferece uma multidisciplinariedade única quanto à análise histórica do período revolucionário em todas as suas dimensões, tratando-o

³¹ CERVELLÓ, Joseph - *A Revolução Portuguesa e a sua influência na Transição Espanhola: 1961-1976*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1993

³² RODRIGUES, Luís Nuno- *Spínola*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2010

³³ REIS, António *et al-* *Portugal, 20 anos de Democracia*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993

de forma holística, o que, por outro lado, leva a uma inevitável generalização das temáticas abordadas, ainda que também por isso seja um dos pilares da historiografia portuguesa no que concerne ao contexto revolucionário e à evolução do novo regime. No mesmo âmbito, destaca-se também a obra global do período revolucionário coordenada por José Medeiros Ferreira³⁴, bem como os dicionários de história afectos à revolução e aos anos do fim do Estado Novo, respectivamente coordenados por António Reis, Maria Inácia Rezola e Paula Borges Santos³⁵, e António Barreto e Maria Filomena Mónica³⁶.

Num contexto mais vasto de análise à plenitude do sistema político subsequente à revolução, devem também mencionar-se a obra coordenada por Mário Baptista Coelho e a obra de Marcelo Rebelo de Sousa. A primeira³⁷ procura explanar as principais nuances do sistema político português consolidado no regime democrático, procurando, de forma reflexiva, abordar o seu funcionamento eleitoral, governativo e parlamentar, bem como explorar as relações existentes com alguns dos principais actores políticos para além dos partidos, como a igreja e os militares, com as instituições de poder saídas da revolução. É, contudo, parca na abordagem partidária que é feita, com excepção às análises ao Partido Socialista e ao Partido Comunista Português, limitando-se a uma abordagem superficial quanto aos restantes partidos. Em contraponto está a obra de Marcelo Rebelo de Sousa³⁸ que oferece uma profundidade analítica e substancial assinaláveis, não obstante o escopo maioritariamente jurídico da obra. Substancial, sobretudo na abordagem reflexiva sobre o conceito evolutivo de partido ao longo da história constitucional portuguesa, ou seja desde 1822, até à terceira república. Analítica, mormente pelo contributo que oferece ao abordar através de uma lente jurídica o surgimento dos vários movimentos partidários após o 25 de Abril de 1974 e o desenvolvimento do seu escasso enquadramento legal até à lei dos partidos políticos de Novembro de 1974, bem como as consequências que essa lacuna jurídico-política originou para com o desenvolvimento do sistema político nacional. Ocupando-se, portanto, do espaço temporal directamente respeitante ao MFP-PP e, por corolário, de toda a miríade de

³⁴ FERREIRA, José Medeiros- *Portugal em Transe* in *História de Portugal*, direcção de José Mattoso, Volume VIII, Lisboa, Editorial Estampa, 1994

³⁵ REIS, António Santos, REZOLA, Maria Inácia e SANTOS, Paula Borges - *Dicionário de História de Portugal: O 25 de Abril*, Lisboa, Figueirinhas, 2016

³⁶ BARRETO, António e MÓNICA, Maria Filomena- *Dicionário de História de Portugal*, Volumes VII, VIII, IX, Lisboa, Figueirinhas, 1999-2000

³⁷ COELHO, Mário Bapista- *Portugal: O Sistema Político e Constitucional 1974-87*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1989

³⁸ SOUSA, Marcelo Rebelo de- *Os Partidos Políticos no Direito Constitucional Português*, Braga, Livraria Cruz, 1983

movimentos partidários que surgiram de facto na fase imediatamente subsequente à revolução. Constituindo-se, assim, esta obra como estudo académico de maior relevância quanto aos primórdios do sistema político português- pese embora o carácter eminentemente jurídico da análise-, na medida em que, abordando-o de forma geral, a análise atribui uma relevância de conteúdo idêntica a todos os actores político-partidários deste período temporal específico. Sendo, desta feita, fundamental para qualquer estudo a realizar sobre qualquer um dos pequenos partidos existentes à época que foram extintos pelo poder revolucionário ou nunca lograram relevância eleitoral suficiente para influenciar o curso político do regime.

CAPÍTULO I- ORIGENS DO MFP-PP

Neste capítulo inicial, a análise historiográfica situar-se-á no quadro espaço-temporal dos anos do fim do Estado Novo, abordando também algumas dinâmicas grupulares do nacionalismo revolucionário da década de 60 preconizadas, sobretudo, por José Valle de Figueiredo, futuro dirigente do MFP-PP. É no interior deste contexto que, através da lente daquele que viria a ser o grande móbil e núcleo doutrinário do futuro MFP-PP, a Cooperativa Cidadela, se explanarão as raízes ideológicas mais profundas e origens políticas do movimento partidário em questão. Não abdicando de uma descrição cuidada dos pontos de contacto que o futuro escol do movimento, sobretudo através da Cooperativa Cidadela, principia a desenvolver nesta altura com outras organizações coevas. Algumas tributárias ao nível militante e político da futura formação partidária- como a Associação PROGRAMA (Associação de Estudos para o Progresso Nacional) -, outras cujas ligações desenvolvidas são ilustrativas do espírito frentista e da lógica de acção agregadora que virá a animar o MFP-PP. Essas ligações são, aliás, características do grupo liderado por José Miguel Júdice- como é o caso do Círculo de Estudos Sociais Vector. Serão também avaliadas as movimentações embrionárias redundantes numa aproximação progressiva, nunca desfeita, com a esfera spinolista, atingindo a ligação entre as partes, uma dimensão quase umbilical- José Valle de Figueiredo é o caso mais flagrante dessa sincronia- mormente no período de clandestinidade contra-revolucionária.

Por forma a que sejam explanadas as idiosincrasias do Movimento Federalista Português. depois constituído como Partido do Progresso, com maior acuidade, abordar-se-ão os radicais daquele que nesta dissertação se considera um dos principais actores políticos da direita portuguesa do período revolucionário, conforme mencionado na introdução. Deste modo, poderão estabelecer-se também paralelismos de pertinência acrescida quanto a uma determinada continuidade ideológica e política desde as suas origens, que remontam aos anos do fim do regime estado-novista. Estas raízes históricas arvoram-se na planta do nacionalismo-revolucionário, cuja diversidade remete, não tanto para uma amplitude ideológica dentro desse espectro- que não deixa naturalmente de existir-, mas, sobretudo, para uma confluência de gerações, e, portanto, de percursos diferentes, radicados num fenómeno ideológico comum.

A Arrancada do Nacionalismo-Revolucionário na Década de 60

O mais vetusto dos nacionalistas-revolucionários- que, de resto, virá a liderar o escol do MFP-PP- é Fernando Pacheco de Amorim, o nome consensual para a liderança do partido pelo seu percurso político e universitário. Profuso académico enquanto lente da Universidade de Coimbra, com historial de dissidência ao Estado-Novo- tomando parte na Revolta da Mealhada de 1946 enquanto oficial miliciano de índole monárquica, o que lhe valeu dois anos de prisão no Forte de Peniche-, gozava de um estatuto social e político inquestionáveis por parte dos novos situacionistas da ditadura militar revolucionária vigente após o êxito do golpe de 25 de Abril de 1974, com as suas diferentes correlações de forças dominantes, até à normalidade atingida no quadro constitucional de uma democracia pluripartidária em 1976. Natural de Viana do Castelo, Fernando Pacheco de Amorim estabelece-se em Coimbra tendo na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra a sua Alma Mater, aí se licenciando em ciências histórico-filosóficas e depois se tornando docente da mesma universidade até à revolução de 1974. O seu percurso académico assinalável, como professor e investigador, torna-o, desde 1962, um dos principais ideólogos do integracionismo ultramarino, mostrando-se contrário as reformas autonomistas de Adriano Moreira, ministro do Ultramar entre 1961 e 1963³⁹, pese embora a concordância integracionista, por princípio, com o esforço de uniformização jurídica levado a cabo simultaneamente⁴⁰, rejeitando também as concepções de auto-determinação do histórico republicano, Cunha Leal^{41,42}. Mais tarde, insurge-se

³⁹ Adriano Moreira (1922-) – Formado em Direito pela Universidade de Lisboa em 1944 tem aí em Rocha Saraiva e Marcello Caetano, com quem mais tarde entrará em dissensão política, os seus grandes mentores. É o grande teorizador contemporâneo do pensamento institucionalista português, atribuindo às instituições, mais que um papel de corpo intermédio do Estado, a expressão histórica do patriotismo, que nelas se sedimenta. Na segunda metade da década de 50 colabora de perto com Franco Nogueira nas delegações portuguesas da ONU e na NATO, aproximando-se do poder político com a sua nomeação como procurador da câmara corporativa em 1958. Sustentando um pensamento luso-tropicalista, de assimilação cultural e multirracial, pauta o seu mandato no Ministério do Ultramar por reformas administrativas que primam pelo progresso socioeconómico das populações nativas- de que é ilustrativo o seu código rural do trabalho, com a abolição do indigenato e a igualdade salarial independentemente da raça-, bem como pela progressiva autonomização dos territórios, de cuja indicação de federalistas como Sarmiento Rodrigues para governador-geral de Moçambique e a malograda nomeação de Venâncio Deslandes para o mesmo cargo em Angola são exemplos.

⁴⁰ SILVA, António Duarte- O Império e a Constituição Colonial Portuguesa (1914-1974), Lisboa, Imprensa de História Contemporânea, 2019, pág. 203-214

⁴¹ AMORIM, Fernando Pacheco de- Três Caminhos Para a Política Ultramarina, Coimbra, Edição do Autor, 1962, p.123

⁴² Cunha Leal (1888-1970) -Destacado protagonista da direita republicana no regime da 1ª república, onde foi deputado, 1918 a 1926, e ministro das Finanças por 3 ocasiões, além de partidário sidonista e reitor da Universidade de Coimbra entre 1923 e 1925. Após apoiar inicialmente a revolução de 28 de Maio de 1926, torna-se dissidente do regime do Estado Novo e opositor de Salazar, sobretudo no concernente à política ultramarina, sendo governador do Banco de Angola até 1930. Defendendo, desde 1953, uma política de auto-determinação e descolonização do ultramar.

energicamente contra revisão constitucional de 1971⁴³- algo que será explanado detalhadamente mais à frente no presente capítulo. Desta feita, Fernando Pacheco Amorim tornar-se-á uma referência política para os nacionalistas-revolucionários de Coimbra.

A primeira dinâmica colectiva do nacionalismo-revolucionário que irá influir no MFP-PP, a nível político e doutrinário, e, naturalmente, dirigente- corresponde ao Movimento Jovem Portugal, nascido entre o final de 1960 e o início de 1961⁴⁴, pela iniciativa de Zarco Moniz Ferreira⁴⁵, sendo aqui de maior importância a militância e ideia nacionalista da academia de Coimbra, para onde também se estende o Movimento Jovem Portugal. É a partir deste movimento juvenil que progressivamente se inicia um processo de consolidação de uma cosmovisão nacionalista *tout court*, com as suas tonalidades mais fascizantes (no sentido anti-democrático e também anti-conservador do *modus vivendi* revolucionário do fascismo, e da exaltação nacionalista que molda a rejeição ao capitalismo e ao comunismo) ou nacional-revolucionárias, conquanto o arquétipo ideológico lhes seja comum, pese embora as decorrentes dissensões que levarão inevitavelmente a associações e percursos alternativos, sendo já notório no seio deste movimento político embrionário a autonomização de acção militante do nacionalismo conimbricense⁴⁶. Esta célula nacionalista radicada em Coimbra estrutura-se definitivamente no decorrer da crise académica de 1962⁴⁷ sob égide de um dos futuros principais dirigentes do MFP-PP, José Valle de Figueiredo, emanando também desta altura o jornal universitário de doutrina e acção política ligado ao grupo de Coimbra, *Combate* (1962-1965), no qual também tomaria parte Luís Sá Cunha⁴⁸, por corolário parte também do

⁴³ AMORIM, Fernando Pacheco de- *Na Hora da Verdade, Colonialismo e Neo-Colonialismo na Proposta de Lei da Revisão Constitucional*, Coimbra, Edição do Autor, 1971

⁴⁴ Cf. Jaime Nogueira Pinto, “Movimento Jovem Portugal” in *Dicionário de História de Portugal*, coord. de António Barreto, Maria Filomena Mónica, Volume VIII, Lisboa, Figueirinhas, 1999-2000, pág.555

⁴⁵ Zarco Moniz Ferreira (1935-?-)- histórico militante do nacionalismo-revolucionário na década de 60, próximo do neofascismo, é dele que parte a estruturação desta área política com a fundação do Movimento Jovem Portugal aqui abordado, mais ligado à política de rua, não obstante o contacto com o grupo da publicação *Tempo Presente* e a posterior colaboração com a publicação *Política*, será sempre mais um activista do que um ideólogo no conflito político-cultural. Acabando a assumir uma via militarista, ao aproximar-se da Legião Portuguesa em 1965, através da criação da Formação Legionária Académica dentro da orgânica da Legião Portuguesa, chefiada por Zarco Moniz Ferreira e integrada pelos seus mais fiéis seguidores que transitam do Movimento Jovem Portugal, seguindo-se ainda uma malograda tentativa de unificar o campo nacionalista-revolucionário através da criação da Frente Nacional Revolucionária em 1966.

⁴⁶ Cf. Jaime Nogueira Pinto, “Movimento Jovem Portugal” in *Dicionário de História de Portugal*, coord. de António Barreto, Maria Filomena Mónica, Volume VIII, Lisboa, Figueirinhas, 1999-2000, pág.556

⁴⁷ MARCHI, Riccardo- *Império, Nação, Revolução: As Direitas Radicais Portuguesas no Fim do Estado Novo (1959-1974)*, Lisboa, Texto Editores, 2009, pág.149

⁴⁸ Luís Sá Cunha- Licenciado em direito na Universidade de Coimbra no ano de 1966, destaca-se como elemento de ligação entre as duas grandes gerações do nacionalismo-revolucionário de Coimbra participando no grupo *Combate*, bem como no Movimento Jovem Portugal, e depois na publicação *Política*. Próximo de José Valle de Figueiredo, substitui-o nas suas funções militares junto de Spínola na Guiné-Bissau no ano de 1969, sendo deste

Jovem Portugal, outro futuro integrante da direcção do MFP-PP. José Valle de Figueiredo, natural da Beira Alta, Tondela, onde nasce em 1942, tem um percurso eminentemente cultural que antecede a sua militância política, formando o seu pensamento nacionalista-revolucionário de tendência fascizante desde a sua adolescência através da influência da produção intelectual de autores nacionais como João Ameal⁴⁹ e António José de Brito⁵⁰, chegando a participar no Centro de Estudos Alfredo Pimenta, ponto de encontro cultural e literário do neofascismo português da década de 60, onde confluíam estas gerações. A sua dedicação literária- ilustrada na sua vertente poética, publicando várias antologias de poesia, daí decorrendo a participação em diversas revistas culturais dos anos 60, como a revista *Cidadela*, que inspirará a cooperativa com o mesmo nome, *Itinerário* ou *Tempo Presente*- é um catalisador para uma densidade doutrinária assinalável que aqui se vai explanar.

Pese embora o papel liderante e a tendência centralista de Zarco Moniz Ferreira- já em contacto com movimentos neo-fascistas europeus desde os anos 50⁵¹, por eles tido como principal interlocutor português-, e por extensão do núcleo central lisboeta do Movimento Jovem Portugal, onde a comissão organizadora começa por reunir⁵², o grupo conimbricense adstrito ao jornal *Combate*, para além da sua já mencionada autonomia, parte também em igualdade estrutural com os congéneres lisboetas. A militância, em ambos os casos, ronda as dezenas- chegando o núcleo de Coimbra a constituir quatro células no Liceu Dom João III⁵³.

seu destacamento que irá emanar um dos principais contactos do MFP-PP, de cujo escol faria parte, dentro do regime pós-revolucionário, o capitão Armando Ramos.

⁴⁹ João Ameal (1902-1982) -Licenciado em direito pela Universidade de Lisboa, consagra-se como historiador e político. João Ameal situa-se na área do nacionalismo integralista e tradicionalismo monárquico, integrando inicialmente a Acção Realista Portuguesa. Chegando depois a fazer parte da organização nacional-sindicalista de Rolão Preto, rompendo depois com este para integrar o regime, ocupando os cargos de deputado à assembleia nacional (1942-1957) e procurador à câmara corporativa (1957-1961). Destaca-se São Tomás aquino como uma das suas referências, a cujo pensamento dedica uma obra prefaciada por Jacques Maritain e a sua concepção historiográfica nacionalista, patente na sua *História de Portugal*, galardoada em 1943 com o Prémio Alexandre Herculano. João Ameal assume à data da sua fundação, a presidência do Centro de Estudos Alfredo Pimenta.

⁵⁰ António José de Brito (1927-2013) – Licenciado em direito pela Universidade de Coimbra e depois mestre em ciências jusfilosóficas pela mesma universidade, atingindo o doutoramento pela Universidade de Bordéus. António José de Brito consagra-se como um dos principais doutrinadores fascistas em Portugal, a par de Alfredo Pimenta, assumindo integralmente esse quadrante político, que mantém até à sua morte, razão pela qual nunca se integra politicamente no regime. Um dos protagonistas da extrema-direita universitária da década de 50, fez parte da Direcção do Centro de Estudos Alfredo Pimenta, colaborando também nas edições de *Tempo Presente* ou *Política*

⁵¹ Como são os casos do francês Jeune Nation ou do belga Mouvement D'action Civique e o pan-europeu Nouvel Ordre Européen de cuja quinta assembleia em Milão de 1958 toma parte; cf. MARCHI, Riccardo- *Império, Nação, Revolução: As Direitas Radicais Portuguesas no Fim do Estado Novo (1959-1974)*, Texto Editores, 2009, pág.73

⁵² MARCHI, Riccardo- *Império, Nação, Revolução: As Direitas Radicais Portuguesas no Fim do Estado Novo (1959-1974)*, Lisboa, Texto Editores, 2009, pág.72

⁵³ *Ibidem*- pág.80

A sua acção política cingiu-se numa fase inicial a distribuição de panfletos, colagem de manifestos e grafitis, passando depois, sobretudo, à produção de pensamento crítico sobre a realidade nacional, sendo que o término das suas respectivas publicações, *Combate* e *Ataque*, em ambos os casos no ano de 1965, assinalam o fim destes núcleos enquanto movimentos organizados. Esta equiparação dimensional e a sempre presente pretensão autonómica coimbrã possibilitam uma dinâmica própria ao grupo do *Combate*, e por isso distinta do Movimento Jovem Portugal. Centrado em Lisboa e na liderança de Zarco Moniz Ferreira, que em 1964, integrando-se na Legião Portuguesa, leva a uma aproximação entre ambas as organizações, ocorrendo mesmo a substituição de José Valle de Figueiredo no triunvirato do Movimento Jovem Portugal por Francisco Faria Pais enquanto chefe provincial de Coimbra em 1964⁵⁴. Razões pelas quais a presente análise recai separadamente no primeiro grupo enquanto um dos embriões do futuro Movimento Federalista Português- Partido do Progresso.

Os traços idiossincráticos basilares desta geração nacionalista, depois protagonista das direitas no período revolucionário reconhecem-se nos seguintes princípios ideológicos: o anti-americanismo, mobilizado principalmente por um sentido anti-imperialista, logo, adversário do neocolonialismo, da Guerra do Ultramar. Tal radicava do que percepcionado como a cobiça geopolítica do capitalismo para com os recursos nacionais ultramarinos e da rejeição ao materialismo consumista⁵⁵. Este anti-americanismo, para além do sentido anti-imperialista, estende-se a uma rejeição à NATO e à construção europeia da CECA, propugnando Valle de Figueiredo “um nacionalismo com um pé na Pátria e outro na Europa, com a sua dimensão nacional, e por esta e com esta, a sua dimensão internacional, europeia”⁵⁶. Destas premissas emana outro pilar ideológico, a rejeição do capitalismo, propugnando-se a associação capital-trabalho dentro de um paradigma de terceira via. Como corolário destas idiossincrasias, afirma-se também a rejeição do comunismo, sendo o anti-comunismo, naturalmente, outro dos princípios ideológicos desta cosmovisão. Assim, a arrancada do nacionalismo-revolucionário nos anos 60 inspira-se nas referências sorelianas, e também nacional-sindicalistas de Primo de Rivera⁵⁷. Por conseguinte, criticava-se a estrutura económica do regime, denunciando os privilégios oligárquicos de uma determinada classe burguesa, bem patente no discurso proferido por José Valle de Figueiredo em representação dos estudantes de Coimbra nas comemorações da Revolução Nacional de 28 de Maio na

⁵⁴ *Ibidem*- pág.86

⁵⁵ MARCHI, Riccardo *et al*- *Ideias e Percursos das Direitas Portuguesas*, Lisboa, Texto Editora, 2014, pág.340

⁵⁶ FIGUEIREDO, José Valle de- *Europa: Sentido e Acção*, em *Tempo Presente*, nº27, Julho de 1961

⁵⁷ PINTO, Jaime Nogueira- *A direita e as Direitas*, Lisboa, Bertrand Editora, 2018, pág.64

cidade de Braga em 1963: “As forças reaccionárias, contra-revolucionárias e social-conservadoras, principiaram a sabotar o poder do Estado, restaurando a ordem burguesa que negava nos factos, direitos que a massa popular e trabalhadora tinha conquistado na lei. Sabotou-se a justiça social e a associação capital-trabalho foi a fórmula que serviu para defraudar, sob a capa da lei, os legítimos e sagrados direitos do povo. A Hidra capitalista começou a imperar com todas as suas cabeças”⁵⁸. A índole revolucionária deste nacionalismo-com particular enfoque no grupo de Coimbra, que reivindica uma revolução renovada, emergente da superação da exploração capitalista do homem pelo homem e da exploração marxista da classe sobre o homem-, é vertida em todo o esplendor na crítica acérrima ao imobilismo político do regime, que José Valle de Figueiredo aponta sem hesitação: “Querer que a minha geração, que a juventude portuguesa, tenha como único motivo para se integrar na revolução nacional a Desordem e a Anarquia anteriores a 1926, pode ser louvável e boa intenção, pode ser caritativo respeito pelas vítimas dessa desordem e anarquia- não pode nem deve ser o principal motor para que em 1963 a juventude seja nacionalista”⁵⁹. Esta oposição político-económica para com o status quo do regime sediada numa ideia fascizante de terceira via era a base do fulcro de toda a construção ideológica deste nacionalismo renovado, o Ultramar, conquanto aqui não fosse tão concreta e definida como depois será no grupo da Cidadela por intermédio de José Miguel Júdice.

A irredutibilidade da defesa do Ultramar foi, inquestionavelmente, o grande móbil comum a todas as interpretações e sensibilidades do nacionalismo-revolucionário, partindo todas elas das premissas supramencionadas, não obstante as diferentes soluções propostas. A geração do dealbar dos anos 60 entronizada no Movimento Jovem Portugal- aqui personificada em José Valle de Figueiredo e no seu grupo conimbricense para uma explanação mais analítica e assertiva do ideário do futuro MFP-PP. Esta geração ligada à academia de Coimbra influi do sindicalismo nacional e revolucionário uma proposta soreliana plena de acção, contrária à filosofia salazarista do viver habitualmente. Propondo uma mobilização nacional num sentido revolucionário e anti-imperialista, assumindo o legado da revolução nacional de 28 de Maio, José Valle de Figueiredo fala da “continuidade de uma revolução que não pode parar, que

⁵⁸ FIGUEIREDO, José Valle de- *A Juventude e a Revolução Nacional*, Braga, Governo Civil de Braga, 1963, pág.6

⁵⁹ FIGUEIREDO, José Valle de- *A Juventude e a Revolução Nacional*, Braga, Governo Civil de Braga, 1963, pág.4

diariamente tem de começar”⁶⁰. Na questão do Ultramar, este revolucionarismo consubstancia-se na integração social de toda a comunidade nacional, eliminando todo e qualquer laivo existente de abuso colonial e qualquer outra prática de imobilismo, rejeitando o sistema capitalista e reclamando uma eficiente redistribuição do rendimento nacional⁶¹, em detrimento do regime de privilégio da oligarquia capitalista. Na cosmovisão nacionalista-revolucionária, este status quo expunha o Império português aos ataques internos e externos, na medida em que a realidade socioeconómica ultramarina da exploração monopolista pelas grandes companhias, expunha uma dinâmica clássica de explorador-explorado, cavando um fosso entre pretos e brancos, indo no sentido contrário da integração nacional de todas as partes dentro de um todo idealisticamente multirracial⁶². Era a ideia de uma revolução nacional e social, num *aggiornamento* das teses integracionistas, sem, contudo, abdicar da ideia imperial sediada na metrópole como cabeça civilizacional. De resto, José Valle de Figueiredo assume essa concepção directamente e denuncia que a “afirmação constante de que Angola e Moçambique não podiam ser independentes porque para tal não estavam preparadas, porque se estivessem... concluíramos nós...Claro está que tais conjurados, que tais candidatos a delfins, cedo se descobriram como contrários ao verdadeiro interesse Nacional e Imperial”⁶³.

Após a crise académica de 1962⁶⁴ que permitiu o recrudescimento da militância nacionalista-revolucionária em Coimbra, a não homologação da Direcção Geral da Associação Académica de Coimbra levou à formação de Comissões Administrativas. Oportunidade sobeja para a consolidação política dos jovens quadros nacionalistas que tomam lugar nas instituições estudantis, casos de: José Valle de Figueiredo, vice-presidente entre 1964 e 1966, a quem sucede Luís Sá Cunha, também como vice-presidente, entre 1966 e 1967, para depois tomar também lugar José Miguel Júdice, de 1968 a 1969, dínamo da segunda vaga nacionalista-revolucionária, capital para o arranque do MFP após a revolução de Abril. De resto, a segunda metade da década de 60 marca o ponto de partida da arrancada definitiva e estruturada do

⁶⁰ FIGUEIREDO, José Valle de- *A Juventude e a Revolução Nacional*, Braga, Governo Civil de Braga, 1963, pág.3

⁶¹ PINTO, Jaime Nogueira- *Os Anos do Fim*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 2014, pág.323

⁶² MARCHI, Riccardo- *Império, Nação, Revolução: As Direitas Radicais Portuguesas no Fim do Estado Novo (1959-1974)*, Lisboa, Texto Editores, 2009, pág.105

⁶³ FIGUEIREDO, José Valle de- *A Juventude e a Revolução Nacional*, Braga, Governo Civil de Braga, 1963, pág.7

⁶⁴ GARRIDO, Álvaro- *Movimento Estudantil e Crise do Estado Novo: Coimbra 1962*, Coimbra, Minerva, 1996; cf. CRUZEIRO, Maria Manuel; BEBIANO, Rui- *Anos Inquietos. Vozes do Movimento Estudantil em Coimbra (1961-1974)*, Porto, Afrontamento, 2006

nacionalismo conimbricense, período em que se forma a rede de contactos⁶⁵ e progressivamente se vão afirmando as principais figuras desta área política, construindo depois um património ideológico *sui generis* no dealbar da década de 70, a ser analisado mais à frente neste capítulo. É precisamente em 1965, mais concretamente em Novembro, que se dá o primeiro contacto formal entre Fernando Pacheco de Amorim e os jovens nacionalistas, pela mão de Valle de Figueiredo, que enquanto dirigente da Associação Académica de Coimbra promove a organização de um Ciclo de Estudos Ultramarinos, onde Pacheco de Amorim participa com uma comunicação acerca da unidade administrativa da Nação portuguesa⁶⁶- reafirmando-se o princípio integracionista na questão ultramarina. O lastro institucional dos nacionalistas alarga-se também à direcção do jornal universitário, *Via Latina*, dirigida nos números 148, 149 e 150 por José Miguel Júdice e José Vieira de Andrade⁶⁷- futuro fundador da Cidadela-, é precisamente na dinâmica cultural que maior é a capacidade acção dos nacionalistas-revolucionários em Coimbra e assim surgiu também a OTUC (Oficina de Teatro da Universidade de Coimbra), como secção teatral da Comissão Administrativa da Associação Académica de Coimbra, em 1966, depois como organismo autónomo. Da sua direcção fez parte Luís Sá Cunha, que lançou um convite expressivo politicamente a Goulart Nogueira, um dos destacados intelectuais da extrema direita portuguesa⁶⁸, para um curso de iniciação de interpretação e transposição de poesia⁶⁹. Também vem a fazer parte da direcção, em 1972-73, um futuro dirigente local do MFP-PP, Manuel

⁶⁵ A ponte entre as gerações protagonizadas por Valle de Figueiredo e Júdice dá-se, sobretudo, pela ponte feita por dois elementos de uma geração intermédia, Luís Sá Cunha e Manuel Cavaleiro Brandão. Surgindo a Cidadela também por essa necessidade de uma plataforma de organização e continuidade das direitas da academia para além dos momentos eleitorais, havendo um efeito polarizador em todo o espectro das direitas, não obstante uma certa homogeneidade de pensamento dentro da geração de José Miguel Júdice. Entrevista a Manuel Rebanda, militante de Coimbra do MFP-PP, Coimbra, Abril de 2022; Entrevista a José Valle de Figueiredo, Fundador do MFP-PP, Porto, Maio de 2022

⁶⁶MARCHI, Riccardo- *Império, Nação, Revolução: As Direitas Radicais Portuguesas no Fim do Estado Novo (1959-1974)*, Lisboa, Texto Editores, 2009, pág. 152

⁶⁷ José Carlos Vieira de Andrade (1949-) – Tendo na Universidade de Coimbra a sua *Alma Mater*, onde se estabelece academicamente desde a sua licenciatura em direito em 1971 até aos dias de hoje, colabora com José Miguel Júdice nas aproximações do grupo ligado à Cooperativa Cidadela à esfera spinolista. Próximo da ideia de uma terceira via socioeconómica, é dele a tradução da obra do economista da Primavera Checa, Ota Sik; *Argumentos para uma terceira via: nem comunismo soviético nem capitalismo*. Uma das grandes referências do pensamento socioeconómico do grupo da Cidadela.

⁶⁸ Florentino Goulart Nogueira (1924-2015) – Formado pela Universidade de Lisboa, cursando em ciências histórico-filosóficas e depois direito, destaca-se politicamente, mas sobretudo, culturalmente, enquanto poeta, escritor e ensaísta, o que o leva justamente à colaboração com a OTUC. Situando-se na área do nacionalismo tradicionalista português, monárquico, tendo em Alfredo Pimenta um mentor, participa em grande parte das publicações da direita radical da década de 60 e 70, como a *Tempo Presente, Agora* ou a *Política*. Faz parte da corrente mais ultra do nacionalismo que se recusa a colaborar com o campo Spinolista.

⁶⁹ MARCHI, Riccardo- *Império, Nação, Revolução: As Direitas Radicais Portuguesas no Fim do Estado Novo (1959-1974)*, Lisboa, Texto Editores, 2009, Pág.240

Rebanda⁷⁰, com uma militância nacional-revolucionária de rua, na defesa da tradição académica, destacada nos confrontos com a extrema-esquerda estudantil como uma das cabeças do intitulado “Viralatas” / “Metralhas”⁷¹

O Grupo da Cooperativa Cidadela

Na renascença nacionalista-revolucionária fruto da reacção aos acontecimentos da crise académica de 1969⁷², José Miguel Júdice é entronizado como protagonista dos nacionalistas-revolucionários em Coimbra. José Miguel Júdice, natural de Coimbra, nascido em 1949, tem na sua *alma mater*, a Universidade de Coimbra- na qual se licencia em direito no ano de 1972 sendo depois professor assistente de direito constitucional da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra até ao 25 de Abril de 1974-, o centro da sua militância política, sendo, de resto, entronizado na vida pública com a nomeação da última comissão administrativa da Associação Académica de Coimbra, para o cargo de vice-presidente, em 1968, conforme já mencionado. Os acontecimentos da crise académica de 1969 são fundamentais no seu surgimento enquanto líder da última geração da área nacionalista-revolucionária, nomeadamente ao liderar a contestação ao boicote de exames por parte da comunidade estudantil e assumindo a resistência nacionalista ao cerco do Teatro Gil Vicente, em 9 de Maio de 1970, que a esquerda e extrema-esquerda fizeram em protesto contra a actividade da Oficina de Teatro da Universidade de Coimbra. A consciencialização ideológica de José Miguel Júdice é sobejamente marcada pelo percurso político do pai e sua morte prematura, militante comunista que se afasta do partido após uma conversão religiosa, começando aí a sua síntese dialéctica de uma terceira via, equilibrada entre a identidade nacional e a justiça social⁷³. Algo que não subsistiu as diversas referências de pensamento doutrinário que, por maioria de razão, se explanam abaixo, junto do esqueleto ideológico que caracteriza a Cooperativa Cidadela, de quem foi o maior propulsor e primeiro presidente.

⁷⁰ Manuel Rebanda (1950-) - Licenciado em direito pela Universidade de Coimbra, desta-se pela sua militância de rua e vertente cultural enquanto membro activo do Orfeão e da OTUC. Dirigente local do partido após a sua fundação, afasta-se da actividade política após a sua prisão derivada do 28 de Setembro, filiando-se, anos mais tarde, no CDS, partido pelo qual viria a desempenhar vários cargos autárquicos na cidade de Coimbra.

⁷¹ MARCHI, Riccardo- *Império, Nação, Revolução: As Direitas Radicais Portuguesas no Fim do Estado Novo (1959-1974)*, Lisboa, Texto Editores, 2009, pág. Pág.249

⁷² CRUZEIRO, Maria Manuel; BEBIANO, Rui- *Anos Inquietos. Vozes do Movimento Estudantil em Coimbra (1961-1974)*, Porto, Afrontamento, 2006; cf. CARDINA, Miguel- *A Tradição da Contestação: Resistência Estudantil em Coimbra no Marcelismo*, Coimbra, Angelus Novus, 2008

⁷³ Entrevista a José Miguel Júdice, fundador do MFP-PP, Lisboa, Dezembro de 2019

Desta confrontação com a extrema-esquerda universitária e reacção ao seu domínio intelectual, a que se juntava uma nova motivação oposicionista, relativamente ao Marcelismo⁷⁴- que viria a evoluir para uma posição de rejeição ao regime⁷⁵- e, sobretudo, pelo seu activismo, nasce o grande fulcro político, doutrinário e militante do futuro MFP-PP, a Cooperativa Cidadela, no início da nova década, em 1970. A Cidadela, mais que uma cooperativa livreira e cultural, servirá mormente enquanto incubadora doutrinária e laboratório ideológico de um renovado nacionalismo revolucionário, contornando as limitações existentes ao direito de reunião e associação. O grande móbil e núcleo doutrinário do futuro MFP-PP que foi o grupo político intelectual da Cooperativa Cidadela tinha referências deveras heteróclitas para aquilo que era a tradição intelectual da direita portuguesa, e também por isso originou soluções políticas disruptivas no espectro político. Destacam-se os autores da superação do marxismo como Pareto e Sorel e de novas formas de organização social, como Marcuse, em contraposição com teóricos das contradições do capitalismo e suas estruturas como Gramsci, africanistas como René Dumont, pensadores não-marxistas de tradição ocidental como Raymond Aron ou Ortega y Gasset, os grandes teóricos do corporativismo de associação como Manoilescu ou Ugo Spirito, não deixando de parte líderes de ditaduras desenvolvimentistas como Perón⁷⁶. Por fim, o mentor da síntese entre a dialética da luta de classes e a superação da exploração capitalista, José António Primo de Rivera⁷⁷, cuja antologia de textos com introdução assinada por José Miguel Júdice era uma das maiores inspirações doutrinárias da Cidadela. Também na esfera socioeconómica, o grupo de Dubcek⁷⁸, de onde se destaca o economista da Primavera Checa de 1968⁷⁹, Ota

⁷⁴ Entrevista a José Miguel Júdice, Lisboa, Dezembro de 2019

⁷⁵ CRUZ, Manuel Braga e RAMOS, Rui- *Marcelo Caetano, Tempos de Transição*, Porto, Porto Editora, 2012, pág.435

⁷⁶ *Ibidem*- pág.437

⁷⁷ José António Primo de Rivera (1903-1936) - Filho do ditador espanhol, Miguel Primo de Rivera, José António, primeiramente advogado, envolve-se politicamente apenas após a morte do seu pai, com o desiderato de honrar a sua memória. Não obstante, José António funda a falange espanhola, sendo seu líder e ideólogo até à sua morte, depois tornado mártir do franquismo. O falangismo era um movimento de direita nacionalista, não conservador como o do seu pai, mas sim revolucionário, advogando os princípios da autoridade do estado e a importância da hierarquia social tem, no entanto, uma ideia nacionalista de índole fascizante, anti-clerical, anti-conservadora e igualmente anti-republicana, bem como simultaneamente anti-capitalista e anti-marxista. Sendo precisamente a cosmovisão socioeconómica de terceira via do nacional-sindicalismo que impactará sobejamente as ideias do grupo da Cidadela.

⁷⁸ Alexander Dubcek (1921- 1992) – Secretário-geral do Partido Comunista da Checoslováquia entre 1968 e 1969, cargo que correspondia à liderança do país, foi o responsável por uma tentativa de reforma do governo comunista checoslovaco no sentido de uma maior democratização da vida política e da sociedade sob o famigerado slogan “socialismo de rosto humano” protagonizando um período de governação denominado de Primavera de Praga. O final deste período de cerca de 8 meses culmina com a invasão do país por partes das tropas soviéticas e seus aliados do Pacto de Varsóvia, prendendo e forçando o grupo dirigente em redor de

Sik,⁸⁰ - depois traduzido por José Carlos Vieira de Andrade, correligionário de Júdice- cuja influência foi também substancial no conjunto de mudanças sociais e económicas presentes no projecto político deste grupo, além, claro, do próprio Fernando Pacheco de Amorim, enquanto autoridade académica do integracionismo nacional.

Os jovens nacionalistas ligados à Cidadela convergiam politicamente em 3 grandes pólos. O anti-marcelismo, isto é, a oposição ao consulado político de Marcello Caetano, era o propulsor dos outros 2 eixos de convergência entre este grupo, sendo que esta oposição se estendia integralmente ao regime entre alguns, de onde se destaca José Miguel Júdice, posição que paulatinamente viria a ser comungada pela totalidade desta nova geração do nacionalismo, dado o seu imanente carácter revolucionário e, sobretudo, devido ao salto político que constitui o apoio ao projecto político spinoquista, ainda antes da revolução, assumindo conseqüentemente a rejeição integral do regime. Esta ligação spinoquista será abordada em maior detalhe mais à frente no presente capítulo. Assim, dentro desta cosmovisão, o governo caetanista, entendido como um regime de oligarquia capitalista, exprimia um situacionismo colonialista, subjacente a um imobilismo político perante o impasse nas decisões estratégicas nacionais. Algo que, por si só, é tido como corolário da cedência político-económica em prol de grupos oligárquicos e da tecnocracia que preconiza a aproximação à Europa e pensa o Ultramar como razão de atraso económico nacional, sendo, portanto, descartável.

Deste revolucionarismo decorriam os outros 2 eixos. O africanismo integrador e anti-colonialista- principal dínamo da militância política dos nacionalistas, que partia da assunção da situação ultramarina portuguesa como colonial, a jusante de um anti-imperialismo doutrinário. Ultrapassando, assim, os correligionários de Valle de Figueiredo, que, assumindo

Dubcek a abdicar do rumo da democratização e liberalização do regime política, social e economicamente, sendo depois removidos do poder em 1969.

⁷⁹ Período de governação da Checoslováquia marcado por uma breve transição política, 1968-1969, no regime comunista do país, com a ascensão ao poder de uma nova classe política que propugnou a abertura do regime, através da garantia de direitos e liberdades individuais, separação de poderes e liberdade da imprensa, bem como um conjunto de reformas económicas e do sistema político tendentes à democratização. Tendo logrado o entusiasmo da generalidade da opinião pública e imprensa do país e gerado uma dinâmica política na sociedade civil sem precedentes desde a consolidação do poder autocrático comunista no país na década de 50, havendo mesmo uma reacção espontânea de resistência civil por parte da população à invasão soviética de Agosto de 1968 que progressivamente devolveu o poder à linha dura do regime e aboliu as reformas do governo de Dubcek.

⁸⁰ Ota Sik (1919-2004) – Economista checo que projectou as bases das reformas socioeconómicas da Primavera Checa, ocupando simultaneamente os cargos de vice-primeiro-ministro e ministro da Economia do governo de Dubcek. Propugnando uma terceira via entre o mercado livre capitalista e a economia planificada soviética, constitui-se, a par de Primo de Rivera, umas das referências doutrinárias do grupo da cidadela na sua busca por um projecto socioeconómico de terceira via.

a necessidade de evolução dentro da unidade nacional em moldes anti-colonialistas, partem ainda, como supracitado, da concepção imperial de Portugal, Portugal como cabeça de um império. A cosmovisão terceiro-mundista do ultramar e, por extensão, do conjunto nacional, trazida por este grupo intelectual constitui um avanço ideológico e doutrinário ímpar no pensamento político português, pese embora as influências de Pacheco de Amorim, dentro desta mundividência. Portugal seria um país cada vez mais de terceiro-mundo, fazendo, não obstante, a ponte com o primeiro, abandonando a dicotomia Leste/Oeste determinada pela geopolítica decorrente da Guerra Fria, focando-se na dicotomia Norte/Sul, sendo o mais pobre dos países de primeiro mundo e o mais rico dos países de terceiro-mundo. Este processo consubstanciar-se-ia na designação de Luanda como capital do conjunto nacional em detrimento de Lisboa, passando a denominação de Portugal a ser exclusiva de todo o território nacional, adoptando a metrópole a designação de Lusitânia⁸¹. No entendimento dos nacionalistas-revolucionários da Cidadela seria este o único modo de organização política passível de legitimar a defesa do território nacional ultramarino, transformando-se Portugal em combatente anti-imperialista- aqui transparece-se o património ideológico do anti-americanismo, acompanhado com a mesma veemência pelo anti-comunismo, duas faces do fenómeno imperialista dentro de uma luta que se considerava anti-imperialista, contra o internacionalismo comunista da URSS e o imperialismo capitalista dos Estados Unidos da América. Por seu turno, o anti-colonialismo imanente, valerá também para a rejeição do MFP-PP face ao que viriam a denominar como “entreguismo” que caracterizará a política de descolonização do MFA, pois tal via é sinónimo de uma cedência ao imperialismo soviético. Por outro lado, dado o carácter revolucionário desta ruptura conceptual, a rejeição é igualmente absoluta face a qualquer solução rodesiana, que ia ressoando nos meios políticos, e sobretudo ligada a Jorge Jardim⁸².

Como derradeiro eixo político destaca-se o justicialismo político-social, devedor de uma matriz anti-capitalista e revolucionária, na medida em que o problema do Estado Novo não seria apenas político, mas também social e económico⁸³. Isto é, haveria que ter lugar a reorganização da sociedade e da economia para a concretização de uma realidade de justiça social, que no entender dos nacionalistas-revolucionários da Cidadela só seria possível através

⁸¹ Entrevista a José Miguel Júdice, Lisboa, Dezembro de 2019; cf. CRUZ, Manuel Braga e RAMOS, Rui-Marcelo Caetano, *Tempos de Transição*, Porto, Porto Editora, 2012, pág.439; e ainda: MARCHI, Riccardo et al-*Ideias e Percursos das Direitas Portuguesas*, Texto Editora, 2014, pág.342

⁸² *Ibidem*

⁸³ JÚDICE, José Miguel, Fundador do MFP-PP, Dezembro de 2019, Lisboa

da superação do capitalismo- motivado sobretudo pela organização económica estrutural do ultramar que entendiam caracterizar-se como situação de exploração colonial por uma oligarquia capitalista metropolitana, semelhante à aferição política dos nacionalistas da anterior geração do Jovem Portugal. Pelo que, sem profundas alterações do sistema económico, a revolução nacional pretendida para o sistema e organização políticos do todo pluricontinental não seria possível, na medida em que a manutenção do capitalismo levaria a um inevitável processo neo-colonialista⁸⁴. Por outro lado, em ordem a concretizar esse projecto socioeconómico, teriam também de ser ultrapassadas as teses do socialismo e, por maioria de razão, do comunismo- cuja dialéctica da luta de classes entendiam ser ultrapassável, a crítica à proposta marxista passava por apontar que esta incorria num sistema inevitavelmente ineficiente e simultaneamente incapaz de superar essa luta de classes, sedeado num Estado assaz burocrático, cuja tendência seria a de um capitalismo monopolista de Estado⁸⁵.

O modelo seria, assim, baseado numa terceira via político-económica, mormente inspirada no já mencionado Ota Sik⁸⁶. Desde logo, através de uma concepção socioeconómica revolucionária do modelo de gestão da empresa, executado por um colectivo em representação dos detentores de capital, com direitos remuneratórios, e, por outra parte, por trabalhadores que participariam na vida da empresa, representados nas suas diferentes categorias de trabalho, numa concertação labutada por um conselho de administração integrado pela totalidade do colectivo descrito, pelo que a alocação de rendimentos obedeceria, se não a um conceito autogestionário, pelo menos a uma esfera de co-gestão⁸⁷. Isto, em detrimento de uma liderança patrocinada exclusivamente por parte dos referidos proprietários, pautando-se aqui também uma diferença de jure e de facto com o sistema económico socialista, ilustrada no direito remuneratório dos detentores de capital. De resto, nesta concepção socioeconómica, há mesmo uma prioridade preferencial pela co-gestão sobre as nacionalizações- ainda que não as rejeitassem, sobretudo no tocante aos sectores estratégicos nacionais-, derivado também ao facto de que, no seu entendimento, a empresa privada não deveria ser possível em grandes conglomerados, sendo, quando muito, uma

⁸⁴ *Ibidem*

⁸⁵ CRUZ, Manuel Braga e RAMOS, Rui- *Marcelo Caetano, Tempos de Transição*, Porto, Porto Editora, 2012, pág.440

⁸⁶ Entrevista a José Miguel Júdice, Lisboa, Dezembro de 2019

⁸⁷ *Ibidem*; cf. CRUZ, Manuel Braga e RAMOS, Rui- *Marcelo Caetano, Tempos de Transição*, Porto, Porto Editora, 2012, pág.439

empresa de média dimensão. Aqui denotam-se semelhanças com um autor futuramente influente para o pensamento do MFP-PP, Edgar Faure⁸⁸, que será abordado nos próximos capítulos⁸⁹. A empresa tipo idealizada pelos nacionais-revolucionária seria constituída por chefe de empresa, por uma assembleia representativa dos trabalhadores e dos detentores de capital e por um, acima referido, conselho de administração em que trabalhadores e detentores de capital teriam igual representação. O chefe de empresa distingue-se do seu congénere capitalista pela sua nomeação transitar de mérito próprio, através de uma hierarquia de valores, sufragada nos órgãos da empresa e não como corolário do capital possuído. Por outro lado, distingue-se da figura correspondente no socialismo pela sua nomeação não ser feita de cima para baixo, mas antes de baixo para cima como verdadeiro representante dos trabalhadores, presidindo à assembleia e conselho de administração, e decidindo em caso de empate⁹⁰. Destaca-se também a nacionalização da banca, opondo-se à banca privada na medida em que o crédito enquanto instrumento político-económico não poderia estar nas mãos de entidades privadas, devendo pertencer, por isso, pertencer ao Estado, libertando-se da especulação usurária e colocado ao serviço do progresso nacional⁹¹. A outra das profundas mudanças socioeconómicas decorrentes do projecto de terceira via seria a de uma reforma agrária -até aqui não eram ideias particularmente novas para o debate da economia política do próprio regime corporativo-, conquanto esta, e aqui reside o factor revolucionário, devesse ser levada a cabo sem qualquer tipo de indemnização para com os proprietários, numa visão próxima da propugnada por Primo de Rivera, mas que também não seria única no espectro político- dado que visão semelhante seria adoptada e aplicada pelos governos provisórios de Vasco Gonçalves, próximo da estratégia do PCP. Dos pilares económicos do projecto nacionalista-revolucionário decorria também, como já mencionado, uma nova forma de organização social, dentro da ideia política económica de terceira via, embora contrária ao corporativismo do regime, um corporativismo de Estado, indo buscar inspiração à variante

⁸⁸ Edgar Faure (1908-1988) – Membro do Partido Radical na quarta república francesa, onde foi deputado à Assembleia Nacional e primeiro-ministro (1952 e 1955), Edgar Faure adere ao gaullismo na quinta república, sendo nomeado ministro da Agricultura em 1966 e, depois da rebelião estudantil de Maio de 1968, foi apontado como ministro da Educação, tendo perdido relevância após a demissão de De Gaulle da presidência da república. Faure era uma das figuras da esquerda do gaullismo, o que se consubstanciava numa cosmovisão nacionalista da França, acompanhada de uma concepção socioeconómica de terceira via, conciliadora da liberdade económica com um estado interventivo, sendo sobretudo o seu modelo de empresa a principal inspiração para o grupo da Cidadela, e que irá influenciar o pensamento económico conhecido do futuro MFP-PP.

⁸⁹ FAURE, Edgar- *Contrato Social*, Editorial Futura, 1974

⁹⁰ SANTOS, Miguel Dias- A direita monárquica e a persistência da tradição, capítulo VIII, pág. 276, in *Ideias e Percursos das Direitas Portuguesas*, direcção de Riccardo Marchi, Lisboa, Texto Editora, 2014

⁹¹ Miguel Dias- A direita monárquica e a persistência da tradição, capítulo VIII, pág. 275, in *Ideias e Percursos das Direitas Portuguesas*, direcção de Riccardo Marchi, Texto Editora, 2014

concorrente do corporativismo, a de associação. O móbil seria a liberdade de organização entre patrões e trabalhadores, ou seja um sindicalismo e um associativismo patronal fora do domínio estatal, conquanto, idealisticamente, esse modelo fosse meramente transitório, para a concretização do nacional-sindicalismo que se consubstanciaria no desaparecimento da capacidade de existência de organizações patronais na medida em que a razão da sua existência seria superada através da liberdade e participação política existentes no seio da totalidade das empresas geradoras da participação dos trabalhadores no lucro da empresa⁹².

Esta proposta política, constituía, portanto, um conjunto de mudanças socioeconómicas, baseado num novo modelo económico e num novo contrato social- que depois, porventura pela maior moderação dos dirigentes mais conservadores do partido- sobretudo do grupo mais tecnocrata que transita da Associação PROGRAMA, como é o caso de Luís de Oliveira Dias⁹³- ou, ainda, pelo contexto político revolucionário, são suavizadas, e outras preteridas, conquanto se mantenham os eixos doutrinários, quando plasmadas na observável proposta política do MFP-PP.

O projecto justicialista do nacionalismo do grupo da Cidadela assente num revolucionarismo social e económico observa-se com particular inexauribilidade através da inspiração em Primo de Rivera, patenteada na sua antologia de textos publicada pela cooperativa livreira, obra essa em que a introdução de José Miguel Júdice se torna uma referência para a militância nacionalista-revolucionária e que aqui se diseca. Desde logo, evidencia-se a omnipresente ideia motriz de uma terceira via no campo económico-social na defesa da “superação dos contrários existentes para um equilíbrio mais elevado”⁹⁴. Daí partir de “uma crítica implacável ao liberalismo e ao marxismo, realidades antitéticas, mas, por isso mesmo, indissolúvelmente ligadas”⁹⁵. A rejeição do conservadorismo é também evidente quando Júdice aborda a metodologia da construção de uma concepção renovada do nacionalismo-revolucionário: “(...) a construção do nacionalismo revolucionário nos nossos dias, se é tributária de experiências mais ou menos nacional revolucionárias, não pode limitar-se a isso. As diversas

⁹² CRUZ, Manuel Braga e RAMOS, Rui- *Marcelo Caetano, Tempos de Transição*, Porto, Porto Editora, 2012, pág.441

⁹³ Luís de Oliveira Dias- Licenciado em direito pela Universidade de Coimbra, foi um dos dirigentes do MFP-PP que não era originário da esfera do nacionalismo conimbricense, e pertencente à geração portuense de Sá Carneiro, de quem era amigo. De sensibilidade política conservadora, destaca-se no mundo bancário enquanto dirigente do Banco Português do Atlântico e do Banco Nacional Ultramarino, o que o leva a ter particulares responsabilidades no financiamento do partido, evadindo-se de Portugal após o 28 de Setembro e estabelecendo-se no Brasil, onde depois executa similares tarefas ao serviço do MDLP.

⁹⁴ JÚDICE, José Miguel- *José António Primo de Rivera*, Cidadela, 1972, Coimbra, Cidadela, pág.11

⁹⁵ JÚDICE, José Miguel- *José António Primo de Rivera*, Cidadela, 1972, Coimbra, Cidadela, pág.11

formas com que o capitalismo respondeu às questões que em dois séculos lhe têm sido postas, as várias correntes do pensamento marxista, certas experiências de descompressão do totalitarismo marxista ou de reacção nacional em países de terceiro mundo serão outros tantos dados a ter presente”⁹⁶. Dessa construção nacionalista-revolucionária recorre a já clássica e mencionada rejeição do capitalismo na medida em que se mantém as razões profundas que provocam a sua não aceitação e a incapacidade de resolução do problema social que causa reprovabilidade no plano ético⁹⁷.

A maior inspiração para os nacionalistas-revolucionários desta geração advinda do pensamento doutrinário de Rivera é o seu contributo para a construção do nacional-sindicalismo⁹⁸, ou seja, problemas da nação, revolução e, sobretudo, da organização social decorrente do seu projecto justicialista. Nacional-sindicalismo que é considerado por Júdice como homólogo espanhol do nacionalismo revolucionário⁹⁹ e de onde parte a inspiração para a elaboração da revolução social no modelo de gestão da empresa e da forma decorrente com que se estrutura a sociedade, destacando, assim, as seguintes palavras de Rivera: “O que nós queremos com a maior participação do operário nas funções do Estado, não é fazer avanços sociais um a um, como quem concede regateando, mas a estruturação da economia de cima a baixo, de modo distinto”¹⁰⁰, José Miguel Júdice conclui esta ideia associando este raciocínio ao fim último da superação do capitalismo¹⁰¹, a que se associa a inseparabilidade dos problemas nacional e social. Esta interdependência característica da cosmovisão dos nacionalistas-revolucionários da Cidadela é também tributária do pensamento de Rivera¹⁰², assim catalogado por Júdice, que reforça essa correlação da seguinte forma: “O Estado só pode ser forte, sem ser ditatorial, se for nacional; nacionalismo só sendo revolucionário deixa de ser uma arma classista, uma revolução só pode ser criadora e libertadora se for nacional e não de classe”¹⁰³. Esta ideia de um Estado forte, que para sê-lo, sem ser ditatorial, só pode ser

⁹⁶ JÚDICE, José Miguel- *José António Primo de Rivera*, Cidadela, 1972, Coimbra, Cidadela, pág.16

⁹⁷ *Ibidem*- pág.19

⁹⁸ A inspiração numa construção socioeconómica nacional-sindicalista a partir do pensamento de Primo de Rivera por parte do grupo da Cidadela, começada de forma embrionária com o grupo do Movimento Jovem Portugal, distingue-se do movimento dos camisas azuis dos anos 20 liderado por Rolão Preto, estes de tendência claramente fascizante e militarista, com pretensões totalitaristas e pouco influenciados pelo falangismo de Rivera, mais seduzidos, para além do fascismo, pelo pensamento francês de Valois e mesmo por um dissidente ideológico de Rivera, Ramiro Ledesma Ramos, cf. PINTO, António Costa- *Os Camisas Azuis e Salazar*, Lisboa, Edições 70, 2015.

⁹⁹ JÚDICE, José Miguel- *José António Primo de Rivera*, Coimbra, Cidadela, 1972, pág.27

¹⁰⁰ *Ibidem*- pág.29

¹⁰¹ *Ibidem*- pág.29

¹⁰² *Ibidem*- pág.38

¹⁰³ *Ibidem*- pág.50

nacional, é um traço distintivo da mundividência nacional-revolucionária, denotando-se a sua crença no envolvimento das massas ao redor de um desígnio nacional e de uma missão justicialista promovidos pelo Estado, através da integração socioeconómica de toda a comunidade¹⁰⁴. Outro contributo premente, é o da concepção de Estado, enfatizando-se a ideia do primado do Estado, ou seja da política e da nação, sobre a economia na medida em que o Estado, deve ser “o primeiro servidor de um destino, o da Nação, na sua evolução para o universal (...) o Estado tem de ser forte contra os grupos sociais com grande poder, contra a oligarquia económica, e nessa medida tornar-se-á o garante da liberdade dos homens”¹⁰⁵, adoptando o ideal falangista de que só num Estado “livre”, o homem pode ser verdadeiramente livre¹⁰⁶. Esta concepção acompanha outra das grandes mudanças socioeconómicas propostas pelo nacionalismo-revolucionário acima descrita e inspirada no pensamento de Rivera, a nacionalização da banca, dada a importância do serviço de crédito que desempenha e o facto de nela residir a sede do verdadeiro poder capitalista¹⁰⁷.

Na introdução desta antologia de textos de Rivera, é também claro outro traço distintivo deste grupo intelectual, a assunção revolucionária do nacionalismo rejeitando a herança dos nacionalismos étnicos, de laivos fascizantes dado que, nas palavras de Júdice: “o nacionalismo não é físico, ou étnico, pois esses nacionalismos- desagregadores das grandes unidades forjadas pela História- parecem-lhe regressivos e primários. É antes projectivo e missional, entendendo a Nação como um estádio na caminhada para o universal”¹⁰⁸.

O grupo intelectual ligado à Cidadela caracteriza-se, portanto, como um movimento de direita revolucionária, e, por isso, diferenciado face à tradição clássica das direitas, habitualmente conservadoras nas suas cosmovisões político-ideológicas e nas suas concepções doutrinárias da sociedade, ao cepticismo e ao realismo genéricos destas direitas, a direita nacionalista-revolucionária contrapõe com o romantismo doutrinário e uma ideologia prometeica de um projecto político idealista. É, pois, a exaltação do transformismo social através da sua ideologia criadora e de síntese, para além da sua proactividade e voluntarismo, que a distingue face à mundividência desconfiada perante as grandes mudanças repentinas das direitas clássicas, tipicamente conservadoras¹⁰⁹. Não obstante, o princípio nacionalista, da valorização

¹⁰⁴ PINTO, Jaime Nogueira- *Os Anos do Fim*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 2014, pág. 100

¹⁰⁵ JÚDICE, José Miguel- *José António Primo de Rivera*, Coimbra, Cidadela, 1972, pág.31

¹⁰⁶ *Ibidem*- pág.31

¹⁰⁷ *Ibidem*- pág.41

¹⁰⁸ *Ibidem*- pág.33

¹⁰⁹ PINTO, Jaime Nogueira- *A direita e as Direitas*, Lisboa, Bertrand Editora, 2018, pág.69

do Estado-nação enquanto valor político de primeira ordem, conjugado com o princípio organicista, que olha para a sociedade como um todo orgânico e não como mera soma de indivíduos, são factores ideológicos de convergência entre este nacionalismo-revolucionário e as linhas mais conservadoras da direita política¹¹⁰.

Dentro do que concerne ao revolucionarismo, e apesar da pluralidade dentro do grupo, há uma evidente ruptura epistemológica levada a cabo pelo núcleo intelectual da Cidadela, sobejamente patenteada na negação categórica do fascismo ideológico, que tem consequências ideológicas no projecto político ultramarino, económico e social- sendo a inspiração em Ota Sik disso mesmo ilustrativa- que leva a um posicionamento ideológico disruptivo- o já descrito e caracterizado projecto ultramarino do grupo político em torno da Cidadela é também um bom exemplo. De facto, a sensibilidade nacionalista personificada por José Valle e Figueiredo assume a herança política da revolução nacional de 28 de Maio, algo objectivamente constatável no seguinte trecho do seu discurso nas comemoração do aniversário da revolução nacional de 28 de Maio de 1928 de 1963: “(...) época soberba para a revolução nacional que foi a de 33 até meados da 2ª Guerra. (...) Saudavelmente marchando de braço levantado, as legiões e juventudes, ritmando o seu passo ao som das marchas de guerra, garantiam a virilidade de um espírito que se afirmava ostensivamente revolucionário e nacionalista, orgulhosamente anti-democrático e anti-liberal”¹¹¹. Esta proximidade ideológica com o fascismo traz, pois, consequências na cosmovisão desta geração, que o grupo da Cidadela depois rejeita. Não se denotando traços doutrinários próximos do neo-nazismo, como o anti-semitismo, destaca-se, pelo menos, no Movimento Jovem Portugal a ideia de um supremacismo racial advindo de um conceito de Portugal imperial, advogando a superioridade civilizacional do homem branco, que, não se tratando do direito de escravizar outras raças, trata pelo menos de exprimir hierarquicamente essa superioridade racial dentro do espaço imperial¹¹². Ainda também no respeitante à tendência fascizante do grupo de Valle de Figueiredo, assinala-se a ideia, subjacente a um nacionalismo orgânico, da integração de cada indivíduo na nação, sujeito à ordem do Estado¹¹³. Para além da ruptura epistemológica, não obstante uma equivalente densidade ideológica, há também uma observável maior

¹¹⁰ *Ibidem*- pág.86

¹¹¹ FIGUEIREDO, José Valle de- *A Juventude e a Revolução Nacional*, Braga, Governo Civil de Braga, 1963, pág.5

¹¹² MARCHI, Riccardo- *Império, Nação, Revolução: As Direitas Radicais Portuguesas no Fim do Estado Novo (1959-1974)*, Lisboa, Texto Editores, 2009, pág.106

¹¹³ FIGUEIREDO, José Valle de- *Para definir uma geração*, em *Combate*, nº11, 15 de Fevereiro de 1964

profundidade e complexidade da sua proposta política global face aos nacionalistas da primeira metade dos anos 60 em Coimbra cujo pensamento de Valle de Figueiredo aqui é tomado como sinédoque desse grupo geracional.

Relações e Movimentos do Grupo da Cooperativa Cidadela

A Cooperativa Cidadela, ainda que principalmente se tenha destacado como incubadora doutrinária e laboratório ideológico¹¹⁴, desempenhou também, enquanto cooperativa livreira e cultural que era, um relevante protagonismo enquanto actor político. Mormente através dos pontos de contacto que o futuro escol do MFP-PP principia a desenvolver nesta altura com outras organizações, movimentos e grupos intelectuais coevos da esfera política africanista que gravita em redor da defesa da continuidade nacional enquanto todo pluricontinental e multirracial nas suas diversas interpretações dentro do espaço político das direitas. A sua acção frentista é justificada pela grande prioridade dos nacionalista-revolucionários- na medida em que as três dimensões centrais descritas do nacionalismo revolucionário são interdependentes, sendo a referida continuidade de Portugal pluricontinental a mais premente e imediata face às restantes, pelo que o objectivo primário do grupo da Cidadela seria, sobretudo, evitar a desagregação do território nacional¹¹⁵. Este frentismo consubstancia-se em alianças tácticas para a consecução de fins comuns, sem nunca pôr em causa a identidade político-ideológica do nacionalismo-revolucionário, conscientes do seu frágil e pouco relevante estatuto à escala política nacional enquanto jovens académicos e universitários¹¹⁶. Paralelamente à acção frentista, os nacionalistas-revolucionários, ainda que de forma mais cautelosa dados os constrangimentos político-ideológicos decorrentes da sua identidade, avançam com uma estratégia entrista perante o regime. Serão estas dinâmicas, de relevante importância para a rede de contactos e forma de acção do futuro MFP-PP, que se procurarão aqui aflorar.

Ao surgimento oficial da Cooperativa Cidadela, em Novembro de 1970 antecede-lhe, desde logo, uma passagem oficiosa pelo crivo do regime personificado pelo próprio chefe de governo, Marcello Caetano, tendo José Miguel Júdice e seus correligionários responsáveis pelo projecto da Cidadela reunido com o Presidente do Conselho no Verão de 1970 na

¹¹⁴ A Cooperativa torna-se, desde cedo, o núcleo estrutural dos nacionalistas-revolucionários, sendo na sua sede dactilografos a maioria dos seus comunicados, o que leva a tentativas de assalto por parte da extrema-esquerda, deixando patente a importância deste grupo na paisagem política desta geração; Entrevista a José Miguel Júdice, Lisboa, Dezembro de 2019

¹¹⁵ Entrevista a José Miguel Júdice, Lisboa, Dezembro de 2019

¹¹⁶ *Ibidem*

estância turística de Buçaco para a aprovação do mesmo e apoio para a sua implementação¹¹⁷, este é um sinal capital de, pelo menos, um canal aberto de comunicação entre os nacionalistas-revolucionários de Coimbra e a esfera do regime. No que concerne à estrutura organizacional enquanto embrião do MFP-PP, a Cidadela logrou atingir cerca de um milhar de associados¹¹⁸, uma sede e correspondente núcleo no Porto, chefiado por Fernando Sollari Allegro, outro futuro dirigente do MFP-PP, em 1972, e também em Lisboa nos idos de 1973, pelo já mencionado Luís Sá Cunha, conquanto esta nunca chegue a abrir portas. A cautelosa lógica entrista é observável de forma mais objectiva em alguns acontecimentos específicos como o financiamento do regime concedido à Cooperativa Cidadela para a edição do livro de Guilherme Braga da Cruz¹¹⁹ “Reforma do Ensino Superior”, não obstante o facto de esta ser crítica para com a reforma da educação nacional em andamento da autoria de José Veiga Simão¹²⁰, como o próprio admite¹²¹. Bem como o ciclo de conferências que vai sendo desenvolvido pelos nacionalistas-revolucionários, mais concretamente no ano de 1972, sempre em redor de todas as sensibilidades políticas próximos da independência nacional enquanto nação euro-africana e católica, gerando uma interessante contra-cultura, fundamental na preparação política destes quadros para enfrentar o quadro revolucionário hostil que virão a encontrar, sendo sintomáticos deste entrismo oradores como Franco Nogueira¹²² ou Adriano Moreira¹²³. Esta sensibilidade perante as preocupações da visão de

¹¹⁷ MARCHI, Riccardo- *Império, Nação, Revolução: As Direitas Radicais Portuguesas no Fim do Estado Novo (1959-1974)*, Lisboa, Texto Editores, 2009, pág. 252

¹¹⁸ *Ibidem*- pág.255

¹¹⁹ Guilherme Braga da Cruz (1916-1977) – Doutorado em direito pela Universidade de Coimbra desde 1941, Braga da Cruz foi um dos principais lentes afectos ao regime salazarista, tendo sido procurador à Câmara Corporativa e segundo vice-presidente da mesma de 1955 a 1960 e advogado de Portugal no pleito contra a União Indiana em 1959. Situando-se num campo nacionalista de índole conservadora e monárquica, sendo reitor da Universidade de Coimbra durante o período da Crise Académica de 1962, aí merecendo o apoio dos nacionalistas-revolucionários face à oposição de toda a esquerda académica. Assim, Braga da Cruz foi uma figura académica muito solicitada para conferências e contributos de pensamento, sobretudo sobre matérias educacionais, por toda a ala direita que se opunha ao consulado de Marcello Caetano, aí incluindo o grupo da Cidadela, sendo disso ilustrativo a edição da cooperativa do seu livro contestatário à reforma do ensino superior levada a cabo pelo ministro Veiga Simão, *Reforma do Ensino Superior*, cujos pontos de vista são acompanhados, entre outros, por José Miguel Júdice na publicação *Política*.

¹²⁰ José Veiga Simão (1929-2014) – Licenciado em Ciências Físico-Químicas pela Universidade de Coimbra em 1951 e doutorado pela Universidade de Cambridge desde 1957, depois professor catedrático em 1961 em Coimbra, ascende politicamente através da solicitação de Salazar para auxiliar na instalação da primeira universidade de Lourenço Marques, hoje Maputo, em Moçambique, sendo, por isso, primeiro reitor dos Estudos Gerais Universitários de Moçambique, desde 1962 até 1970. É aí que se transforma numa figura da governação de Marcello Caetano, empossado como ministro da Educação Nacional, cessando apenas funções após a revolução de 1974, tendo sido autor de reformas em todo o sistema educativo nacional que mereceram a crítica generalizada dos sectores mais à direita, fora e dentro do regime, onde se incluem os nacionalistas-revolucionários de Coimbra.

¹²¹ Cruz, Manuel Braga e Ramos, Rui- Marcelo Caetano tempos de transição, Porto Editora, 2012, pág.373-401

¹²² Alberto Franco Nogueira (1918-1993) – Licenciado em Direito pela Universidade de Lisboa em 1940, destaca-se pelo seu percurso diplomático antes da sua entronização no regime enquanto ministro dos Negócios

um Portugal como nação católica, revela também a existência de uma linha mais ortodoxa no futuro MFP-PP, próxima dos pontos de vista do já explanado Movimento Jovem Portugal, consonante com pontos de vista do catolicismo integrista, não obstante a existência de um grupo intelectual focado neste tema, o Centro de Estudos Sociais Vector¹²⁴ também embrião de um futuro movimento político pós-Abril, de resto, é o próprio José Miguel Júdice que admite a existência, ainda que muito minoritária, de algumas cabeças salazaristas no grupo intelectual por si preconizado¹²⁵. Sendo que a mais arrojada demonstração de entrismo surge pela mão do próprio regime, na pessoa de Elmano Alves¹²⁶, presidente à época da já rebaptizada Acção Nacional Popular, em 1973 para que os nacionalistas-revolucionários assumissem a direcção da secção juvenil do partido único, algo que chega a ser ponderado, mas logo rejeitado¹²⁷. Desde logo pela ausência de consenso interno, mas também porque, conforme será explanado, a ala mais revolucionária tinha já dado um salto em frente na oposição ao regime através de contactos exploratórios com individualidades próximas do general Spínola. É, pois, a aposta no general Spínola no contexto pré-revolucionário que se constitui como a aposta mais arrojada, e duradoura, como se verá, da estratégia frentista dos nacionalistas-revolucionários. cuja continuidade se estenderá às movimentações do MFP-PP.

Estrangeiros, sendo também um intelectual com vasto contributo literário e político. Com raízes ideológicas heterodoxas dentro de um regime nacionalista autoritário de vocação conservadora e tradicionalista, sendo nacionalista, na acepção da nação como bem político primeiro, situa-se no campo de tradição republicana próximo da esquerda política, não sendo entusiasta do capitalismo, era um justicialista, próximo de autores como Alves Redol, Ferreira de Castro ou ainda do brasileiro Graciliano Ramos. ministro dos Negócios Estrangeiros de 1961 a 1969, é o ideólogo da política externa dos últimos anos do salazarismo, enfrentando o conflito armado ultramarino e pressão internacional espelhada na ONU. O nacionalismo fundamentador das suas posições traz uma narrativa luso-tropicalista sediada em Gilberto Freyre e a ideia de defesa portuguesa das populações ultramarinas face a interesses imperialistas de outras potências, americana e soviética, principalmente, sendo partidário da ideia integracionista para a organização política do ultramar.

¹²³ É um programa intenso de encontros políticos que teve a duração de 4 meses, sobressaindo o perfil académico dos convidados, todos ligados ao meio universitário. Destacando-se a 6 de Março de 1972 a comunicação de Adriano Moreira, com o título “apaziguamento ideológico”, reforçando a identidade católica e tradicionalista da península ibérica face ao laicismo materialista do liberal-capitalismo, e encerrando o ciclo a 7 de Abril com Franco Nogueira sobre a crise das ideologias. Cf. MARCHI, Riccardo- *Império, Nação, Revolução: As Direitas Radicais Portuguesas no Fim do Estado Novo (1959-1974)*, Lisboa, Texto Editores, 2009, pág. 260

¹²⁴ Grupo que será caracterizado mais à frente no âmbito da política de alianças dos nacionalistas revolucionários

¹²⁵ Cruz, Manuel Braga e Ramos, Rui- Marcelo Caetano tempos de transição, Porto Editora, 2012, pág.434

¹²⁶ Elmano Alves (1929-) – Licenciado em direito pela Universidade de Lisboa, Elmano Alves é entronizado na classe política do regime com a sua eleição para deputado da Assembleia Nacional em 1965, aí se mantendo até à queda do regime, tendo também tido uma passagem governativa enquanto subsecretário de estado da juventude e desportos entre 1968 e 1970. Sendo, portanto, com Marcello Caetano que Elmano Alves se torna um dos homens fortes do regime, assumindo a presidência da Acção Nacional Popular em 1973 e aí se mantendo até à revolução de 1974 que consequentemente leva à extinção e ilegalização do partido único.

¹²⁷ CRUZ, Manuel Braga e RAMOS, Rui- *Marcelo Caetano, Tempos de Transição*, Porto, Porto Editora, 2012, pág.435

O frentismo é intrínseco ao próprio grupo da Cidadela, a lógica de acção e estratégia frentistas são imanentes a todas as movimentações políticas dos nacionalistas-revolucionários desde a fundação da cooperativa. É disso representativo o congresso organizado pelos jovens nacionalistas-revolucionários de Coimbra, denominado Portugal Jovem, logo em Março de 1971, cujo objectivo era a definição de um edifício ideológico comum ao nacionalismo-revolucionário para a década de 70. Partiam de uma premissa semelhante aos seus antecessores geracionais do grupo do *Combate*, ainda que com intencionalidades diferentes, de que os valores tradicionais desta área política estariam ultrapassados na medida em que não conseguiam mobilizar as novas gerações. Sendo, portanto, fundamental a caracterização de um novo projecto enquadrado na mundividência da unidade nacional. Devendo também referenciar-se o dado politicamente relevante do congresso contar com a participação de estudantes da Universidade de Lourenço Marques integrados na Frente Nacional Integracionista, chefiada pelo deputado da Acção Nacional Popular para Moçambique, Gonçalo Mesquitela, cujos filhos animarão, no pós-25 de Abril, o grupo anti-FRELIMO, Dragões da Morte¹²⁸. Neste congresso estaria também presente outra organização de vocação pluricontinental, com quem a Cidadela irá estabelecer importantes relações de colaboração política, o Círculo de Estudos Ultramarinos, liderado em Coimbra por João Loureiro, destacando-se também José Amaral ou Jorge Rangel, que vem a ser secretário do Governo de Macau e presidente da Sociedade Histórica para a Independência de Portugal, sendo este último abordado já após a revolução de Abril para a criação do núcleo macaense do MFP-PP¹²⁹. Trata-se de um proeminente grupo de jovens provenientes de todos os cantos do mundo português, asiático e africano, que frequentaram os estudos universitários em Portugal através da Procuradoria dos Estudantes Ultramarinos¹³⁰, cuja cosmovisão da unidade nacional pluricontinental era muito idêntica à dos nacionalistas-revolucionários, rejeitando a concepção imperialista da metrópole, conquanto não fossem tão longe na questão socioeconómica. As sensibilidades políticas eram diversas naquele grupo, dadas as variegadas experiências culturais de cada um, derivadas das suas diferentes origens, sendo o factor ultramarino o vector confluyente de todos eles, cuja concepção asiática e africana com que este grupo

¹²⁸ MARCHI, Riccardo- *A direita radical na Universidade de Coimbra (1945-1974)*, *Análise Social*, vol. XLIII, 2008, pág.551-576

¹²⁹ Entrevista a José Miguel Júdice, Lisboa, Outubro de 2021

¹³⁰ Entrevista a José Miguel Júdice, Lisboa, Dezembro de 2019

interpretava a questão ultramarina influenciou substancialmente a construção política terceiro-mundista dos nacionalistas-revolucionários da Cidadela¹³¹.

Para além dos laços cultivados com o Círculo de Estudos Ultramarinos, destaca-se também a participação do grupo da Cidadela com outras três organizações, todas elas de oposição pela direita ao governo de Marcello Caetano. Ao contrário do Círculo de Estudos Ultramarinos, foram todos elas pequenos embriões de movimentos político-partidários no contexto pós-revolucionário e todos elas ilustrativas do frentismo dos nacionalistas-revolucionários, sendo as alianças tácticas com estes movimentos corolários dessa mesma lógica de acção, sempre com o objectivo da manutenção da unidade nacional pluricontinental como prioridade.

Também muito próximos da concepção ultramarinista dos nacionalistas-revolucionários de continuação do projecto africano por meios não colonialistas, o grupo da Cidadela desenvolveu sólidas ligações ao grupo monárquico protagonizado por Henrique Barrilaro Ruas¹³² denominado Renovação Portuguesa, com início de actividade nos idos de 1962. Comungavam também do oposicionismo ao regime estado-novista¹³³, participando na candidatura oposicionista do Centro Eleitoral Monárquico em 1969 que depois originou a Convergência Monárquica, sendo que no período pós-revolucionário contribuirá para o aparecimento do Partido Popular Monárquico- partido que cujas semelhanças político-ideológicas com o MFP-PP não são despiciendas e serão abordadas mais à frente. Semelhanças que, de resto, já eram observáveis entre estes dois grupos intelectuais, dado que os escritos de Barrilaro Ruas já elencavam um personalismo cristão anti-comunista muito próximo do anti-comunismo dos nacionalistas revolucionários, ambos contra a dialéctica materialista do marxismo, ainda que a leitura dos monárquicos tenha naturalmente um pendor de maior religiosidade¹³⁴. A Renovação Portuguesa e os nacionalistas-revolucionários

¹³¹ Entrevista a José Miguel Júdice, Lisboa, Dezembro de 2019; sendo aqui também importante o contributo de outra entrevista, realizada em Outubro de 2021; cf. José Miguel Júdice, “Oposição de direita a Marcello Caetano” in *Dicionário de História de Portugal* coord. de António Barreto, Maria Filomena Mónica, Volume VIII, Lisboa, Figueirinhas, 1999-2000, pág.644

¹³² Henrique Barrilaro Ruas (1921-2003) - Licenciado em História e Filosofia pela Universidade de Coimbra, Barrilaro Ruas fez parte da denominada 4ª geração do integralismo lusitano, sendo a ideia monárquica o âmago do seu ideário. Um dos pensadores monárquicos que mais activamente propugnou o descomprometimento dos monárquicos para com o regime, tanto através da actividade cultural, enquanto fundador da revista *Cidade Nova* ou presidente do Centro Académico da Democracia-Cristã, como através da actividade política enquanto dirigente da Causa Monárquica e, depois, candidato pela Comissão Eleitoral Monárquica nas eleições de 1969, chegando a participar no 3º Congresso da Oposição Democrática em Aveiro, propugnando o fim do regime.

¹³³ Entrevista a José Miguel Júdice, Lisboa, Dezembro de 2019

¹³⁴ SANTOS, Miguel Dias- A direita monárquica e a persistência da tradição, capítulo VIII, pág. 249, in *Ideias e Percursos das Direitas Portuguesas*, direcção de Riccardo Marchi, Lisboa, Texto Editora, 2014

compartilhavam também o pilar doutrinário do organicismo social, conquanto de pendor mais ruralista que revolucionário no caso do grupo de Barrilaro Ruas, valorizando as comunidades naturais (família, freguesia, município, nação), tendo no ruralismo uma espécie de reserva moral dos princípios da nação. Uma mundividência que, sendo convergente com o grupo intelectual reunido em redor da Cidadela¹³⁵, é sobretudo mais próxima e quase idêntica à cosmovisão do futuro líder do MFP-PP, Fernando Pacheco de Amorim, como se verá, sendo que todos estes eixos ideológicos são bem patentes no grupo intelectual da Cidade Nova, do qual fazia parte Barrilaro Ruas, mas também Pequito Rebelo, integralista lusitano, cujo livro “*Anti-Marx*” seria encontrado na sede central do MFP-PP aquando do seu encerramento¹³⁶.

Outra das colaborações encetadas pelos intelectuais da Cidadela- porventura a mais simbólica do espírito frentista dos nacionalista-revolucionários pela menor convergência ideológica e doutrinária face às restantes-, foi com o grupo tradicionalista e integrista católico, eminentemente conservador na sua visão social, denominado Centro de Estudos Sociais Vector. Este núcleo intelectual reunia-se à volta da revista *Resistência*¹³⁷, sendo o radical do futuro Movimento Popular Português (MPP), cujo projecto ultramarino foi sempre pouco claro, sendo apenas objectivo na adesão ao propósito de evitar a desagregação do espaço português, apresentando uma postura simultaneamente ambígua quanto ao seu posicionamento face ao regime estado-novista¹³⁸, eram portanto manifestamente imobilistas e reaccionários comparativamente aos nacionalistas-revolucionários. Apesar das divergências ideológicas, esta cooperação acontece, sobretudo, pela colaboração consistente entre o núcleo da revista *Política* de Jaime Nogueira Pinto, sendo este o elo entre os católicos conservadores e os nacionalistas-revolucionários pela sua militância política comum às duas áreas políticas¹³⁹. Não obstante, esta aliança táctica foi particularmente importante para o entrismo

¹³⁵ *Ibidem*- pág.253

¹³⁶ PEREIRA, António Maria- *A Burla do 28 de Setembro*, Amadora, Livraria Bertrand, 1976, pág.241

¹³⁷ Publicação proeminente dos meios conservadores tradicionalistas afectos ao catolicismo integrista que se opunham às mudanças sociais, políticas e eclesiais do consulado de Marcello Caetano e principal instrumento de intervenção do Círculo de Estudos Sociais Vector. Dirigida por António da Cruz Rodrigues, líder deste círculo e fundador do Movimento Popular Português após a Revolução de 25 de Abril de 1974, que seria a casa comum desta área política, a revista passa depois a ser o meio privilegiado de comunicação deste movimento partidário, cuja sede serão mesmo as instalações editoriais da revista, uma das poucas publicações anticomunistas que transita do anterior regime.

¹³⁸ Entrevista a José Miguel Júdice, Lisboa, Dezembro de 2019

¹³⁹ Importante publicação da área nacionalista, lançada no rescaldo das eleições de 1969, que procurava englobar as suas várias sensibilidades, das mais conversadoras às revolucionárias, gravitando, por isso, em torno de 4 diferentes eixos: a rejeição ao Marcelismo, da integridade do ultramar, a quebra da unidade dos católicos e a contestação universitária. Para além da colaboração regular de José Miguel Júdice em que renova a rejeição à reforma do ensino universitário de Veiga Simão, destaca-se também a participação frequente de Fernando Pacheco de Amorim e José Valle de Figueiredo, com a defesa do Ultramar sempre como eixo político

acima abordado do grupo da Cidadela, na medida em que é através do Centro de Estudos Sociais Vector que este grupo consegue granjear um alcance externo à Universidade de Coimbra, bem como o contacto com as figuras de primeira linha do regime ¹⁴⁰. Pelo que, representados por José Miguel Júdice e José Carlos Vieira de Andrade, a Cidadela marcaria presença em 1971 no III Congresso do Centro de Estudos Sociais Vector, estando também presente José Valle de Figueiredo¹⁴¹. Sendo ao abrigo da colaboração com o CESV (Centro de Estudos Sociais Vector) em matérias de educação, mais concretamente acerca da reforma universitária, que se consubstancia a aproximação entre ambas as organizações. Esta parceria específica levaria à publicação da primeira obra pela Cooperativa Cidadela, referente à comunicação de José Miguel Júdice, Manuel Cavaleiro Brandão¹⁴² e José Carlos Vieira de Andrade, “O espírito e a técnica para uma reforma universitária”, apresentada ao abrigo da conferência dinamizada por ambas as organizações sobre o tema e cujas conclusões, onde se inclui a referida comunicação, são expostas e apresentadas ao Ministério de Educação Nacional¹⁴³.

A outra das organizações referida com quem o grupo da Cidadela estreitou relações, contactos e dinâmicas foi a associação PROGRAMA- Associação de Estudos para o Progresso Nacional, sendo um caso de particular interesse na medida em que, também a PROGRAMA foi tributária ao nível militante e político da futura formação partidária, MFP-PP, desde logo pela sua intenção fundacional de poder fomentar o embrião de um futuro partido político numa realidade pluripartidária¹⁴⁴. Entre os principais dinamizadores desta associação estão os nomes de Francisco Lucas Pires¹⁴⁵, António Gomes de Pinho¹⁴⁶, futuro militante do MFP-PP,

preponderante. A publicação cessa definitivamente com o advento da revolução. Cf. SANTOS, Luís Aguiar- Um teste aos conceitos de nomocracia e teleocracia: o jornal Política perante a «primavera marcelista» (1969-1970), em *Análise Social, Vol.XXIII, nº149, pág.1093-1115*.

¹⁴⁰ MARCHI, Riccardo- *Império, Nação, Revolução: As Direitas Radicais Portuguesas no Fim do Estado Novo (1959-1974)*, Lisboa, Texto Editores, 2009, pág. 261

¹⁴¹ *Ibidem*- pág.263

¹⁴² Manuel Cavaleiro Brandão (1946-) – Licenciado em direito pela Universidade de Coimbra, Cavaleiro Brandão integra o grupo da Cidadela, próximo de Manuel Rebanda e José Miguel Júdice, viria a aderir ao MFP-PP, sendo preso no 11 de Março. Militando, após a extinção do MFP-PP, no CDS-PP, desempenhando pelo partido funções de deputado nas primeiras quatro legislaturas.

¹⁴³ MARCHI, Riccardo- *Império, Nação, Revolução: As Direitas Radicais Portuguesas no Fim do Estado Novo (1959-1974)*, Lisboa, Texto Editores, 2009, pág.262

¹⁴⁴ Entrevista a José Miguel Júdice, Lisboa, Dezembro de 2019

¹⁴⁵ Francisco Lucas Pires (1944-1998) – Licenciado e mestre em direito pela Universidade de Coimbra em 1966 e 1968, Lucas Pires foi militante e intelectual do nacionalismo revolucionário ao longo da década de 60, sendo um dos seus líderes e colaborando com a 1ª geração nacionalista-revolucionária da década, o grupo do *Combate*, tendo ainda ligação ao grupo da Cidadela, frequentando a cooperativa já enquanto professor universitário e colaborando com alguma regularidade na publicação *Política*. Não obstante, não só não se envolve com o MFP-PP, como é através da sua militância do CDS, onde chega a desempenhar as funções de presidente do partido

Artur Anselmo¹⁴⁷ e José Valle de Figueiredo, este último será entronizado como presidente da PROGRAMA, o que revela, de facto, muito da importância da PROGRAMA para a futura estrutura do MFP-PP tendo em conta a importância política e organizacional de Valle de Figueiredo na hierarquia desta formação partidária. O móbil político desta associação era a formação de uma alternativa política à SEDES, actuando como contraparte ao liberalismo económico desta, funcionando, tal como a SEDES, enquanto embrião de um hipotético futuro partido político e escol de quadros técnico-políticos. Este tecnicismo era mormente confirmado pelas temáticas abordadas nas conferências organizadas pela associação, Júdice menciona, ilustrativamente, uma comunicação sua acerca de política industrial¹⁴⁸, realizando-se também conferências acerca da participação dos trabalhadores na empresa, sobre a migração em Portugal e trabalhadores ultramarinos, bem como a influência da comunicação social na formação da opinião pública¹⁴⁹. Fundada no final de 1972, a associação desenvolve até à queda do regime uma interessante implementação territorial, com núcleos, para além da sede na capital do país, em Braga, Viseu, Caldas da Rainha, Leiria e Portalegre, da qual o MFP-PP viria a beneficiar, contando também com vários técnicos do Ministério das Corporações e elementos directivos de organismos corporativos que se revelariam fundamentais na implantação do partido, como são os casos de João Cabral¹⁵⁰ e Joaquim Ramos¹⁵¹. Ficando os estatutos da associação ao encargo do grupo da Cidadela, que viriam a ser aprovados em 1973 pelo Ministério do Interior, tornando-se, de resto, este grupo como ponto de referência da PROGRAMA em Coimbra, cuja conferência lá realizada em

(1983-1986), que se destaca politicamente, onde se consolidou como uma das principais figuras e ideólogos da direita liberal e europeísta, afastando-se das concepções nacionalistas que propugnou na década de 60.

¹⁴⁶ António Gomes de Pinho (1946-) – Licenciado em direito pela Universidade de Coimbra, António Gomes de Pinho participa na galáxia nacionalista-revolucionária da década de 60 em Coimbra, durante as comissões administrativas académicas lideradas pelas direitas, dirige o nº147 da *Via Latina*. Faz parte do grupo da Cidadela, transitando depois para o MFP-PP, militando, mais tarde, no CDS, onde seria vice-presidente de Lucas Pires, de quem era próximo desde os tempos nacionalistas-revolucionários da década de 60, e líder do grupo parlamentar do partido.

¹⁴⁷ Artur Anselmo (1940-) – Homem sobretudo ligado à dimensão cultural, é licenciado em filologia romântica pela Universidade de Lisboa, dirige a publicação *Cidadela* que conta com a participação de José Valle de Figueiredo e viria a servir de inspiração para baptizar a cooperativa dos nacionalistas-revolucionários liderados por Júdice. Apesar da sua identificação com esta área política e de pertencer ao núcleo histórico do *Combate*, nunca participa no MFP-PP nem teve qualquer outra actividade político-partidária, exilando-se no Brasil durante o período revolucionário.

¹⁴⁸ Entrevista a José Miguel Júdice, Lisboa, Dezembro de 2019, cf. MARCHI, Riccardo: *À direita da revolução: resistência e contra-revolução no PREC (1974-1975)*, Lisboa, Objectiva, 2020, pág.26 e 30

¹⁴⁹ PRATA, Rafael *et al- Portugal Novo: Movimentos e Partidos Políticos*, Lisboa, O Emigrante, 1974, pág.117 e 118

¹⁵⁰ João Cabral- Vice-Presidente da Junta Central das Casas do Povo e membro da União Nacional, participa no MFP-PP através da sua militância na associação PROGRAMA, tendo sido determinante para a implantação territorial do partido através dos contactos inerentes ao cargo que ocupou no regime.

¹⁵¹ Joaquim Ramos- Industrial do concelho de Alcanena e também envolvido nos órgãos dirigentes das casas do povo, desempenha papel semelhante ao de João Cabral, na implantação do MFP-PP no distrito de Santarém.

Dezembro de 1973 é feita nas instalações da Cidadela e animada por dois nacionalistas-revolucionários, José Miguel Júdice e Francisco Lucas Pires, conquanto este último seja fundador e dirigente da associação¹⁵².

A Ligação dos Nacionalistas-Revolucionários com o General Spínola

É através da PROGRAMA que pode percepcionar-se, já nesta altura, a existência de sensibilidades diferenciadas no campo ideológico que gravitava em redor do nacionalismo-revolucionário, começando a desenhar-se as movimentações políticas decorrentes de premissas ideológicas e de acção que levariam à formação futura do MFP-PP. O grupo intelectual da Cidadela estava ocorrente da existência de movimentos militares ainda antes do 16 de Março de 1974, Golpe das Caldas¹⁵³, mormente pela aproximação ao campo spinolista de futuros dirigentes do MFP-PP derivada da sua experiência militar na Guiné, destacando-se José Valle de Figueiredo, liderando o Gabinete de Acção Psicológica do general Spínola, tendo sido Luís Sá Cunha o seu sucessor, para além da participação dos nacionalistas-revolucionários Carlos dos Santos Morais e Francisco Almeida Ferreira¹⁵⁴. É neste contexto que, através da estrutura organizacional da PROGRAMA se dá uma reunião importante para a lógica de acção que levaria mais à tarde à formação do MFP-PP, - aquando da publicação do *Portugal e o Futuro* num apartamento do prédio onde residia um eminente quadro técnico, membro do governo de Marcello Caetano enquanto Secretário de Estado do Urbanismo e da Habitação, futuro dirigente do CDS-PP, José Luís Nogueira de Brito- em moldes conspirativos para com o final do regime. Dá-se, através desta reunião, uma grande divisão entre os quadros nacionalistas-revolucionários que propugnavam uma aliança com o general Spínola e seu projecto, que por esta altura já desenvolvia contactos com o MFA¹⁵⁵, e uma sensibilidade mais conservadora dentro da PROGRAMA, personificada neste embate pela pessoa de João Cabral, tendente a um nacionalismo de ascendente fascizante que abarcava a tradição conceptual imperial, assumindo uma posição contrária a essa aliança com Spínola, que não consideravam como garante desta cosmovisão ultramarina, dada a evolução política defendida para as colónias pelo general, posição parcialmente acompanhada por José Valle de Figueiredo, ausente da reunião, tendo transmitido a sua opção integracionista pessoalmente

¹⁵² Entrevista a José Valle de Figueiredo, Porto, Maio de 2022, cf. MARCHI, Riccardo- *Império, Nação, Revolução: As Direitas Radicais Portuguesas no Fim do Estado Novo (1959-1974)*, Lisboa, Texto Editores, 2009, pág. 263 e 264

¹⁵³ Entrevista a José Miguel Júdice, Lisboa, Dezembro de 2019

¹⁵⁴ MARCHI, Riccardo- *À direita da revolução: resistência e contra-revolução no PREC (1974-1975)*, Lisboa, Objectiva, 2020, pág.31

¹⁵⁵ RODRIGUES, Luís Nuno- *Spínola*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2010, pág.243

ao general Spínola após a publicação do *Portugal e o Futuro*, fazendo depender o sucesso do projecto spinolista de pelo menos uma de duas condições: o controlo do processo integralmente levado a cabo pela liderança de Spínola ou a restaruação monárquica como elemento unificador¹⁵⁶. Os nacionalistas-revolucionários da Cidadela, mais uma vez através do seu espírito militante frentista, entendiam Spínola como homem objectivo, na terminologia hegeliana. De resto, José Miguel Júdice considerava ambos os projectos para o futuro do Portugal pluricontinental, de Spínola e dos nacionalistas-revolucionários da Cidadela, muito próximos, sendo também a única hipótese de dar término ao regime assegurando a continuidade da unidade nacional¹⁵⁷. É, pois, neste contexto que se desenvolvem movimentações embrionárias numa aproximação progressiva, nunca desfeita e, a certo ponto da militância política- sobretudo no período de clandestinidade contra-revolucionária- quase umbilical, entre alguns dirigentes do MFP-PP e a esfera spinolista. Para além da militância spinolista enquanto soldados destacados na Guiné-Bissau, o primeiro contacto verdadeiramente político entre os grupos, faz-se a partir dos nacionalistas-revolucionários que , através do major Caçorino Dias¹⁵⁸, fazem chegar uma proposta a Spínola. Redigida por Júdice e Vieira de Andrade, consistia numa transição do regime sem ruptura, através de um pronunciamento militar junto do Presidente Américo Thomaz que se consubstanciaria na demissão de Marcello Caetano, seguida da nomeação de Spínola como Presidente do Conselho, marcando uma eleição presidencial meses depois sem que o almirante Américo Thomaz se candidatasse¹⁵⁹, algo muito semelhante ao que, meses depois, viria a ocorrer na transição política grega.

Pese embora a aproximação e mesmo colaboração entre o campo spinolista e os nacionalistas-revolucionários, o parceiro político preferencial entendido por Spínola foi, logo desde o período pré-revolucionário, o campo político-ideológico heterogéneo e disperso que, nesta fase, era representado pela Ala Liberal e depois vem a ser representado genericamente pelo

¹⁵⁶Entrevista a José Miguel Júdice, Lisboa, Dezembro de 2019; Entrevista a José Valle de Figueiredo, Porto, Maio de 2022

¹⁵⁷ *Ibidem*

¹⁵⁸ José Pedro Caçorino Dias (1937-) -Oficial do quadro permanente, conclui o curso de cavalaria em 1959, é destacado em Angola a partir de 1960 até 1963, participando na criação dos Comandos portugueses e onde estreita relações com Spínola, para depois ser destacado em Moçambique em 1965 onde perde parcialmente a visão, regressando à metrópole em 1968. Integra, em 1973, a comissão executiva do Congresso dos *Combatentes* que propugnava uma política integracionista para o ultramar e o apoio ao esforço militar. Já após o golpe militar de 1974, é um dos organizadores da celebração do 10 de Junho em Lisboa, conotado com as direitas e sectores spinolistas, sendo depois mandatado por Spínola para viajar até Angola com vista a evitar a desmoralização das forças armadas, regressando pouco depois, em Agosto de 1974. Como grande parte dos Comandos portugueses, é preso após o 11 de Março de 1975.

¹⁵⁹ Entrevista a José Miguel Júdice, Lisboa, Dezembro de 2019

PPD. Algo que teve consequências no percurso do MFP-PP durante a sua escassa existência no período pós-revolucionário enquanto organização partidária, não obstante a colaboração contínua e incondicional com o general até ao fim do percurso político deste. Decorrente da sua heterogeneidade, a Ala liberal era um grupo sem uma corrente de pensamento estruturada, tendo ideias diferentes em algumas questões – sendo a questão do ultramar, disso ilustrativa¹⁶⁰-, o seu principal móbil era a liberalização do regime político, levando a uma presumível democratização, comprometendo-se a defender a política ultramarina do governo em contrapartida¹⁶¹. Não obstante, a Ala Liberal desfrutava de um mediatismo substancial e de uma penetração não despicienda na sociedade portuguesa- o que dada a convergência circunstancial com a esfera spinolista, deverá ter tido peso na sua preferência por este campo político. No que concerne à exposição mediática e penetração social, importa destacar duas iniciativas particularmente próximas da Ala Liberal, e depois do PPD: a associação SEDES (Sociedade de Estudos para o Desenvolvimento Económico e Social), cujo presidente à época da revolução viria a ser figura relevante do PPD no período revolucionário, Jorge Sá Borges¹⁶², e o semanário *Expresso* cujo fundador, Francisco Pinto Balsemão¹⁶³, viria a ser fundador e posteriormente líder do PPD. Alguns acontecimentos simbólicos, como as reuniões em casa de Pinto Balsemão com um dos homens fortes do spinolismo, major

¹⁶⁰ Pese embora o diferente entendimento de Tiago Fernandes que caracteriza a Ala Liberal como um bloco político homogéneo e coeso (FERNANDES, Tiago- Nem ditadura, nem revolução: a ala liberal e o marcelismo, Lisboa, Assembleia da República, 2016), os testemunhos recolhidos por Rui Ramos e Guilherme Braga da Cruz junto de protagonistas da própria Ala Liberal, como João Bosco Mota Amaral e Francisco Pinto Balsemão, negam esse nível de organização dentro do grupo. Cf. CRUZ, Manuel Braga e RAMOS, Rui- *Marcelo Caetano, Tempos de Transição*, Porto, Porto Editora, 2012, págs. 163,170 e 172

¹⁶¹CERVELLÓ, Joseph - *A Revolução Portuguesa e a sua influência na Transição Espanhola: 1961-1976*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1993, pág.33

¹⁶² Jorge Sá Borges (1933-2009) – Licenciado em direito pela Universidade de Lisboa, fez parte da direcção da Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa liderada por Jorge Sampaio (1960-1961). Católico progressista, membro da Juventude Universitária Católica, foi um dos principais rostos da contestação estudantil de 1962. Mais tarde, torna-se fundador da SEDES, e seu dirigente, sendo seu presidente à época do golpe militar de 1974, estando depois entre os fundadores do PPD, marcando presença no IV e VI governos provisórios enquanto ministro dos Assuntos Sociais e distinguindo-se pela defesa de entendimentos entre PPD e PCP.

¹⁶³ Francisco Pinto Balsemão (1934-) -Licenciado em direito pela Universidade de Lisboa, é eleito em 1969 na qualidade de independente nas listas da União Nacional, sendo uma das figuras da denominada Ala Liberal, rompe definitivamente com o regime em 1973, não sendo recandidato. Da sua actividade como deputado destacam-se a defesa na câmara de uma proposta de revisão constitucional, de que foi um dos signatários, documento que sustentava o reforço das competências da Assembleia Nacional e a reposição do sufrágio directo como forma de eleição do Presidente da República e a apresentação de um arrojado projecto de lei de imprensa, que assinou com Sá Carneiro. Destaca-se como propulsor de uma alternativa política intermédia entre o regime e as oposições, republicana e comunista, reformista e de tendência liberal, protagonista do Encontro dos Liberais realizado em Lisboa, em 1973, que concluiu a impossibilidade de colaborar com o regime, tem também ligações à SEDES e, no seguimento da sua defesa por uma imprensa livre, cria o seminário *Expresso* em 1973. Já depois do golpe de estado de 1974, é um dos proeminentes fundadores do PPD, vindo mais tarde a presidir ao partido e a liderar um governo constitucional após a morte de Sá Carneiro.

Almeida Bruno¹⁶⁴, antes do golpe de 25 de Abril, ou a oferta alegórica por parte do general Spínola de um exemplar do *Portugal e o Futuro* ao Jornal *Expresso*¹⁶⁵ ilustram esta aliança táctica entre estas sensibilidades políticas. Contudo, é a rejeição do grupo da ala liberal à recandidatura do almirante Américo Thomaz, e subsequente incitamento e promoção activa de uma candidatura presidencial preconizada por António de Spínola em 1972¹⁶⁶ que melhor ilustra a consubstanciação desta ligação que Spínola procurará sedimentar no período pós-revolucionário.

Pese embora a diferença político-ideológica estrutural entre a ala liberal e os nacionalistas-revolucionários, ambos apontavam para a construção de uma terceira via, sobretudo política, como grande objectivo político, procurando a afirmação de uma terceira força entre os lealistas do regime, não obstante os seus diferentes matizes, e a oposição ilegal de esquerda mormente preconizada pelos comunistas. Valle de Figueiredo, de resto, era peremptório em 1969 quando afirmava que uma candidatura da integridade nacional teria de se opor, não apenas à Oposição Democrática, como também ao próprio governo¹⁶⁷, denunciando as pressões governamentais para que tal candidatura não acontecesse¹⁶⁸. Este terá sido, certamente, um dos motivos pelos quais ambas as correntes foram sendo solicitadas no período pré e pós-revolucionário, sendo certo que o campo da ala liberal teve, em todos os momentos, primazia face ao campo dos nacionalistas.

Assim, os nacionalistas-revolucionários, política mas sobretudo ideologicamente -dado o incomparável mediatismo-, representavam a contraparte da oposição liberal ao Presidente do Conselho, enquanto oposição de direita, algo perceptível, sobretudo, nos projectos políticos alternativos para o futuro de Portugal. Ao africanismo correspondente aos nacionalistas-revolucionários, de um integracionismo nacional terceiro-mundista cuja primazia seria a

¹⁶⁴ João de Almeida Bruno (1935-) – Oficial de cavalaria desde 1956, faz duas comissões militares em Angola na década de 60, antes de efectuar outras duas comissões militares na Guiné, já no dealbar da década de 70. Homem de confiança do general Spínola, trabalha com ele perto desde que este assume o cargo de governador da Guiné, envolvendo-se, já no regresso à metrópole, na organização do Golpe das Caldas, de 16 de Março de 1974, e só libertado após o 25 de Abril de 1974. Após a revolução, ocupa o cargo de chefe da casa militar do presidente da república, Spínola, e sendo membro do Conselho de Estado por indicação deste, sendo um dos militares politicamente mais activos da ala spinolista ao longo do período revolucionário.

¹⁶⁵ CRUZ, Manuel Braga e RAMOS, Rui- *Marcelo Caetano, Tempos de Transição*, Porto, Porto Editora, 2012, pág.167 e seguintes

¹⁶⁶ Cf. António Barreto, “Carneiro, Francisco Sá” in *Dicionário de História de Portugal* coord. de António Barreto, Maria Filomena Mónica-, Volume VII, Lisboa, Figueirinhas, 1999-2000, pág.236

¹⁶⁷ FIGUEIREDO, José Valle de; GOMES, Pinharanda e BESSA; António Marques- *Significado e valor das eleições. O país real: mesas redondas*, Lisboa, Editora Pax, 1974, pág.17

¹⁶⁸ *Ibidem*- pág.15

independência nacional, contrapunha-se o europeísmo focado na reconversão do país e descomprometimento com o Ultramar por parte da Ala Liberal, com vista à integração europeia. Para além da cosmovisão do país, era também a contraposição ao modelo político tendencialmente tecnocrata dos liberais, patenteado na actividade da SEDES, que os nacionalistas viam como apolítico, perpeccionando, inaceitavelmente, o Estado como uma gestão de uma empresa sem qualquer conotação ético-ideológica. Esta rejeição faz-se notar, principalmente, através da colaboração dos nacionalistas-revolucionários com a revista *Política*, sendo esclarecedora a intervenção de José Miguel Júdice nesta revista acerca do documento fundacional da SEDES ao qual não reconhece qualquer utilidade para solucionar os problemas prementes da nação- a integração nacional, o aperfeiçoamento da estrutura corporativista para superar as injustiças sociais, a ultrapassagem da concepção individualista da liberdade em nome da defesa da comunidade, bem como a luta contra as oligarquias dominantes e a colonização das multinacionais¹⁶⁹.

O Nacionalismo Integracionista de Fernando Pacheco de Amorim

É no cruzamento entre as posições assumidas perante as políticas do regime e a busca de soluções para a problemática basilar dos nacionalistas-revolucionários, o Ultramar, que estes, no devir da revisão constitucional de 1971 e sua subsequente rejeição¹⁷⁰, pelo disfarce que aquela constituía de um inevitável desmembramento da nação, vão encontrar no já mencionado futuro presidente do MFP-PP, Fernando Pacheco de Amorim, um mentor político. Algo reforçado pelo seu passado oposicionista ilustrada na colaboração anti-salazarista da Revolta da Mealhada de 1946¹⁷¹, sendo que o próprio utiliza esse mesmo património político para partir de premissas oposicionistas relativamente ao problema ultramarino, afirmando o carácter político da questão em detrimento do militar¹⁷². O

¹⁶⁹ MARCHI, Riccardo- *Império, Nação, Revolução: As Direitas Radicais Portuguesas no Fim do Estado Novo (1959-1974)*, Lisboa, Texto Editores, 2009, pág.306; cf. SANTOS, Luís Aguiar- Um teste aos conceitos de nomocracia e teleocracia: o jornal *Política* perante a «primavera marcelista» (1969-1970), em *Análise Social*, Vol.XXIII, nº149, pág.1093-1115.

¹⁷⁰ A revisão constitucional de 1971 é um momento político que permite observar substantivamente os nacionalistas-revolucionários como contraparte do grupo da ala liberal, que, para além da concordância com a política ultramarina marcelista de progressiva autonomia e as alterações constitucionais daí decorrentes, apresenta o seu próprio projecto de revisão constitucional, focado, sobretudo, na liberalização do regime, com vista à sua transformação em democracia de tipo ocidental, reiterando a defesa das liberdades individuais na sua plenitude, sem censura prévia, o regresso ao sufrágio directo para a eleição do chefe de estado e reivindicando maiores poderes de fiscalização para a Assembleia nacional. Cf. CARNEIRO, Francisco Sá- *Textos*, 1º Volume (1969-1973), Lisboa, Instituto Sá Carneiro, 2010, p.104-147

¹⁷¹ MARCHI, Riccardo- *Império, Nação, Revolução: As Direitas Radicais Portuguesas no Fim do Estado Novo (1959-1974)*, Lisboa, Texto Editores, 2009 pág.280

¹⁷² AMORIM, Fernando Pacheco de- *Portugal Traído*, Madrid, Edição do Autor, 1975, p.15

alinhamento com os nacionalistas-revolucionários na dialéctica utilizada e na análise da significância da revisão constitucional- bem patente na incondicional rejeição da atribuição do título de Estados a Angola e Moçambique¹⁷³- e do sistema político ultramarino é claro e total. Sendo observável quando Pacheco de Amorim afirma estar já convicto de qual era o caminho que as forças conservadoras iam tentar impor à concepção revolucionária da integração nacional¹⁷⁴, entendendo que a escolha dentro deste cenário político seria entre o Portugal conservador, racista, europeu, faminto de sociedade de consumo e o Portugal do futuro, aliado natural do terceiro mundo, construindo-se na fraternidade das raças¹⁷⁵. É, portanto, clara a sua interpretação política do sistema e administração ultramarinos enquanto colonialistas, algo que, no seu entender, é apenas mitigado pelo não racismo da população branca, aludindo à idiosincrasia lusotropicalista do povo português. Na mesma linha, Pacheco de Amorim entendia que o referido sistema colonial não permitia o pleno desenvolvimento das capacidades económicas e sociais dos territórios. Algo que se consubstanciava nas diferenças salariais para trabalho igual baseadas na cor da pele, levando ao desajustamento entre a realidade socioeconómica do sector branco relativamente ao sector negro, tendo como corolário a depauperização da classe média negra, maior sustentáculo da unidade nacional e da integração da população tribal, que por sua vez significava uma escassa participação económica dos negros, submetidos quase na totalidade ao trabalho no domínio de grandes empresas¹⁷⁶. Assim, do quadro socioeconómico traçado por Pacheco de Amorim da situação político-administrativa do ultramar português, decorre o reconhecimento da existência nesses territórios de um imperialismo capitalista, denunciado na mesma medida pelos nacionalistas-revolucionários, e a sua opção por um integracionismo de terceira via, consubstanciado numa união nacional pluricontinental tal como propugnado pelo grupo da Cidadela. Fernando Pacheco Amorim, adverte, no entanto, que a concretização deste projecto integracionista constituiria uma empreitada nacional que só poderia ser levada a cabo por “os que protestam contra a injustiça e reclamam a fraternidade, os que não aceitam o egoísmo de um capitalismo desumano, nem a falsa generosidade de um colectivismo totalitário, os que buscam soluções novas para uma política sem escravidão do Homem, ao dinheiro ou ao poder, os que sabem

¹⁷³ MARCHI, Riccardo- *Império, Nação, Revolução: As Direitas Radicais Portuguesas no Fim do Estado Novo (1959-1974)*, Lisboa, Texto Editores, 2009, pág.180

¹⁷⁴ AMORIM, Fernando Pacheco de- *Na Hora da Verdade, Colonialismo e Neo-Colonialismo na Proposta de Lei da Revisão Constitucional*, Coimbra, Edição do Autor, 1971, pág.13

¹⁷⁵ *Ibidem*- pág.14

¹⁷⁶ AMORIM, Fernando Pacheco de- *Portugal Traído*, Madrid, Edição do Autor, 1975, pág.18 e seguintes

que a Pátria é garantia fundamental do crescente progresso e libertação do homem”¹⁷⁷. Esta crença messiânica num projecto mobilizador e prometeico que aqui é possível observar é, de resto, distintiva da área política da direita revolucionária face às direitas tradicionais e clássicas, conforme explanado no capítulo introdutório.

Fernando Pacheco de Amorim traz noções jurídico-políticas importantes para aquilo que viria a ser a definição político-ideológica do MFP-PP. Desde logo, a conceptualização diferenciadora entre descentralização integradora e autonomia- importante para perceber a posterior ligação com o projecto federalista de Spínola. Defendendo, sob o princípio de uma só lei para todo o conjunto nacional, a descentralização administrativa para as províncias ultramarinas, antecedida de uma reorganização política, administrativa, financeira e económica de todo o espaço nacional¹⁷⁸, a jusante da premissa doutrinária da soberania política como factor unificador, evitando relações de mero interesse, proporcionadoras de situações de potencial neocolonialismo.

A montante desta construção jurídico-política está uma ambiciosa distinção ideológica de Pacheco de Amorim entre os princípios da política de integração, por ele propugnada, e os princípios da política de associação que entende terem sido seguidos pelo governo de Marcello Caetano. O futuro presidente do MFP-PP caracteriza a política de integração como tendo uma matriz humanista enquanto princípio basilar, donde decorre que territórios e suas gentes sejam correspondentes com a essência da nação, pelo que as disparidades geográficas e diversidade étnicas não são um motivo de diferenciação, mas uma razão de unidade. Por outro lado, a política de associação é tida com uma matriz económica como âmago, pelo que a diversidade étnica e geográfica são factores fundamentais para uma diferenciação irremediável, levando a uma futura e inevitável autonomia, que Pacheco de Amorim denuncia como necessária à expansão capitalista e exploração económica dos territórios, onde a elevação das populações indígenas não é eixo central¹⁷⁹. Assim, da política de integração emanariam administrativamente províncias, enquanto que da política de associação se perpetuariam colónias, independentemente do vínculo político¹⁸⁰, na medida em que a política de integração reconhece e admite a necessidade de leis especiais para remediar situações locais, mas sem que estas possam ir em direcção contrária à lei fundamental da nação,

¹⁷⁷ *Ibidem*- pág.200 e 201

¹⁷⁸ AMORIM, Fernando Pacheco de- *Na Hora da Verdade, Colonialismo e Neo-Colonialismo na Proposta de Lei da Revisão Constitucional*, Coimbra, Edição do Autor, 1971, pág.121

¹⁷⁹ AMORIM, Fernando Pacheco de- *Três Caminhos da Política Ultramarina*, Coimbra, Edição do Autor, 1962

¹⁸⁰ *Ibidem*- pág.43

colocando, por corolário, esse território numa situação de inferioridade humana, e, portanto, uma parte populacional da nação diminuída face ao todo nacional¹⁸¹. Já a política de associação, partindo da premissa dos territórios ultramarinos como colónias, admite o princípio da especialidade das leis, administração e do governo daquelas, princípio necessário à sua exploração económica colonial, portanto à margem das leis e moral metropolitana. Desta forma, o princípio de especialidade garante impunidade para as situações decorrentes nesses territórios¹⁸². Pacheco de Amorim volta a este ponto na obra “*Na Hora da Verdade*” ao imputar os trabalhos forçados e a exploração económica do ultramar ao princípio da especialidade¹⁸³, classificando o sistema político ultramarino de “esquema burocrático, capitalista e anti-unitário”¹⁸⁴, tendo como corolário lógico o neocolonialismo. Há, portanto, uma clara convicção integracionista propugnando a “realização imediata das condições indispensáveis à definição e efectivação de uma unidade que está no espírito e no coração de todos os portugueses (...), política autêntica de assimilação, servida por métodos de uma eficaz integração”¹⁸⁵. Por conseguinte, afirma insofismavelmente o princípio da universalidade da lei, um só governo e uma só administração para todo o território nacional, pois no entender de Pacheco de Amorim só desta forma se poderia falar de nação una e de províncias metropolitanas e ultramarinas como constituintes da nação portuguesa. Desta forma, infere Pacheco de Amorim, a política de associação parte da diversidade para a diferenciação, ao contrário da política de integração que parte da diversidade para a unidade¹⁸⁶, sendo que, assumindo esta construção política, é na integração progressiva das populações no Estado e nas suas instituições, facilitando a sua participação na vida económica moderna e no acesso à cultura em que é sediado o respeito por estas populações dotando-os de participação plena na comunidade nacional¹⁸⁷.

Dentro desta mundividência jurídico-política devem destacar-se algumas propostas políticas à época do futuro presidente do MFP-PP nesta matéria: como a igualdade de todos os portugueses perante a lei, enfatizando a importância dos direitos de cidadania na sua plenitude

¹⁸¹ *Ibidem*- pág.44

¹⁸² *Ibidem*- pág.45

¹⁸³ AMORIM, Fernando Pacheco de- *Na Hora da Verdade, Colonialismo e Neo-Colonialismo na Proposta de Lei da Revisão Constitucional*, Coimbra, Edição do Autor, 1971, pág.36

¹⁸⁴ AMORIM, Fernando Pacheco de- *Três Caminhos da Política Ultramarina*, Coimbra, Edição do Autor, 1962, pág.50

¹⁸⁵ *Ibidem*- pág.119

¹⁸⁶ *Ibidem*- pág.122

¹⁸⁷ *Ibidem*- pág.125

para todos os portugueses, metropolitanos e ultramarinos¹⁸⁸, o esvaziamento progressivo do Ministério do Ultramar até à sua completa eliminação, distribuindo as suas competências pelos diferentes departamentos do Estado a que digam respeito¹⁸⁹, a proposição de liberdade de circulação de pessoas, bens e capitais, considerando as fronteiras como anti-unitárias, unificação bancária e união monetária e moeda como símbolo de soberania¹⁹⁰. Era, portanto, uma pretensão político-administrativa de unificar, mas não de uniformizar, depreendendo-se a sempre presente diferenciação entre descentralização e autonomia¹⁹¹. Por último, referir ainda também a adesão à dialéctica luso-tropicalista, já acima mencionada, igualmente denotada no grupo da Cidadela, advogando a originalidade da acção ultramarina portuguesa que reside na prática dos particulares da doutrina tradicional de assimilação¹⁹².

¹⁸⁸ AMORIM, Fernando Pacheco de- *Na Hora da Verdade, Colonialismo e Neo-Colonialismo na Proposta de Lei da Revisão Constitucional*, Coimbra, Edição do Autor, 1971, pág.42

¹⁸⁹ AMORIM, Fernando Pacheco de- *Três Caminhos da Política Ultramarina*, Coimbra, Edição do Autor, 1962, pág.126

¹⁹⁰ *Ibidem*- pág.134 e 135

¹⁹¹ *Ibidem*- pág.54

¹⁹² Cf. “Luso-tropicalismo” em: BARRETO, António; MÓNICA, Maria Filomena- *Dicionário de História de Portugal*, Volume VIII, Lisboa, Figueirinhas, 1999-2000, pág.391

CAPÍTULO II-RELAÇONAMENTO DO MFP-PP COM AS INSTITUIÇÕES DO PODER E OUTRAS FORÇAS PARTIDÁRIAS

O período cronológico aqui abordado é, necessariamente, central para esta investigação historiográfica dado o seu objecto de estudo. Abordar-se-á a primeira fase do período revolucionário imediatamente subsequente ao golpe militar do Movimento das Forças Armadas, ou seja, de 25 de Abril de 1974 até à tentativa spinolista de demonstração de força político-militar através da malograda manifestação da “Maioria Silenciosa” de 28 de Setembro de 1974. Esta faixa cronológica é coincidente com a existência declarada do MFP-PP, desde as movimentações fundacionais logo nos dias posteriores à queda do regime cessante até ao seu desmantelamento sumário executado pelo poder militar revolucionário logo no rescaldo dos acontecimentos de 28 de Setembro de 1974. Aqui- sendo o MFP-PP um actor político directamente envolvido e participativo na cadeia de acontecimentos históricos deste período, tendo interacção palpável com órgãos e agentes do poder político-militar vigente- procurar-se-á interrelacionar o contexto revolucionário desta fase com as próprias movimentações e percurso do MFP-PP. Assim, priorizar-se-á o concernente às relações do MFP-PP com outras forças partidárias e instituições de poder- mormente quanto ao posicionamento do partido perante o MFA, a decorrente Junta de Salvação Nacional e o Presidente da República, general Spínola, bem como o seu relacionamento e diálogo, ou inexistência dele, com estes actores políticos fundamentais do período de transição, não esquecendo o seu pretenso envolvimento na logística operacional da manifestação de apoio ao general Spínola.

O contexto político-revolucionário em que se insere o MFP-PP é fundamental para uma percepção tão assertiva quanto possível do relacionamento do MFP-PP com as instituições do

poder e outras forças partidárias, bem com as ideias e posições que o partido foi tomando ao longo dos seus escassos 4 meses enquanto movimento partidário constituído e activo publicamente. Desde logo, destaca-se a preparação política superficial e irregular da cúpula do MFA, base da nova estrutura de poder, e uma subsequente ausência de estratégia de poder no momento imediato e subsequente ao golpe. Facto que se revela fundamental para uma interpenetração de grupos de pressão políticos no seio do poder político revolucionário, paralelamente a um corte da cadeia de comando advinda da tradicional hierarquia das Forças Armadas, redundando num vazio de poder que leva à sua transformação em forças militares revolucionárias¹⁹³, de resto, o golpe não constituía tampouco apontava para uma revolução ou via revolucionária quando se consubstancia no dia de 25 Abril. Este cenário político é decorrente da definição de nova estrutura constitucional com a lei nº 3/74, de 14 de Maio de 1974, cuja criação dos órgãos dela emanantes, em simultâneo com a situação político-militar descrita, levou a um policentrismo do poder existente, com vários centros de poder, desde a Presidência da República e extensiva Junta de Salvação Nacional, passando pelo Estado Maior General das Forças Armadas, Governo Provisório, Conselho de Estado, bem como a Comissão Coordenadora, que não sendo órgão reconhecido constitucionalmente para além da sua representação institucional através do Conselho de Estado, era dotado de poder político substancial e influenciava decisivamente o rumo dos acontecimentos políticos prementes da nação, sem que nenhum deles se conseguisse afirmar de forma clara perante os outros¹⁹⁴. Algo que o major Sanches Osório¹⁹⁵, um dos cabecilhas revolucionários, denunciou veementemente, falando numa quinta entidade em que se residia o poder: a rua, controlada pelo PCP¹⁹⁶, conquanto mais recentemente tenha admitido uma clara bipolarização entre dois centros de poder: a Presidência da República e a Comissão Coordenadora do Programa¹⁹⁷, facto que trouxe efeitos centrípetos sobre os restantes órgãos de soberania e movimentos

¹⁹³RUIVO, Francisco Bairrão- *Spínola e a Revolução: do 25 de Abril ao 11 de Março de 1975*, Lisboa, Bertrand, 2015, pág.61 e 62

¹⁹⁴FORTES, Braulio Gómez- *O Controlo Político dos Processos Constituintes. Os Casos da Espanha e de Portugal*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2010, pág.71

¹⁹⁵ José Eduardo Sanches Osório (1940-) -Militante da Acção Católica e da Convergência Monárquica, licenciado em engenharia militar através da Academia Militar, fez uma comissão em Angola na Guerra do Ultramar em 1967. Foi um dos mentores do Movimento das Forças Armadas e um dos cabecilhas do 25 de Abril de 1974. Integrado na ala spinolista, foi ministro da Comunicação Social no II Governo Provisório, demitindo-se após o 28 de Setembro de 1974, assumindo logo depois a liderança do PDC até à sua ilegalização após o 11 de Março de 1975, exilando-se em Espanha, onde meses mais tarde viria a fazer parte da estrutura do MDLP do general Spínola.

¹⁹⁶ OSÓRIO, José Eduardo Sanches- *O Equívoco do 25 de Abril*, Lisboa, Editorial Intervenção, 1975, pág.37

¹⁹⁷ CÂMARA, Maria João da- *Sanches Osório. Memórias de uma revolução*, Lisboa, Oficina do Livro, 2019, p.139; cf. CERVELLÓ, Joseph- *A Revolução Portuguesa e a sua influência na Transição Espanhola: 1961-1976*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1993, pág. 193

político-partidários que apoiavam cada um destes actores políticos. O corolário é a fraqueza, incapacidade e divisão do Estado dada a sua desarticulação para lidar com a explosão social, instrumento sobejo da arrancada revolucionária, imanente do golpe militar. Outro factor relevante é o da proeminência dos protagonistas militares face à subalternidade dos actores civis¹⁹⁸- não tendo nenhum dos partidos alcançado o nível de filiação dos seus congéneres na Europa Ocidental¹⁹⁹-, bem como a intromissão no poder judicial, sem que houvesse uma clara separação de poderes²⁰⁰. Sendo que a hierarquia partidária foi praticamente definida pelo directório militar revolucionário e pela antecipação institucional dos partidos do governo provisório, algo que começa, desde logo, na formação da comissão responsável por elaborar a lei eleitoral, bânção militar que atribui, mormente a PPD, PS, PCP e MDP-CDE (Movimento Democrático Português- Comissão Democrática Eleitoral), e mais distante e secundariamente ao CDS, os meios necessários e o destaque para captar simpatizantes, bem como para se protegerem da pulverização partidária ²⁰¹. É disso ilustrativo o crescimento institucional do PCP, ainda que a coberto do MDP-CDE sob o subterfúgio da unidade antifascista de 1969 e 1973, sobretudo na ocupação dos órgãos autárquicos locais, bem como a sua implantação territorial, com diversas estruturas ramificadas pelo país contrastando com a incipiente estrutura dos demais partidos²⁰².

O MFA caracterizava-se, principalmente, por quatro linhas político-ideológicas autónomas e passíveis de serem identificadas, representando um fio condutor para cada umas respectivas alas políticas a que correspondiam determinadas forças partidárias²⁰³. A mais substancial para o objecto de estudo presente é a denominada linha spínoquista cujo principal móbil, para além do natural apoio à presidência do general Spínola, era a aplicação das teses ultramarinas do *Portugal e o Futuro*, propugnando a recuperação da hierarquia tradicional das forças armadas, bem como a restituição das linhas de comando adjacentes, seguindo uma ideia de regime

¹⁹⁸ CERVELLÓ, Joseph- *A Revolução Portuguesa e a sua influência na Transição Espanhola: 1961-1976*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1993, pág.191; cf. FORTES, Braulio Gómez- *O Controlo Político dos Processos Constituintes. Os Casos da Espanha e de Portugal*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2010, pág.71

¹⁹⁹ RAMOS, Rui *et al* – *História de Portugal*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2015, pág. 724

²⁰⁰ CERVELLÓ, Joseph- *A Revolução Portuguesa e a sua influência na Transição Espanhola: 1961-1976*, Assírio & Alvim, 1993, pág.188

²⁰¹FORTES, Braulio Gómez- *O Controlo Político dos Processos Constituintes. Os Casos da Espanha e de Portugal*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2010, pág.121 e 122; cf. RAMOS, Rui *et al* – *História de Portugal*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2015, pág. 724 e 725

²⁰²CERVELLÓ, Joseph- *A Revolução Portuguesa e a sua influência na Transição Espanhola: 1961-1976*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1993, pág.196

²⁰³ REZOLA, Maria Inácia *Os Militares na Revolução de Abril. O Conselho da Revolução e a Transição para a Democracia em Portugal*, Lisboa, Campo da comunicação, 2006, pág.55

tendencialmente presidencialista, tendo sido o catalisador da fundação do PPD e do CDS, bem como o suporte institucional de grande parte das direitas, onde se inclui o MFP-PP. Pontificam aqui nomes como Almeida Bruno, Firmino Miguel²⁰⁴, Engrácia Antunes²⁰⁵, Sanches Osório, Rafael Durão, Armando Ramos²⁰⁶, Vasco Simas, bem como os membros da Junta de Salvação Nacional, Galvão de Melo²⁰⁷, Jaime Silvério Marques²⁰⁸, Silvino Silvério Marques²⁰⁹, e Diogo Neto.

É após a derrota institucional do bloco spinolista com a demissão de Spínola, gorado o derradeiro plano de reforço de influência através da organização da manifestação da “Maioria

²⁰⁴ Mário Firmino Miguel (1932-1991)- Fez o Curso da Arma de Infantaria na Escola do Exército, concluindo o Curso de Estado-Maior ao longo da década de 50, sendo incorporado no Corpo de Estado-Maior, fez várias comissões na Guerra do Ultramar- Índia, Angola e Guiné, onde trabalhou de perto com o general Spínola. Colocado no Instituto de Altos Estudos Militares aquando da revolução, foi um destacado membro da ala spinolista, tendo sido ministro da Defesa Nacional no I e II Governos Provisórios, chegando o seu nome a ser cogitado para substituir Adelino da Palma Carlos na chefia do II Governo Provisório. Partindo para Angola após o 28 de Setembro de 1974, viria a desempenhar novamente o cargo de ministro da Defesa Nacional no VI Governo Provisório.

²⁰⁵ Engrácia Antunes

²⁰⁶ Armando Ramos (1942-) -Licenciado em Ciências Sociais e Política Ultramarina pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP), foi oficial miliciano destacado na Guiné, sendo distinguido com duas cruces de guerra, aí ganhou proximidade com o general Spínola. Nas movimentações do MFA, é responsável pelas ligações com os oficiais milicianos, liderando o fracassado Golpe das Caldas de 16 de Março de 1974. Destaca-se após a revolução enquanto um dos homens de confiança do Presidente António de Spínola, sendo seu ajudante de campo. Mais tarde, toma parte no 11 de Março de 1975, exilando-se nos Estados Unidos da América, ajudando o depois formado MDLP.

²⁰⁷ Carlos Galvão de Melo (1921-2008) – general da Força Aérea, conclui os estudos do Estado Maior em 1953, desde então cumpre serviços de chefia militar do seu ramo em Moçambique e Angola, passando à situação de reserva em 1966, é convidado por Costa Martins para apoiar o MFA em Janeiro de 1974, fazendo depois parte da Junta de Salvação Nacional. Destaca-se pelo seu apoio ao reforço dos poderes do então Presidente da República, fazendo parte da organização da manifestação da Maioria Silenciosa, razão pela qual é afastado dos cargos políticos imediatamente a seguir ao seu fracasso. Em Março de 1975 é eleito como independente nas listas do CDS à Assembleia Constituinte pelo círculo eleitoral de Viseu, destacando-se pela substância anti-comunista dos seus discursos.

²⁰⁸ Jaime Silvério Marques (1914-1986) -Licenciado em engenharia militar pela Escola do Exército, concluiu mais tarde o Curso de Estado-Maior, integrando de seguida o Corpo de Estado-Maior. Ocupou diversos cargos na estrutura político-militar do Estado Novo, destacando-se como Chefe do Estado-Maior do Comando Militar do Estado Português da Índia ou Comandante da Zona Militar Centro de Angola. É detido nas primeiras horas da revolução por não ser da confiança do MFA, contudo, a sua nomeação por parte do general Spínola para a Junta de Salvação Nacional, torna-o um dos rostos da presidência spinolista, ocupando cumulativamente o cargo de Chefe de Estado Maior do Exército. Após a demissão de Spínola é afastado, passando no imediato à situação de reserva.

²⁰⁹ Silvino Silvério Marques (1918-2013) -Licenciado em engenharia militar pela Escola do Exército, destaca-se pelo seu percurso na estrutura política ultramarina do Estado Novo, enquanto integracionista convicto. Foi Governador de Cabo-Verde de 1958 a 1962, Governador de Angola de 1962 a 1966 e Comandante da Região Militar de Moçambique de 1971 a 1973, bem como vogal do Conselho Ultramarino até ao mesmo ano, não sendo reconduzido por Marcello Caetano dadas as divergências políticas enquanto defensor de uma política integracionista. Próximo de Kaulza de Arriaga, terá participado na conspiração fomentada por este que não chega a ocorrer, em Dezembro de 1973. Após a revolução é nomeado pelo Presidente da República para Governador de Angola, cargo que ocupa apenas um mês dadas as tensões geradas com o MFA naquele território, a falta de confiança do Movimento tinha, inclusive, travado a sua primeira nomeação para Governador-Geral e Comandante-Chefe de Moçambique. Passou à situação de reserva logo no ano de 1975.

Silenciosa”, que progressivamente se viriam a autonomizar as restantes linhas políticas do MFA. Estas correntes, numa primeira fase, até à retirada de Spínola da presidência da república após o 28 de Setembro, estão relativamente unidas em torno da Comissão Coordenadora do Programa do MFA, liderada maioritariamente por elementos da linha moderada, como Vasco Lourenço, Franco Charais e Canto e Castro²¹⁰, mas também influenciada por membros da linha gonçalvista-comunista, como Almada Contreiras²¹¹ e Miguel Judas²¹². A mais homogénea destas fracturas à esquerda do bloco revolucionário político-militar era, objectivamente, a linha gonçalvista- encabeçada por Vasco Gonçalves, daqui derivando a sua designação, com forte apoio na Armada, onde se destacam Rosa Coutinho, Ramiro Correia, Martins Guerreiro ou os acima referenciados Almada Contreiras e Miguel Judas, notabilizando-se no exército Eurico Corvacho, bem como Costa Pinto na Força Aérea, sendo nesta fase a 5ª divisão, para além da mencionada armada, o seu centro nevrálgico²¹³. Genericamente atida às dinâmicas, intentos e desejos políticos do PCP, bem como à sua base doutrinária marxista-leninista, o que lhe atribuía uma solidez incomparável a todas as outras tendências político-militares²¹⁴, sobretudo na primeira fase revolucionária, que compreende o período de existência do MFP-PP. A coesão deste grupo evidenciava-se na sua actuação e decorrentes movimentações políticas, consubstanciando-se na subjugação das restantes correntes do MFA que não a spinolista à sua agenda, sendo o processo de descolonização o exemplo mais ilustrativo.

Seguidamente, era a heterogénea linha dos mais moderados a mais relevante, de onde sobressaía Melo Antunes, que propugnava um socialismo radical terceiro-mundista, conquanto não tivesse nunca alcançado uma linha política coerente e uma estabilidade de

²¹⁰ José Canto e Castro (1942-) – Formado na Academia Militar com o Curso de Aeronáutica, era graduado em Major aquando do 25 de Abril de 1974, prestando comissão militar em Angola de 1967 a 1973. Em Julho de 1974 é integrado na Comissão Coordenadora e no Conselho de Estado após a formação do II Governo Provisório, passando a integrar o Conselho da Revolução logo após o 11 de Março de 1975 em representação da Força Aérea. Signatário do Documento dos Nove, desempenha um papel importante de contacto com os movimentos contra-revolucionários durante os acontecimentos do 25 de Novembro de 1975 para uma eventual mobilização anti-comunista.

²¹¹ Almada Contreiras (1941-) -Faz o curso de marinha na Escola Naval, desempenha o cargo de chefe-adjunto do Centro de Comunicações da Armada nos últimos 4 do regime, depois presenças na Guiné, Moçambique, Angola e S. Tomé e Príncipe. Assiste ao 3º Congresso da Oposição Democrática em Aveiro, 1973, liderando com Martins Guerreiro e Miguel Judas uma organização clandestina de oficiais da Armada, participando activamente no golpe de 25 de Abril de 1974. Foi membro do Conselho de Estado e depois do Conselho da Revolução desde a criação destes órgãos, criou e dirigiu o Serviço Director e Coordenador de Informação, sendo detido após os acontecimentos de 25 de Novembro de 1975.

²¹² *Ibidem*- pág.73

²¹³ REZOLA, Maria Inácia *Os Militares na Revolução de Abril. O Conselho da Revolução e a Transição para a Democracia em Portugal*, Lisboa, Campo da comunicação, 2006, pág.322

²¹⁴ *Ibidem*

pensamento. Estabelecendo desde o início uma distância política para com o PCP dadas as suas pretensões hegemónicas, e mantendo relações com o MES (Movimento de Esquerda Socialista) e a FSP (Frente Socialista Popular) nesta primeira fase, acabaria por congregiar os oficiais mais conservadores que restavam nas forças armadas após o 11 de Março de 1975 e se aproximar sobejamente do PS após as eleições constituintes. Esta aproximação consubstancia-se, principalmente, na futura aliança Grupo dos Nove-PS, que terá a maior relevância ao longo do denominado “Verão Quente”²¹⁵, explanando-se mais à frente, nesse contexto temporal, a sua importância nesse momento no decorrer da militância transitória dos dirigentes do MFP-PP após o fim do partido²¹⁶. Esta dissecação é basilar para a percepção das movimentações e relações institucionais e partidárias que o MFP-PP desenvolveu.

Estruturação do MFP-PP

É imediatamente no dia de 25 de Abril de 1974, no decorrer das movimentações militares, que se dá o primeiro passo para o surgimento do Movimento Federalista Português. Já com a certeza da queda do regime marcelista, as personalidades agregadas em volta da Cooperativa Cidadela, enquanto plataforma das direitas ultramarinistas, participando também alguns elementos de Lisboa, reúnem na sede conimbricense para definir um curso de acção a seguir perante a nova realidade política²¹⁷. Sede que logo viria a ser ocupada por estudantes de extrema-esquerdas nos dias subsequentes ao 25 de Abril de 1974²¹⁸, acontecendo o mesmo à sede portuense da Cidadela²¹⁹. É desta reunião que fica traçado o surgimento do MFP: seja pela adesão política dada a proximidade ideológica para com o projecto federalista de

²¹⁵ CERVELLÓ, Joseph- *A Revolução Portuguesa e a sua influência na Transição Espanhola: 1961-1976*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1993, pág.216; cf. REZOLA, Maria Inácia *Os Militares na Revolução de Abril. O Conselho da Revolução e a Transição para a Democracia em Portugal*, Lisboa, Campo da comunicação, 2006, pág 325-326 e pág.358

²¹⁶ A outra componente político-militar do MFA era a linha esquerdizante que tinha o seu epicentro em Otelos Saraiva de Carvalho e, como corolário, o seu centro de acção no COPCON, a componente ideológica era difusa, conquanto passível de discernir enquanto esquerdismo anarco-revolucionário baseado na exploração do conceito de democracia popular, cujas simpatias políticas se situavam no partidos de extrema-esquerda como o PRP (Partido Revolucionário do Proletariado) e a UDP (União Democrática Popular). De resto, é o próprio Major Tomé, figura carismática da UDP, quem redigiria o documento político de maior relevância desta ala político-militar, “Proposta de Trabalho para um Programa Político”. Cf. REZOLA, Maria Inácia *Os Militares na Revolução de Abril. O Conselho da Revolução e a Transição para a Democracia em Portugal*, Lisboa, Campo da comunicação, 2006, pág 366

²¹⁷ MARCHI, Riccardo- *Império, Nação, Revolução: As Direitas Radicais Portuguesas no Fim do Estado Novo (1959-1974)*, Lisboa, Texto Editores, 2009, pág.266

²¹⁸ Entrevista a José Miguel Júdice, Lisboa, Dezembro de 2019

²¹⁹ Entrevista a José Valle de Figueiredo, Porto, Maio de 2022

Spínola, como é o caso de Júdice ou Miguel Seabra²²⁰, pela adesão pragmática do cenário de salvação do possível, como são os casos de Fernando Pacheco de Amorim e Luís de Oliveira Dias, ou mesmo pela camaradagem granjeada no serviço militar na Guiné ao lado do general, de que são exemplos Valle de Figueiredo e Luís Sá Cunha. De resto, a designação federalista deste movimento político surge numa das reuniões embrionárias, já em casa de José Valle de Figueiredo²²¹, enquanto vitória estratégica da geração nacionalista-revolucionária mais nova que se reunia em volta da Cidadela, cujo pragmatismo frentista tinha já levado a demonstrar o seu apoio para com o projecto político do general António de Spínola plasmado no *Portugal e o Futuro*, conforme supramencionado no capítulo anterior. Isto é, a lógica do frentismo ultramarino, sempre o grande móbil na militância envolta no MFP, e já antes na Cidadela, baseava-se no pragmatismo político e na busca por um denominador comum, o que leva ao alinhamento racional com o bloco político-militar spinolista²²². Uma decisão que não era, por conseguinte, necessariamente ideológica, dado que toda a área do nacionalismo-revolucionário, bem como o próprio líder do movimento, Fernando Pacheco de Amorim, propugnavam uma solução integracionista para o futuro ultramarino. Não obstante, este não era um integracionismo ortodoxo- conforme a política ultramarina de Franco Nogueira ou dos nacionalistas de tendência fascizante fora da esfera política do Estado Novo-, procurando então partir da solução spinolista para influenciar seguidamente o seu rumo.

A adesão deste sector nacionalista-revolucionário ao bloco político-militar spinolista não merece, contudo, a concordância de todos os elementos, gerando-se, também naquela reunião, uma dissensão política por parte da facção mais radical- ligada, sobretudo, à OTUC, sendo personificada por Goulart Nogueira e secundada por Rodrigo Emílio²²³-, cuja ascendência ideológica assentava numa cosmovisão fascizante. Assim, esta corrente era intransigente nas suas concepções anti-democráticas- não reconhecendo legitimidade ao ao poder político saído

²²⁰ Miguel Seabra (1949-) -Licenciado em direito pela Universidade de Coimbra, é um dos entusiastas do desenvolvimento da ideia de terceira via socioeconómica no grupo da Cidadela. Após a militância no MFP-PP, enquanto director da *Tribuna Popular*, adere ao CDS

²²¹ “O Partido do Progresso visto através do seu arsenal”, *Expresso*, 5 de Outubro de 1974, p.16

²²² Entrevista a Diogo Pacheco de Amorim, fundador da Cidadela, Militante do MFP-PP, dirigente político do MDLP e sobrinho de Fernando Pacheco de Amorim, Lisboa, Maio de 2022

²²³ Rodrigo Emílio (1944-2004) -Formado em filologia romântica pela Universidade de Coimbra, destaca-se pelo seu percurso cultural enquanto poeta, sendo distinguido com diversos prémios pelos seus poemas de índole nacionalista, colaborando também com diversos jornais. Cumpre comissão militar como alferes miliciano em Moçambique, regressando à metrópole no final de 1970, onde é integrado nos quadros da RTP, iniciando a produção de rúbricas de poesia em homenagem aos *Combatentes da Guerra do Ultramar*. Após a revolução, o seu fervor ideológico ultramarinista leva-o a ser fundador do MAP, que cessa actividade após o 28 de Setembro de 1974. Forçado a exilar-se logo após estes acontecimentos, regressa a Portugal apenas no início da década de 80.

do golpe de Estado- e de um nacionalismo imperial- recusando qualquer cedência político-ideológica quanto ao modelo integracionista do ultramar, não havendo, portanto, qualquer ligação política ao spínolismo²²⁴. Daqui surge o Movimento de Acção Portuguesa (MAP), cujo nome advém como homenagem ao famigerado movimento de Charles Maurras, a *Action Française*, tributo que parte do destacado intelectual fascista, António José de Brito, que integra também o MAP²²⁵. Outro elemento de referência pela sua centralidade no campo das direitas que aceita o cargo simbólico de presidente honorário é Guilherme Braga da Cruz, representando a ligação mais evidente ao salazarismo²²⁶. Consequentemente, o manifesto programático que acompanhava este grupo era completamente antagónico ao programa do MFA, assentado nos pilares da autoridade, da ordem e da indiscutibilidade da soberania e da lei, propugnando a subordinação dos indivíduos ao interesse comunitário e não reconhecendo legitimidade a um sistema democrático pluripartidário. No que concerne à questão socioeconómica, pela tendência fascizante anti-capitalista e anti-comunista, existe uma proximidade com o MFP-PP, defendendo também a participação dos trabalhadores no lucro das empresas, extremando, pela sua natureza de maior revolucionarismo dadas as suas raízes doutrinárias, o discurso de integração socioeconómica do proletariado nacional, propugnando um forte intervencionismo do Estado²²⁷.

No seguimento da decisão de se constituir o Movimento Federalista Português, uma delegação do partido, composta por Fernando Pacheco de Amorim, José Valle de Figueiredo e Luís Sá Cunha, é recebida na Cova da Moura onde a Junta de Salvação Nacional se instala primeiramente, no dia 27 de Abril, pelo recém-empossado Presidente da República, António de Spínola. De acordo com Pacheco de Amorim, Spínola confessa não ter poder efectivo, mas que iria tentar hierarquizar o caos em que o país estava mergulhado²²⁸. Algo que, até certa extensão, chega a ocorrer, com a nomeação de pessoal político e militar da sua confiança para cargos de chefia, conquanto nunca tenha granjeado o poder efectivo da situação político-militar dada a subversão hierárquica de tipo revolucionário administrada pela Comissão Coordenadora. Há, portanto, um esvaziamento de autoridade, em grande parte das situações

²²⁴ Entrevista a Diogo Pacheco de Amorim, Lisboa, Maio de 2022; Entrevista a José Luís Andrade- Dirigente do MFP-PP, Lisboa, Maio de 2022

²²⁵ MARCHI, Riccardo- *À direita da revolução: resistência e contra-revolução no PREC (1974-1975)*, Lisboa, Objectiva, 2020, pág.95

²²⁶ *Ibidem*

²²⁷ Entrevista a José Valle de Figueiredo, Porto, Maio de 2022; cf. MARCHI, Riccardo- *À direita da revolução: resistência e contra-revolução no PREC (1974-1975)*, Lisboa Objectiva, 2020, pág.103

²²⁸ AMORIM, Fernando Pacheco de- *Portugal Traído*, Madrid, Edição do Autor, 1975, pág. 95

das chefias políticas- dada a subalternidade civil e a proeminência do PCP- e, principalmente, militares- dado o controlo generalizado dos quartéis pelos líderes operacionais desta comissão²²⁹. Não obstante, o MFP beneficiaria destas nomeações spinolistas, representando estas a sua ligação às instituições de poder revolucionário e, mais importante, os canais de comunicação com a presidência da república e Junta de Salvação Nacional, órgãos com os quais havia, naturalmente, maior proximidade política- os seus principais contactos desenvolvem-se nas pessoas do embaixador Nunes Barata, assessor diplomático do Presidente da República, e do capitão Armando Ramos, ajudante-de-campo do general António de Spínola²³⁰.

Já a 3 de Maio nova delegação do movimento, composta por Fernando Pacheco de Amorim, Francisco Caldeira Cabral²³¹ e Nuno Cardoso da Silva²³² reúne com a Junta de Salvação Nacional, nesta ocasião, Galvão de Melo apoia a oficialização do MFP, cuja oficialização pública é agenda para a primeira semana de Junho, sendo que o MFP vem inclusive a ter existência legal, pese embora a lei dos partidos surja já após a sua ilegalização, registando-se como associação política²³³. Pese embora o seu beneplácito, não foram Spínola ou Galvão de Melo que procuraram estes quadros militantes da direita, antes aproveitaram a sua disponibilidade para reequilibrar a balança política, deveras pendida para a esquerda²³⁴. A preferência spinolista foi- desde as primeiras movimentações antes da queda do regime estado-novista, e conforme explanado no capítulo anterior- pelo campo político representado pela ala liberal, que viria a consubstanciar-se no período revolucionário, maioritariamente, no PPD, com assinalável contributo de personalidades spinolistas, algo que será dissecado mais à frente no presente texto. Não obstante, assinala-se um alegado convite a Fernando Pacheco de

²²⁹ REZOLA, Maria Inácia- 25 de Abril, Mitos de Uma Revolução, Lisboa, Esfera dos Livros, 2007, pág.69-70

²³⁰ Entrevista a José Valle de Figueiredo, Porto, Maio de 2022; Entrevista a José Miguel Júdice, Lisboa, Dezembro de 2019

²³¹ Francisco Caldeira Cabral (1908-1992) – Conceituado arquitecto paisagista entre as décadas de 40 e 80, sendo o pioneiro da área em Portugal, cria o primeiro curso no país na década de 60. Destacam-se também os seus projectos para o Estádio do Jamor e para o Parque Termal das Caldas da Rainha. Após a ilegalização do MFP-PP, não mais se envolve politicamente, seguindo o seu percurso catedrático.

²³² Nuno Cardoso da Silva (1942-) – Licenciado em economia e doutorado em ciência política, foi consultor e director de empresas desde 1968. É designado adjunto de Silvino Silvério Marques na sua curta estadia no cargo de Governador-Geral de Angola, desempenhando aí funções de ligação entre os movimentos angolanos e o MFP-PP, para além de fundar em conjunto com Jaime Nogueira Pinto a Frente de Resistência Angolana, algo que se detalhará no decorrer do texto. Após a ilegalização do MFP-PP, viria ainda a militar no PPM, partido do qual viria a ser presidente, eleito no XIII congresso do partido, em 1990.

²³³ Entrevista a José Luís Andrade, Lisboa, Maio de 2022; Os partidos políticos surgiram e começaram a actuar quando legalmente apenas se previa a formação de associações políticas; cf. SOUSA, Marcelo Rebelo de- *Os Partidos Políticos no Direito Constitucional Português*, Braga, Livraria Cruz, 1983, p.233

²³⁴ MARCHI, Riccardo- *À direita da revolução: resistência e contra-revolução no PREC (1974-1975)*, Lisboa Objectiva, 2020, pág.30

Amorim para ministro da Coordenação Interterritorial, no I Governo Provisório chefiado por Adelino da Palma Carlos²³⁵, que acaba por não ter a devida anuência das Comissão Coordenadora²³⁶, bem como a influência de Edgar Faure, referência política para a terceira via socioeconómica do MFP, na proposta constitucional deste primeiro-ministro²³⁷.

O MFP-PP destaca-se como principal movimento político dentro do espectro da direita que surge após o 25 de Abril de 1974, não apenas pela densidade da sua proposta política, que será abordada no próximo capítulo, mas sobretudo pela sua estrutura e dimensão, algo que a imprensa também assinala²³⁸. Para esta implementação foram determinantes duas redes de contactos transitórias do regime estado-novista: a mais importante, correspondente aos organismos corporativos, mormente das casas do povo, era protagonizada por Joaquim Guilherme Ramos e João Cabral²³⁹, outra seria a base de dados e respectivo aparelho da Acção Nacional Popular, oferecida ao secretário-geral do MFP-PP, Fernando Pacheco de Amorim, por um elemento da última comissão central da ANP²⁴⁰, levando o MFP-PP a atingir os cerca de 38000 filiados à data da sua ilegalização. Outro organismo importante para a estruturação do partido foi a Associação PROGRAMA, já anteriormente caracterizada, e é através da sua base, também descrita no capítulo prévio, bem como dos seus elementos, como João Cabral, que se parte para a estruturação do partido²⁴¹, sendo a sede partidária portuense um bom exemplo, na medida em que transita directamente da PROGRAMA,

No tocante à caracterização da militância e adesão ao MFP-PP, Francisco Ruivo descreve-a sumariamente enquanto antigos membros da ANP, antigos combatentes e militares afectos a

²³⁵ Adelino da Palma Carlos (1905-1992) – Licenciado em direito pela Universidade de Lisboa, foi professor universitário e advogado, destacando-se na defesa de alguns oposicionistas do Estado Novo, tendo sido, inclusive, mandatário da candidatura presidencial de Norton de Matos em 1949 dado a sua forte índole republicana. Mais tarde, desempenha as funções de director da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Após a revolução é convidado para chefiar o I Governo Provisório, desempenhando o cargo durante meros 57 dias, dada a tensão entre a presidência da república e a comissão coordenadora, que priva o órgão a que preside da necessária autonomia e protagonismo. Palma Carlos posiciona-se neste diferendo, apoiando o reforço dos poderes presidenciais, com a sua proposta de alteração à lei 3/74, que previa também o aumento dos seus próprios poderes e um referendo para aprovação de uma Constituição provisória. Demite-se após ver rejeitada a sua proposta no Conselho de Estado.

²³⁶ Entrevista a Diogo Pacheco de Amorim, Lisboa, Maio de 2022

²³⁷ PEREIRA, António Maria- *A Burla do 28 de Setembro*, Amadora, Bertrand, 1976, pág.100

²³⁸ “três meses depois a estratégia política da direita” *Expresso*, 7 de Setembro de 1974, pág.2

²³⁹ Entrevista a José Valle de Figueiredo, Porto, Maio de 2022; Entrevista a José Luís Andrade, Lisboa, Maio de 2022

²⁴⁰ Entrevista a Diogo Pacheco de Amorim, Lisboa, Maio de 2022; Entrevista a José Luís Andrade, Lisboa, Maio de 2022- José Luís Andrade confirma os contactos para a utilização da base de dados da ANP através de Joaquim Guilherme Ramos, conquanto alegue que estes nunca chegaram a ser utilizados, confirmando, ainda assim, a dimensão militante do partido.

²⁴¹ Entrevista a José Valle de Figueiredo, Porto, Maio de 2022; Cf. MARCHI, Riccardo- *À direita da revolução: resistência e contra-revolução no PREC (1974-1975)*, Lisboa Objectiva, 2020, pág.30

Spínola, direita nacionalista contestária do marcelismo, monárquicos²⁴². Uma amálgama que se justifica pela acção frentista em torno do objectivo ultramarino, mas também pela dinâmica polarizadora do movimento à direita do espectro político, não obstante a militância do MFP-PP mereça uma análise mais detalhada. Relativamente à adesão de antigos combatentes e militares, para além dos nacionalistas-revolucionários que serviram ao lado do general António de Spínola na Guiné, e de casos como o de Diogo Pacheco de Amorim que, no período em questão, cumpriam serviço militar, deve referir-se a lista de participantes no Congresso dos Combatentes do Ultramar de 1973, que, em alguma extensão, viria a ser enquadrada no MFP-PP²⁴³. Destaca-se também a adesão monárquica ao MFP-PP²⁴⁴, mais ainda tendo em conta o surgimento de dois partidos de índole monárquica, Partido Popular Monárquico e o seu dissidente, Partido Liberal, conquanto neste último a identidade monárquica não fosse aparentemente uma idiosincrasia central no partido, apesar do grande activismo do então infante Duarte Pio de Bragança²⁴⁵. De facto, havia no interior do MFP-PP uma ascendência monárquica substancial, a começar, desde logo, pelo líder, Fernando Pacheco de Amorim, mas também por outros dirigentes destacados, como José Valle de Figueiredo ou Diogo Miranda Barbosa, isto para além de uma já descrita colaboração convergente entre a geração da Cidadela com a Convergência Monárquica de Barrilaro Ruas, não sendo despicienda a proximidade programática entre PPM e MFP-PP- que será abordada detalhadamente no seguinte capítulo. José Valle de Figueiredo confirma também a adesão de

²⁴² RUIVO, Francisco Bairrão- *Spínola e a Revolução*, Lisboa, Bertrand, 2015, pág. 250. A análise peca, no entanto, pelo excessivo simplismo, além de que, a menção feita a uma pretensa “direita salazarista” aderente ao MFP-PP não tem qualquer base de sustentação historiográfica, pois, se é verdade que não há nenhum património ideológico anti-fascista, não há, de igual modo, uma identificação política do movimento com o legado de Salazar, antes pelo contrário, com o seu líder, Fernando Pacheco de Amorim, a ter um passado de contestação ao regime salazarista, patenteado na sua participação na Revolta da Mealhada, conforme se explica na presente dissertação.

²⁴³ CERVELLÓ, Joseph Sánchez- *Cronologia das organizações de direita (1973-1976)*, Tarragona, Universid Rovira y Virgili, 1994, pág.1; Entrevista a José Valle de Figueiredo, Porto, Maio de 2022- Valle de Figueiredo confirma o seu envolvimento na organização do referido e congresso, cujos contactos viria a utilizar em prol da implantação do MFP-PP.

²⁴⁴ SANTOS, Miguel Dias- *A Direita Monárquica e a Persistência da Tradição*, cap. VIII, pág.285 in *Ideias e Percursos das Direitas Portuguesas*, direcção de Riccardo Marchi, Lisboa, Texto Editora, 2014. De referir que o autor cataloga o MFP-PP como partido de extrema-direita sem expressão, algo que esta dissertação visa refutar ao longo de todo o texto; cf. RODRIGUES, Avelino; BORGA, Cesário; CARDOSO, Mário- *Portugal Depois de Abril*, Lisboa, António dos Reis, 1976, pág.72. A partir dos jargões revolucionários marxistas da época, este trabalho jornalístico cataloga estas adesões como facção “ultra-reaccionária” da Convergência Monárquica, mas sem qualquer sustentação documental.

²⁴⁵ MARCHI, Riccardo- *À direita da revolução: resistência e contra-revolução no PREC (1974-1975)*, Lisboa Objectiva, 2020, pág.64

vários elementos da Convergência Monárquica ao MFP-PP- sobretudo na cidade do Porto, através do núcleo monárquico liderado por Artur Camarate dos Santos²⁴⁶²⁴⁷.

No final de Maio de 1974, dá-se a entrada de um outro grupo mais jovem e moderado no MFP-PP, sediado em Lisboa, onde pontifica José Luís Andrade, que viria a liderar a instalação da juventude do partido. Este grupo, de onde também se destaca o também dirigente juvenil, Pedro Vieira, sem ligações ao nacionalismo-revolucionário, adere ao MFP por consequência de uma carta assinada em nome de um conjunto de estudantes ultramarinistas solidarizando-se com o Presidente António de Spínola na questão ultramarina, contra a facção “anárquico-extremista” do MFA, sendo esta dirigida à Rádio Televisão Portuguesa (RTP). A carta é interceptada por José Rebordão Esteve Pinto²⁴⁸, que delega em Ruy Seabra²⁴⁹, funcionário do Ministério do Trabalho, a localização dos autores, com o objectivo de os cooptar para o MFP, algo que sucede logo de seguida²⁵⁰. O facto de José Rebordão Esteve Pinto ser identificado por Marchi como elemento do MAP²⁵¹, permite inferir alguma porosidade entre os dois movimentos, algo plausível dada a colaboração conjunta dos sectores integracionistas até ao momento do golpe de 25 de Abril de 1974.

Jaime Nogueira Pinto aponta a razão do falhanço a esta direita nacionalista do pós-25 de Abril por ser «um movimento de ideias sem base de interesses»²⁵². O Partido do Progresso, contudo, parece ter-se apercebido dessa problemática, pelo que é possível observar a tentativa por parte do MFP-PP em criar uma base eleitoral. Numa peça intitulada «Xadrez Político», o órgão de comunicação do partido procede a uma análise do espectro político português, posicionando as forças partidárias mais relevantes ao longo deste «xadrez», colocando como questão de maior a capacidade dos partidos de direita se organizarem como partidos de massas, falando da desvantagem de não estarem comprometidos com o regime desposto, tendo uma dificuldade maior na criação de estruturas regionais amplas²⁵³. Esta força política

²⁴⁶ Artur Camarate Santos- Já falecido, dedicado militante monárquico, dirigente da Liga Popular Monárquico, com sede no Porto.

²⁴⁷ Entrevista a José Valle de Figueiredo, Porto, Maio de 2022

²⁴⁸ José Rebordão Esteves Pinto (1932-2017) -

²⁴⁹ Ruy Seabra (1947-) – Licenciado em direito pela Universidade de Coimbra, desempenha os cargos de secretário do subsecretário de estado do trabalho e previdência em 1971 e 1972 e de 1972 a 1973 de secretário do secretário de estado da Indústria. Vem a ser mais tarde deputado pelo CDS na III e IV legislaturas pelo círculo eleitoral de Aveiro.

²⁵⁰ Entrevista a José Luís Andrade, Lisboa, Maio de 2022

²⁵¹ MARCHI, Riccardo- *À direita da revolução: resistência e contra-revolução no PREC (1974-1975)*, Lisboa Objectiva, 2020, pág.97

²⁵² MARCHI, Riccardo *et al- Ideias e Percursos das Direitas Portuguesas*, Lisboa, Texto Editores, 2014

²⁵³ “O Xadrez Político”, *Tribuna Popular*, nº2, 14 de Agosto de 1974, pág.6

dever-se-ia robustecer através de um eleitorado que identifica como moderado, mas com opções políticas tangíveis, em nada beneficiado com o regime deposto, como seria o caso dos pequenos proprietários rurais e urbanos, pequenos comerciantes, operários semi-especializados e funcionalismo público inferior, todos eles anti-comunistas por natureza idiossincrática, teriam estes uma noção pura e viva do catolicismo, embora pouco dinâmica. Este é um diagnóstico incisivo, que se consubstancia no próprio conteúdo jornalístico desenvolvido, através de uma reportagem constante do caos económico, da anarquia social que se fazia sentir²⁵⁴ e do estado de sítio da agricultura, ‘sector fundamental da economia nacional’- sucessivamente abandonado, denunciando-se a sangria advinda do êxodo rural, falando na necessidade de libertação dos pequenos agricultores, sob asfixia das “longínquas decisões de Lisboa”²⁵⁵. Destacam-se também a realização de entrevistas com pequenos comerciantes- acompanhadas de interessantes dados estatísticos quanto ao número de supermercados abertos comparativamente ao fecho de portas de pequenas mercearias ou referentes ao crédito ao consumidor por parte de retalhistas²⁵⁶. Além do caótico factor económico, o Partido do Progresso brande a ameaça colectivista- aludindo à colectivização dos meios de produção e à aniquilação da propriedade privada ou ao Estado-patrão de uma classe de burocratas cujas maiores vítimas seriam os pequenos comerciantes e os pequenos proprietários rurais. Fá-lo através de artigos na *Tribuna Popular*²⁵⁷ e também dos seus comícios tipicamente a Norte e Centro do país- que, confiando na informação prestada pelo jornal, teriam sempre entre 500 e 1000 espectadores - região pródiga do tipo de eleitorado que o MFP-PP identifica como seu potencial grupo social de apoio, e que, de resto, também a imprensa²⁵⁸ ou o próprio líder do CDS, Freitas do Amaral, indicam como zonas de maior implementação do partido²⁵⁹.

De facto, o MFP-PP dá enfoque através da *Tribuna Popular* a comícios e sessões de esclarecimento realizadas na sua quase totalidade no centro e norte do país, demonstrativas da

²⁵⁴ “Sem Rei nem Lei”, *Tribuna Popular*, nº0, 24 de Julho de 1974, pág.1; Cf. “O custo das greves”, *Tribuna Popular*, nº0, 24 de Julho de 1974, pág.3

²⁵⁵ “Para onde vai a agricultura portuguesa?”, *Tribuna Popular*, nº8, 26 de Setembro de 1974, pág.3

²⁵⁶ “O drama dos comerciantes retalhistas”, *Tribuna Popular*, nº4, 28 de Agosto de 1974, pág.2

Cf. “Hora difícil para pequenos restaurantes, entrevista a Armando José Machado, Secretário-Geral da Associação Livre de Restaurantes Típicos”, *Tribuna Popular*, nº1, 7 de Agosto de 1974, pág.6

²⁵⁷ “O Significado de uma Escolha”, *Tribuna Popular*, nº0, 24 de Julho de 1974, pág.1

²⁵⁸ “três meses depois a estratégia política da direita” *Expresso*, 7 de Setembro de 1974, pág.2; o artigo noticioso refere, para além da capital Lisboa, as cidades de Porto e Braga como os grandes centros nevrálgicos do partido.

²⁵⁹ AMARAL, Diogo Freitas do- *O Antigo Regime e a Revolução: memórias políticas (1941-1975)*, Venda Nova, Bertrand Editora, 1995, pág.244- Freitas do Amaral reconhece uma “significativa implantação no norte e centro do país” do Partido do Progresso à data da sua ilegalização.

sua penetração nestes locais. Na cidade do Porto, realiza o primeiro a 24 de Julho, que terá contado com cerca de 800 pessoas, preenchendo a lotação do cinema Nun'Álvares, sendo protagonista o dirigente Luís de Oliveira Dias, que dedicou o seu discurso aos militares combatentes em África “por Portugal unido, autodeterminado e independente”, com a defesa da solução federalista a ser o eixo central reflexivo dos oradores que participaram no evento²⁶⁰. Ainda no distrito portuense, o partido demonstra uma implantação substancial, com a realização de uma sessão de esclarecimento, presidida por Alexandre Negrão, membro do secretariado regional do norte, no concelho de Paredes, na freguesia de Recarei, num “ambiente popular”, com a presença de 500 pessoas, onde se apresentou o ideário do partido, centrando o discurso na valorização do valor do trabalho²⁶¹. Na cidade de Braga, a 26 de Julho, perante 200 pessoas, o secretário-geral Pacheco de Amorim apresenta a síntese programática do MFP-PP numa sessão de esclarecimento²⁶², sendo este o distrito em que maior número de eventos públicos o MFP-PP viria a realizar. É disso ilustrativo o comício realizado na sede concelhia do partido em Amares, localizada no Largo da Feira Nova, num edifício capaz de receber as cerca de 500 pessoas que assistiram aos discursos, tendo estes sido transmitidos para o exterior através de uma instalação sonora, dado o ajuntamento de pessoas que não couberam no edifício²⁶³. Ainda no mesmo concelho, realiza-se também uma sessão de esclarecimento na freguesia de Goães²⁶⁴.

Já no centro do país, o partido destaca um comício realizado em São Martinho do Porto, concelho de Caldas da Rainha, com a sala de espectáculos local completamente lotada, seguindo alguns dos presentes o comício através de uma instalação sonora no átrio do edifício. Os discursos do evento centraram-se nos 2 eixos distintivos do partido: através de Diogo Miranda Barbosa, a importância da integração socioeconómica das classes mais

²⁶⁰ “Comício do Movimento Federalista Português-Partido do Progresso no Porto”, *Tribuna Popular*, nº1, 7 de Agosto de 1974, p.2; no comício foram oradores: Alexandre Negrão, Miguel Seabra, Luís Miranda Pereira, José Guilherme Rodrigues, Pedro Cunha e Joaquim Nunes enquanto militantes do MFP-PP, destacando-se também a presença de um representante nortenho do Partido Liberal, José Cabral, para além de Rui Moreira e do capitão Oliveira Soares, sem militância assumida.

²⁶¹ “Ambiente Popular num Comício em Recarei”, *Tribuna Popular*, nº8,26 de Setembro de 1974, p.12

²⁶² “Sessão de Esclarecimento promovida pelo Partido do Progresso em Braga”, *Tribuna Popular*, nº1, 7 de Agosto de 1974, p.2

²⁶³ “Comício em Amares”, *Tribuna Popular*, nº7, 17 de Setembro de 1974, p.4; Destacam-se como oradores, Miguel Seabra, director da *Tribuna Popular*, Alexandre Negrão, João Alpendorada e Rui Santos, do secretariado regional do norte do MFP-PP, bem como Manuel de Oliveira, presidente concelhio do partido. É importante referir, também, a presença do pároco local no evento, e a caracterização que o artigo noticioso faz dos presentes, caracterizando-os como trabalhadores rurais, pequenos proprietários e comerciantes- justamente a base sociológica que o partido define como alvo-, referindo também a presença de alguns estudantes.

²⁶⁴ “Sessão de Esclarecimento em Goães”, *Tribuna Popular*, nº7, p.4

desfavorecidas, juntamente com a valorização da propriedade privada enquadrada na sua função social; pela voz do capitão Oliveira Soares enfatizou-se a ideia ultramarina do Partido do Progresso, bem como a importância da solução federalista para o futuro nacional. Por último, Miguel Seabra, numa intervenção ligada à realidade do contexto político, falou da liberdade de imprensa, denunciando a censura imposta por algumas comissões de redacção, enfatizando a importância da imprensa regional, que, de resto, o partido, estrategicamente, sempre solicitou²⁶⁵, com vista à sua penetração no interior do país.²⁶⁶ Para além dos referidos comícios que o órgão do partido trata detalhadamente, no último número da *Tribuna Popular*, é notícia a realização de outras 10 sessões de esclarecimento e 1 comício, entre os dias 11 e 22 de Setembro, todos, também, na zona centro e norte do país. 2 no distrito do Porto- na freguesia de Rio Mau, concelho de Penafiel, na freguesia de Rates, concelho da Póvoa de Varzim-, 3 no distrito de Braga- no concelho de Guimarães, e nas freguesias de Chorente e São Veríssimo, ambas no concelho de Barcelos-, 2 no distrito de Viseu- no concelho de Lamego e na freguesia de Macieira, concelho de Sernancelhe-, 1 no distrito de Coimbra- no concelho da Lousã-, 1 comício no concelho de Moncorvo e 1 sessão de esclarecimento na cidade de Bragança, e, por último, 1 sessão de esclarecimento na cidade de Vila Real²⁶⁷. Ainda no centro do país, destaca-se também o núcleo de Alcanena do MFP-PP, derivado da presença no concelho do homem forte da implantação do partido, provedor da Santa Casa de Misericórdia de Alcanena, Joaquim Guilherme Ramos²⁶⁸.

Estes números permitem inferir que, para além de uma forte predominância da implantação do partido no centro e norte do país, há uma capacidade de penetração digna de registo no interior do país. Pese embora a preponderância nas zonas referidas, tal não significa a inoperância do MFP-PP a sul do país, não obstante as idiosincrasias socioculturais do país tenham ditado ao longo da democracia portuguesa uma maior dificuldade de penetração das direitas a sul, e uma maior facilidade do centro para o norte- e vice-versa para a esquerda-, algo que, no contexto revolucionário, se exponenciava particularmente. Desde logo, era igualmente importante a dimensão do partido na capital do país, Lisboa, sendo disso exemplo o comício preconizado pelo secretário-geral, Fernando Pacheco de Amorim, com a participação de representantes do PL, PTDP e MPP, com uma assistência de 1300 pessoas no

²⁶⁵ “As Linhas Claras da Imprensa Regional”, *Tribuna Popular*, nº3, 21 de Agosto de 1974, p.3

²⁶⁶ “Comício do P.P.”, *Tribuna Popular*, nº5, 3 de Setembro de 1974, p.3; Estiveram também em representação do partido, Joaquim Guilherme Ramos, Manuel Portela e Maria João Torres Pereira.

²⁶⁷ “Uma Quinzena de Trabalho”, *Tribuna Popular*, nº8, 26 de Setembro de 1974, p.12

²⁶⁸ Entrevista a José Miguel Júdice, Lisboa, Dezembro de 2019

Teatro Monumental²⁶⁹. Outro dado ilustrativo era o da utilização simultânea de 3 espaços, um antigo andar da Acção Nacional Popular, no Arco do Cego, ocupado por jovens nacionalistas liderados por Miguel Seabra que, apesar de servir inicialmente como sede do partido, se converte nas instalações da *Tribuna Popular*²⁷⁰, transitando a sede do partido depois de Maio de 1974 para a Rua Rosa Araújo, nº32-3º, alugando na mesma altura um 3º piso na Avenida Infante Santo, nº68 com renda de 10000 escudos²⁷¹.

No sul do país, a *Tribuna Popular* dá destaque a um comício levado em Ponte de Sor, distrito de Portalegre, a 7 de Setembro, em que atraiu cerca de 500 pessoas na casa do povo local²⁷². É, de facto, no distrito de Portalegre, que o partido parece ter tido maior implantação no sul do país. Para além do comício noticiado em Ponte de Sor, Júdice refere a significância do núcleo do concelho de Elvas, onde se realiza também um comício do MFP no teatro local²⁷³, sendo que José Luís Andrade menciona também uma intensa actividade propagandística por parte dos jovens do MFP-PP²⁷⁴ pelo Alentejo, destacando maioritariamente concelhos do distrito, como Alter do Chão, Arraiolos, Crato, e os já mencionados, Elvas e Ponte de Sor. O responsável pela juventude do partido refere também os municípios de Montemor-o-Novo e Vendas Novas, do distrito de Évora, levando mesmo a confrontos com o PCP, que serão abordados mais à frente. As acções consistiam na colagem de cartazes anti-comunistas e à distribuição da *Tribuna Popular* pela população²⁷⁵. Nas ilhas, é também anunciado pelo MFP-PP um Grupo Instalador do Partido do Progresso nos Açores, constituído por João Manuel Raposo, Luís Francisco de Faria e Maia, Dionísio Joaquim Lucas, Joaquim Moniz Tomé, Leonel Arruda Merença, Jorge Vieira Moniz, Hermando de Ataíde Mota e Jorge Manuel da Ponte Moniz. No dia 29 de Agosto de 1974 o grupo foi recebido pelo governador do distrito autónomo de Ponta Delgada, António Borges Coutinho²⁷⁶²⁷⁷.

²⁶⁹ MARCHI, Riccardo- *À direita da revolução: resistência e contra-revolução no PREC (1974-1975)*, Lisboa Objectiva, 2020, pág.39

²⁷⁰ *Ibidem*- p.33

²⁷¹ “O Partido do Progresso visto através do seu arsenal”, *Expresso*, 5 de Outubro de 1974, pág.16

²⁷² “Comício em Ponte de Sor”, *Tribuna Popular*, nº7, 17 de Setembro de 1974, p.4

²⁷³ Entrevista a José Miguel Júdice, Lisboa, Dezembro de 2019; De facto, o concelho de Elvas vem a revelar-se no contexto democrático um dos bastiões eleitorais das direitas.

²⁷⁴ Pedro Vieira; ALBERTO DELFIM, TETÉ, BACALHAU, XICO DUQUE; COSTA E SILVA

²⁷⁵ Entrevista a José Luís Andrade, Lisboa, Maio de 2022; O grupo juvenil era composto por Alberto Delfim, Pedro Oliveira, Victor Bacalhau, Armando Costa e Silva e George de Melo, cf. MARCHI, Riccardo- *À direita da revolução: resistência e contra-revolução no PREC (1974-1975)*, Lisboa, Objectiva, 2020, pág.39

²⁷⁶ António Borges Coutinho (1923-2011)- Licenciado em direito pela Universidade de Coimbra, viria a ser o único membro da comissão distrital de Ponta Delgada de apoio à candidatura do general Humberto Delgado, após a abertura marcelista para as eleições de 1969, torna-se um membro de destaque da Oposição Democrática.

É a estruturação do MFP-PP e a dinâmica sociopolítica que conseguiu imprimir que lhe granjeia o estatuto conferido pelo *Expresso* enquanto “fulcro da organização da direita unida”, capaz de gerar uma dinâmica centrípeta em detrimento de outros movimentos menores²⁷⁸. A notável capacidade de organização e acção é também assinalada por Cesário Borga, Mário Cardoso e Avelino Rodrigues, falando também no seu livro de índole jornalística de um “bom naipe de quadros e activistas”²⁷⁹ e da sua penetração na imprensa regional, assinalando o “contacto com 25 jornais de província”²⁸⁰, algo que o *Expresso* de alguma forma confirma, detalhando os nomes de vários semanários regionais por todo o país entendidos pela direcção do partido como contactáveis para publicações²⁸¹. É também sintomático da importância que o MFP-PP principiava a granjear na situação política nacional, o facto de Freitas do Amaral, antes da fundação do CDS, ser directamente inquirido na sua 1ª entrevista à emissora nacional acerca de uma eventual militância no Movimento Federalista Português²⁸².

Relativamente ao financiamento do partido, Jaime Nogueira Pinto afirma ter intermediado contactos entre Fernando Pacheco de Amorim e os grupos da CUF, Jorge de Mello e BES (Marchi, 2020), sendo que as conversações com este último são confirmadas por José Luís Andrade²⁸³. Todavia, José Luís Andrade define o grupo Queiróz Pereira como um dos principais beneméritos, atribuindo também a pequenos empresários do norte do país uma fatia considerável do financiamento do partido, na medida em que os movimentos financeiros dos grandes grupos eram alvo de controlo apertado²⁸⁴. Eduardo Dâmaso complementa, de algum modo, as afirmações de José Luís Andrade, aventando a possibilidade de José Avides Moreira, empresário do norte do país, depois ligado ao MDLP, ter sido também um dos beneméritos do partido²⁸⁵. Contrariamente, o *Expresso* noticia, após a ilegalização do partido, uma alegada preponderância de fundos angariados no ultramar, com particular incidência em

Após o 25 de Abril de 1974 foi nomeado para Governador Civil do distrito autónomo de Ponta Delgada, cargo que mantém até Junho de 1975. Politicamente ligado ao MDP-CDE, filiar-se-ia, mais tarde, em 1978, no PCP.

²⁷⁷ “Grupo Instalador Trabalha nos Açores”, *Tribuna Popular*, nº6, 11 de Setembro de 1974, p.6

²⁷⁸ *Expresso*, 6 de Julho de 1974

²⁷⁹ RODRIGUES, Avelino; BORGA, Cesário; CARDOSO, Mário- *Portugal Depois de Abril*, Lisboa, António dos Reis, 1976, pág.74

²⁸⁰ *Ibidem*- p.79

²⁸¹ “O Partido do Progresso visto através do seu arsenal”, *Expresso*, 5 de Outubro de 1974, pág.16; São indiciadas publicações periódicas alegadamente contactáveis pelo MFP-PP em: Chaves, Sesimbra, Águeda, Cabeceiras de Basto, Montemor-o-Novo, Portalegre, Porto, Évora, Torres Vedras, Cartaxo, Sabugal, Benavente, Leiria, Lamego, Funchal, Covilhã, Guarda, Fafe, Guimarães, Braga, Bragança, Monção.

²⁸² AMARAL, Diogo Freitas do- *O Antigo Regime e a Revolução: memórias políticas (1941-1975)*, Venda Nova, Bertrand Editora, 1995, p.171

²⁸³ Entrevista a José Luís Andrade, Lisboa, Maio de 2022

²⁸⁴ *Ibidem*

²⁸⁵ DÂMASO, Eduardo- *A Invasão Spinoquista*, Lisboa, Fenda, 2012, p.112

Angola, baseando-se numa nota alegadamente encontrada na sede do partido acerca das projecções de custos para uma campanha publicitária e de difusão em conjunto com a Frente Nacionalista Angolana (FNA) e o PTDP, a que acresciam 2 viaturas e material de escritório, cujo investimento representaria mais de 1 milhão de escudos, em que 60% dos quais seriam angariados em Angola²⁸⁶. Estes dados indicam uma capacidade financeira assinalável por parte do MFP-PP, algo que não é confirmado por José Luís Andrade, que destaca o voluntarismo militante na maioria das acções, não obstante admita uma maior facilidade monetária após a passagem de movimento a partido²⁸⁷, momento que se abordará mais à frente no texto.

Segundo foi possível apurar junto de antigos dirigentes e fundadores (José Luís Andrade, José Miguel Júdice, José Valle de Figueiredo), a informação avançada pelo *Expresso* relativamente ao organigrama da direcção do partido revela-se certa. O secretário-geral, Fernando Pacheco de Amorim, era ladeado por Luís Oliveira Dias, Diogo Miranda Barbosa e José Valle de Figueiredo, seus adjuntos. Eram estes os 4 homens fortes do partido, seguindo-se depois uma organização compartimentada em diferentes gabinetes. O gabinete de estudos e recolha de informação, liderado por António de Sampaio e Melo²⁸⁸; a comissão de organização regional, a cargo de Joaquim Guilherme Ramos; a comissão de propaganda, chefiada por Luís Sá Cunha; a comissão de finanças e administração, a cargo de Vasco Montês e, também, de Diogo Miranda Barbosa; a comissão de informação, cujo responsável era José da Costa Deitado; comissão do jornal, naturalmente liderado pelo director da *Tribuna Popular*, Miguel Seabra; a comissão operacional, a cargo de José Luís Andrade, Pedro Vieira e Alberto Delfim, responsáveis pela juventude do partido; comissão de organização sectorial, a cargo de José Miguel Júdice; e uma comissão de ligação interterritorial, liderada pelo secretário adjunto, José Valle de Figueiredo, responsável pela actividade no ultramar, Açores e Madeira²⁸⁹, nesta comissão de ligação interterritorial foi integrado o Grupo de Estudos e

²⁸⁶ “O Partido do Progresso visto através do seu arsenal”, *Expresso*, 5 de Outubro de 1974, pág.16;

²⁸⁷ Entrevista a José Luís Andrade, Lisboa, Maio de 2022

²⁸⁸ António de Sampaio e Melo (1952-2018)- Licenciado em direito pela Universidade de Lisboa, destacou-se pela militância monárquica já após a extinção do MFP-PP, dirigente e animador das estruturas da Causa Monárquica e das Reais Associações, sobretudo na década de 80, tendo desempenhado as funções de chefe de gabinete de Dom Duarte ao longo de década e meia.

²⁸⁹ “O Partido do Progresso visto através do seu arsenal”, *Expresso*, 5 de Outubro de 1974, pág.16

Cooperação, constituído por jovens quadros e antigos combatentes com o fito de sistematizar informação e estabelecer contactos com associações políticas ultramarinas²⁹⁰.

Relações político-partidárias do MFP-PP

Após a sua estruturação, o MFP-PP assume publicamente a ideia de agregação que os nacionalistas revolucionários já haviam posto em prática, o frentismo político, ditado pelo contexto político premente. Para tal desiderato, assume como objectivo reunir os grupos de índole política ultramarinista similar, menos estruturados e sem capacidade de acção política, sempre com o móbil da questão ultramarina, divulgando, paralelamente, por algumas cidades do país, uma síntese programática com um inquérito à opinião pública acerca da sua identificação com aquelas linhas programáticas, bem como o seu nível de interesse em ingressar na militância do partido e outros possíveis interessados²⁹¹. Este inquérito fazia parte de uma estratégia mais vasta de implantação do partido com o cunho de Clifton White, especialista americano em técnicas de acção política, contratado pelo partido no Verão de 1974, devido aos contactos que alguns fundadores do partido mantinham com a ala mais direitista do Partido Republicano, advindo, neste caso específico, da participação de Clifton White na campanha presidencial de 1964 do candidato republicano, Barry Goldwater²⁹²²⁹³.

Clifton acaba por gerar uma situação de relativa rivalidade com o CDS, na medida em que se reúne com ambos os fundadores dos respectivos movimentos, acabando por se decidir pelo MFP-PP, dada a pusilanimidade demonstrada pelas chefias do CDS, em particular por Freitas do Amaral²⁹⁴. De facto, a relação entre o MFP-PP e o CDS seria sempre atribulada desde o começo. O MFP-PP começa, desde logo, por condicionar a denominação do CDS- segundo Freitas do Amaral, o partido teria a designação de Centro Democracia e Progresso, contudo a 18 de Julho de 1974 é primeiramente anunciada a conversão do MFP em MFP- Partido do Progresso, na véspera do anúncio fundacional do partido, que viria a ocorrer a 19 de Julho de

²⁹⁰ “Comissão de Ligação Interterritorial” – *Tribuna Popular*, nº3, 21 de Agosto de 1974, p.7

²⁹¹ “três meses depois a estratégia política da direita” *Expresso*, 7 de Setembro de 1974, pág.2

²⁹² Barry Goldwater (1909-1998) – Membro do senado norte-americano eleito pela primeira vez em 1952 pelo Estado de Arizona, foi o candidato presidencial do Partido Republicano nas eleições de 1964. Pese embora a grande derrota eleitoral nesse ano, Goldwater consolidou-se como expoente do conservadorismo americano enquanto precursor da “revolução conservadora” de Ronald Reagan, pautando-se sobretudo por um anti-comunismo radical, rejeitando liminarmente a cosmovisão colectivista da sociedade, em defesa da liberdade individual, advogando o intervencionismo externo para conter os avanços do comunismo internacional.

²⁹³ Entrevista a José Valle de Figueiredo, Porto, Maio de 2022; cf. MARCHI, Riccardo- *À direita da revolução: resistência e contra-revolução no PREC (1974-1975)*, Lisboa, Objectiva, 2020, pág.38

²⁹⁴ Entrevista a José Valle de Figueiredo, Porto, Maio de 2022

1974²⁹⁵. Pela parte do MFP-PP, o surgimento do CDS influencia negativamente a angariação de fundos, entrando ambos em competição, pelo facto de se encarar o CDS nos meios direitistas como uma direita que se prestava a entrar no regime esquecendo a questão ultramarina²⁹⁶. A intromissão do CDS nos pretensos meios de financiamento do MFP terá sido também de capital importância na tomada de decisão da passagem de movimento a partido político, isto é, de MFP a MFP-PP- esta assunção política, como supramencionado, viria, efectivamente, a surtir um efeito positivo na angariação de fundos²⁹⁷. De resto, segundo José Luís Andrade, tomando o CDS a descolonização como facto consumado, Freitas do Amaral assume-se na esfera das direitas como adversário do MFP-PP, denunciando uma pretensa índole fascista do partido, com vista a pressionar no sentido da sua ilegalização²⁹⁸, com a qual o CDS viria a beneficiar, como mais à frente será explicado. Fernando Pacheco de Amorim caracterizaria, em 1975, o CDS como fundamentalmente ambíguo no programa e nas atitudes²⁹⁹.

Se o CDS surge através de uma componente técnica e jurídica da última geração de colaboradores nas estruturas técnico-burocráticas e institucionais do governo marcelista, o PPD tem uma origem mais homogénea, surgindo enquanto emanção da ala liberal e com um grande número de membros da SEDES. A preferência do campo spinolista por estes interlocutores em detrimento do MFP-PP, evidencia-se, logo à partida, com o papel activo que o séquito spinolista, bem como o próprio general, tiveram na fundação de ambos os partidos. Spínola procura e instiga antigos deputados da Ala Liberal a formarem um partido por preocupação com o deserto organizacional do centro à direita, recebendo Sá Carneiro a 29 de Abril e mandatando José Blanco³⁰⁰, chefe de gabinete de Spínola, para auxiliar na tarefa de

²⁹⁵ AMARAL, Diogo Freitas do- *O Antigo Regime e a Revolução: memórias políticas (1941-1975)*, Venda Nova, Bertrand Editora, 1995, p.196

²⁹⁶ Entrevista a José Luís Andrade, Lisboa, Maio de 2022

²⁹⁷ *Ibidem*- Não obstante, esta decisão é também acompanhada de um prognóstico político que merecia a concordância da maioria da direcção do partido em como o processo de transição, pautado pelo revolucionarismo, estaria em vias de atingir a normalização democrática, que se consagraria no momento eleitoral de formação da assembleia constituinte, entendendo a passagem a partido enquanto instrumento moderno de participação na vida cívica do país, algo que pode também ser observado no comunicado oficial da alteração de MFP para MFP-PP: “Partido do Progresso”, *Tribuna Popular*, nº0, 24 de Julho de 1974, p.3

²⁹⁸ *Ibidem*

²⁹⁹ AMORIM, Fernando Pacheco de- *Portugal Traído*, Madrid, Edição do Autor, 1975, p.152

³⁰⁰ José Blanco (1934-) -Licenciado em direito pela Universidade de Lisboa, passa toda a sua vida profissional ao serviço da Fundação Calouste Gulbenkian. Desempenha a função de chefe de gabinete do general Spínola durante a sua comissão militar na Guiné, entre 1972 e o início de 1974, assumindo função idêntica após a tomada de posse de António de Spínola como Presidente da República. Após a demissão deste, integra o conselho de administração da referida fundação, não voltando a exercer funções políticas.

criação do partido, que seria anunciado logo a 6 de Maio de 1974³⁰¹. De resto, segundo o embaixador Nunes Barata, o Presidente da República, confiava que o PPD viesse a desempenhar o papel de braço civil do spinolista³⁰², sendo que, em Setembro de 1974, ainda na sua presidência, provavelmente por tacticismo e não por convicção, assume ao *Expresso* a sua preferência por forma de socialismo desde que em liberdade³⁰³. Contudo, apesar de uma primeira fase de estreita colaboração com o spinolismo- participando Sá Carneiro, enquanto ministro-adjunto do primeiro-ministro Palma Carlos, na elaboração da proposta de revisão à lei 3/74³⁰⁴ e estando ao lado do general Spínola na reunião da Manutenção Militar de 13 de Junho de 1974 com o MFA³⁰⁵-, o partido afastar-se-á progressivamente de António de Spínola após o chumbo da proposta de alteração de Palma Carlos e subsequente queda do 1º governo provisório. No caso do CDS, é o tenente-coronel Almeida Bruno, chefe da casa militar do Presidente da República, quem serve de catalisador para a fundação do partido, declarando a Freitas do Amaral, em nome de um conjunto militares spinolistas e moderados, com pleno conhecimento de António de Spínola, o apoio à criação de um partido de centro-direita, moderado e liberal³⁰⁶. Mesmo à direita, o interlocutor preferencial numa primeira fase terá sido Kaúlza de Arriaga³⁰⁷, que Spínola procurou para erigir esforços no sentido de montar um partido representativo da direita democrática. Kaúlza faz ainda algumas diligências nesse sentido, endereçando um convite a Freitas do Amaral para ocupar um lugar importante nesse partido³⁰⁸. A recusa de Freitas do Amaral com base no carácter conservador, nacionalista e

³⁰¹ RODRIGUES, Luís Nuno- *Spínola*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2010, p.295

³⁰² *Ibidem*- p.330

³⁰³³⁰³ *Ibidem*- p.490

³⁰⁴ Esta proposta de alteração à lei constitucional 3/74 consistia na alteração do calendário eleitoral- antecipando a eleição presidencial para Outubro de 1974, sufragando na mesma eleição a ractificação de uma Constituição provisória que se baseava nas alterações propostas ao conselho de estado a vigorar até à Constituição saída da assembleia constituinte entrar em vigor, cuja eleição seria adiada até 30 de Novembro de 1976. A isto acrescia o reforço da autoridade do primeiro-ministro e dos poderes do presidente da república.

³⁰⁵ CÂMARA, Maria João da- *Sanches Osório. Memórias de uma revolução*, Lisboa Oficina do Livro, 2019, p.140

³⁰⁶ AMARAL, Diogo Freitas do- *O Antigo Regime e a Revolução: memórias políticas (1941-1975)*, Venda Nova, Bertrand Editora, 1995, p.181

³⁰⁷ Kaúlza de Arriaga (1915-2004) – Licenciado em engenharia militar e civil pela Academia Militar, foi chefe de gabinete do ministro da Defesa Nacional entre 1953-1955 e secretário de estado da Aeronáutica entre 1955 e 1962, onde derruba a tentativa de golpe de Estado de Botelho Moniz. Mais tarde, faria parte do Conselho Ultramarino dado o seu percurso como chefe militar, sobretudo, em Moçambique, que fica marcado pela “Operação Nó Górdio”. Já em 1973, em ruptura com Marcello Caetano conspira à direita para pôr termo à sua presidência. Após o 25 de Abril é passado compulsivamente à situação de reserva, sendo ainda preso após o 28 de Setembro de 1974, sendo apenas libertado em 21 de Janeiro de 1976.

³⁰⁸ RODRIGUES, Luís Nuno- *Spínola*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2010, p.295

defensor da manutenção do ultramar³⁰⁹, é elucidativa da diferença de ideário entre as cúpulas do CDS e do MFP-PP.

Dentro desta realidade política, o MFP-PP- juntamente com o PL, o PTDP e o MPP- denuncia uma “discriminação inaceitável” no acesso aos órgãos políticos e à imprensa em audiência com o Presidente da República António de Spínola³¹⁰, comparando-se, de forma mordaz, ao Partido Socialista (PS), inquirindo retoricamente o que permitiria afirmar que este fosse mais representativo que o Partido do Progresso³¹¹. Mais tarde, Fernando Pacheco de Amorim viria a catalogar o PS como “agiotas na economia dos partidos”, sobrevivendo, em seu entender, “à sombra da Internacional Socialista e das facilidades que lhe foram concedidas pelo MDP-CDE” para depois recolher os votos “daqueles que não acreditavam na sobrevivência dos outros partidos”, o secretário-geral do MFP-PP caracteriza ainda com acinte Mário Soares³¹², líder do PS, enquanto “homem medíocre e sem autoridade moral”³¹³.

A relação de maior rivalidade partidária foi, contudo, mantida com o PCP. A hostilidade do MFP-PP face ao PCP surge com relativa naturalidade, dado o total antagonismo ideológico entre os partidos, mormente na questão ultramarina, em que a esfera de influência do PCP influiu de sobremaneira, sendo a principal motivação política do MFP-PP. A conflitualidade é bem patente na denúncia política erigida ao PCP desde o primeiro número da *Tribuna Popular*, com enfoque sobretudo no “assalto às autarquias” que se consubstanciava na ocupação concertada por parte do MDP-CDE, enquanto barriga de aluguer do PCP, das comissões administrativas dos órgãos autárquicos pelo país³¹⁴, mantendo a tónica ao longo

³⁰⁹ AMARAL, Diogo Freitas do- *O Antigo Regime e a Revolução: memórias políticas (1941-1975)*, Venda Nova, Bertrand Editora, 1995, p.180

³¹⁰ “Quatro movimentos políticos querem acesso ao poder”, *Expresso*, 13 de Julho de 1974, p. 3.

³¹¹ *Tribuna Popular*, nº3, 21 de Agosto, pág.1

³¹² Mário Soares (1924-2017) -Licenciado em ciências histórico-filosóficas e direito pela Universidade de Lisboa, começa a sua militância ligado ao PCP, na Direcção Académica das Juventudes Comunistas de Lisboa, sendo depois líder do MUD Juvenil. Apoiava as candidaturas do general Norton de Matos e do general Humberto Delgado e, já afastado do PCP, funda a Acção Socialista Portuguesa, embrião do mais tarde fundado, Partido Socialista, na Alemanha, em 1973, com o apoio da Internacional Socialista, sendo o seu primeiro líder. Foi candidato às eleições de 1969 pela CEUD, após o seu regresso do exílio em São Tomé e Príncipe, para logo depois voltar ao exílio, desta feita em França, daí só voltando após o 25 de Abril de 1974. Integra os três primeiros governos provisórios enquanto ministro dos Negócios Estrangeiros, estando directamente ligado aos acordos de descolonização, e o IV Governo Provisório como ministro sem pasta, na qualidade de líder do PS. Em 1975 leva o PS à força nacional mais votada para a Assembleia Constituinte, repetindo o sucesso eleitoral em 1976, tornando-se o primeiro chefe de governo legitimado eleitoralmente após a ratificação da Constituição portuguesa.

³¹³ AMORIM, Fernando Pacheco de- *Portugal Traído*, Madrid, Edição do Autor, 1975, p.151

³¹⁴ “O Assalto ao Poder” - *Tribuna Popular*, nº0. 24 de Julho de 1974, p.4; De facto, a historiografia confirma esta tomada de poder local por partes destas forças, ocupando muitas câmaras, juntas de freguesia e casas do

das várias edições do jornal, denunciando casos específicos³¹⁵. A sátira política, através da rubrica “Pontaria”, é outro dos métodos utilizados pelo MFP-PP na crítica ao PCP recorrendo ironicamente a escritos de Ramalho Ortigão em resposta ao programa comunista³¹⁶ ou citando escritos de Álvaro Cunhal³¹⁷ de 1973 para comprovar a “moderação” e a “brandura” dos dirigentes do PCP³¹⁸. Esta tensão política tem também contornos violentos, com vários confrontos físicos, desde a já referida colagem de cartazes anti-comunistas a sul do país, que levou à detenção de elementos juvenis do MFP-PP em Montemor-o-Novo e à sua escolta até fora do concelho³¹⁹, e também o inverso, com a tentativa de militantes do PCP em destruir propaganda do MFP-PP, que gerou confrontos na noite anterior ao comício em São Martinho do Porto³²⁰, assinalando-se também escaramuças com a comissão administrativa de Ponte de Sor afecta ao PCP, que procurou sem sucesso proibir o comício do MFP-PP naquele concelho³²¹.

Para além do vector ultramarino, é este anti-comunismo que leva também à agregação frentista do MFP-PP que se consubstancia na coligação pré-eleitoral denominada Frente Democrática Unida (FDU)³²². A FDU surge da reunião entre os 3 directórios políticos MFP-PP/PL/ PTDP a 26 e 27 de Agosto de 1974 para análise da situação política e dos possíveis cenários para o processo eleitoral da Assembleia Constituinte³²³. Desta análise surge a conclusão negativa acerca do percurso de democratização tomado, dada a marginalização das forças políticas externas à coligação governamental que se consubstancia das seguintes formas: ausência de acesso aos meios de comunicação, particularmente aqueles controlados pelo governo (RTP, Emissora Nacional, Diário de Notícias) e a falta de representatividade nos

povo por todo o país através da famigerada “mobilização popular”: RODRIGUES, Luís Nuno- *Spínola*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2010, p.287

³¹⁵ “O Assalto às Autarquias” – *Tribuna Popular*, nº5, 1 de Setembro de 1974, p.8; cf. “A Democracia do MDP no Porto, nº3, 21 de Agosto de 1973, p.7; “Coligação em Crise” - *Tribuna Popular*, nº6, 11 de Setembro de 1974, p.2

³¹⁶ “Pontaria” - *Tribuna Popular*, nº3, 21 de Agosto de 1974, p.8

³¹⁷ Álvaro Cunhal (1913-2005) – Cursou direito na Universidade de Lisboa, não chegando a concluir a licenciatura, aderindo na mesma altura ao PCP, por via da Federação das Juventudes Comunistas Portuguesas em 1931, sendo eleito em 1935 secretário-geral da Juventude Comunista, passando a integrar o comité central do partido. Após várias detenções temporárias, é preso em 1949 no Forte de Peniche, de onde se consegue evadir em 1960, exilando-se na União Soviética e depois em Paris através do PCUS. No ano seguinte assume a liderança do PCP, cargo que ocuparia até 1992. Regressa a Portugal apenas após o 25 de Abril de 1974, fazendo parte dos quatro primeiros governos provisórios enquanto ministro sem pasta na qualidade de secretário-geral do PCP.

³¹⁸ “Pontaria” – *Tribuna Popular*, nº6, 11 de Setembro, p.8

³¹⁹ Entrevista a José Luís Andrade, Lisboa, Maio de 2022

³²⁰ “Comício do P.P.” – *Tribuna Popular*, nº5, 3 de Setembro de 1974, p.3

³²¹ “Comício em Amares” – *Tribuna Popular*, nº7, 17 de Setembro, p.4

³²² Entrevista a José Valle de Figueiredo, Porto, Maio de 2022

³²³ “FDU, nova coligação” – *Tribuna Popular*, nº5, 3 de Setembro, p.1

órgãos político-administrativos provisórios em toda a sua dimensão, local a nacional, visto nenhum deles ter legitimidade democrática³²⁴. A estes factores acresce a avaliação negativa destes partidos ao desempenho governamental devido à sua “sujeição aos conflitos interpartidários”, com impacto directo na economia, pelo que as medidas de recuperação implementadas pelo II Governo Provisório se entendem como “insuficientes” para o revigoramento da economia, bem como para a institucionalização da democracia, sendo até “perniciosas” neste campo³²⁵. Daqui emana a FDU, entendida como plataforma aberta a todos os partidos que defendessem a instauração de uma democracia de inspiração não marxista, criando condições de pluralismo partidário a que acrescia o efectivo cumprimento do programa e prazos do MFA³²⁶.

Os contactos organizativos entre estes partidos, para além das tomadas de posição conjuntas, remontam ao mês de Junho, com a constituição entre MFP-PP e PL da Fundação para a Difusão de Conhecimentos Políticos Sociais e Económicos (DICOPSE). Desta fundação surge o jornal e semanário *Bandarra*, com o objectivo de ser o porta-voz das direitas, dirigido por Filipe de Bragança e Manuel Maria Múrias³²⁷, teve 3 números publicados, com o primeiro número a ser lançado a 14 de Setembro³²⁸. No caso do PTDP, a sua inclusão é consequência natural da sua parca estruturação, baseada quase exclusivamente na Amadora³²⁹, face à dinâmica centrípeta liderada pelo MFP-PP.

A FDU é vista com algum receio por parte da esquerda política, patenteado na reacção da imprensa dominada pelo PC³³⁰, nomeadamente o *Diário de Lisboa*- que cataloga a FDU como sinal claro de organização da reacção³³¹. Por seu turno, o *Expresso* dá também destaque jornalístico, sublinhando a sua identidade não marxista e a rejeição do rótulo de extrema-direita direita³³². Ainda antes da oficialização da coligação, a 24 de Agosto, os partidos da FDU organizam um comício em Cascais, edificado no anti-marxismo e no combate à

³²⁴ *Ibidem*

³²⁵ *Ibidem*

³²⁶ “FDU, nova coligação” – *Tribuna Popular*, nº5, 3 de Setembro, p.2

³²⁷ Manuel Maria Múrias (1928-2000) – Com um percurso cultural ligado à área do cinema, é nomeado director do Telejornal em 1963 e depois director de informação da RTP até 1968, sendo depois chefe de serviço das relações públicas da RTP. É saneado após a revolução, logo a 2 de Maio de 1974, sendo detido no 28 de Setembro de 1974 pela sua actividade no jornal *Bandarra*, sendo apenas libertado a 3 de Dezembro de 1975.

³²⁸ CERVELLÓ, Joseph- *Cronologia das organizações de direita (1973-1976)*, Tarragona, Universidad Rovira y Virgili, 1994, p.7

³²⁹ Entrevista a José Luís Andrade, Lisboa, Maio de 2022

³³⁰ Cf. Rui Bebian, “Imprensa Comunista” in *Dicionário de história de Portugal: O 25 de Abril* coord de António Reis, Maria Inácia Rezola e Paula Borges Santos, Volume V, Lisboa, Figueirinhas, 2016, p.43

³³¹ “Frente Unida da Direita” - *Diário de Lisboa*, 30 de Agosto de 1974, p.20

³³² “três meses depois a estratégia política da direita” *Expresso*, 7 de Setembro de 1974, pág.2

atmosfera revolucionária pelo reforço da ordem³³³. Na opinião pública circulavam também nomes que poderiam vir a fazer parte das chefias deste projecto, nunca confirmados nem desmentidos: como presidente honorário, Adelino da Palma Carlos, e como dirigentes, Azeredo Perdigão³³⁴, general Venâncio Deslandes³³⁵, Lobato Guimarães³³⁶ e Fernando Olavo³³⁷.

Fora do projecto da FDU ficou o MPP, apesar das tomadas de posição conjuntas que foi tendo com os restantes partidos que incorporavam a coligação. Este partido, casa comum da direita católica e tradicionalista baseada no grupo do CESV, não abdicaria da sua identidade integracionista quanto à questão ultramarina, afastando-se da esfera spinolista definitivamente após o discurso de 27 de Julho do Presidente da República que reconheceu a independência dos territórios ultramarinos, procurando mesmo liderar uma coligação alternativa à FDU com outro conjunto de micro-partidos, onde se inclui o Partido da Democracia Cristã (PDC). O PDC viria a ganhar preponderância mais tarde através da entrada para a sua chefia do major Sanches Osório com a queda do II Governo Provisório, sendo também o partido em actividade mais à direita após a queda de Spínola da presidência da república. Muitos dos seus quadros viriam a transitar do MPP após a ilegalização desse partido devido ao avanço revolucionário consequente do 28 de Setembro de 1974³³⁸. Outro partido com quem, segundo José Valle de Figueiredo, havia relações próximas, era o Partido Popular Monárquico (PPM),

³³³ “Coligação das direitas organiza acção” - *Expresso*, 24 de Agosto de 1974, p.3

³³⁴ José Azeredo Perdigão (1896-1993) -Licenciado em direito pela Universidade de Lisboa, foi um dos fundadores da revista de orientação republicana, *Seara Nova*. Mais tarde, notabiliza-se como assessor jurídico de Calouste Gulbenkian, sendo os seus esforços decisivos para a futura criação da fundação portuguesa, que viria a presidir, com o nome deste filantropo, com um impacto cultural determinante no país. Nestas funções é agraciado duas vezes, em 1959 e 1970. Após a revolução, é membro do Conselho de Estado, desde a sua criação até à sua extinção após o 11 de Março de 1975 para dar lugar ao Conselho de Revolução

³³⁵ Venâncio Deslandes (1909-1985) – Realizou o curso de cavalaria na Escola Militar, completa depois o curso de aeronáutica na Escola Militar de Aeronáutica, integrando depois ao serviço desta arma o grupo dos “Viriatos” na Guerra Civil Espanhola ao lado das forças nacionalistas. Para além das funções militares, é eleito como deputado da Assembleia Nacional na VI e VII legislaturas, 1953 a 1961, sendo Subsecretário de Estado da Defesa Nacional na última legislatura. Foi nomeado, em Junho de 1961, Governador-Geral e Comandante-Chefe das Forças Armadas em Angola, sendo partidário do federalismo ultramarino. Acaba por ser demitido em 1962, no regresso à metrópole seria ainda procurador à Câmara Corporativa até 1965, para depois ser nomeado, em 1968, chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas de Portugal, cargo que ocupa até 1972.

³³⁶ João Lobato Guimarães (1916-?) -Licenciado em medicina pela Universidade de Coimbra, doutorando-se na mesma universidade em 1960, sendo docente da Universidade de Coimbra de 1941 a 1962, altura em que é eleito Bastonário da Ordem dos Médicos, em cuja qualidade integrou a Câmara Corporativa. Cumpre as funções de deputado à Assembleia Nacional de 1961 a 1969.

³³⁷ RODRIGUES, Avelino; BORGA, Cesário; CARDOSO, Mário- *Portugal Depois de Abril*, Lisboa, António dos Reis, 1976, pág.79

³³⁸ MARCHI, Riccardo- *À direita da revolução: resistência e contra-revolução no PREC (1974-1975)*, Lisboa, Objectiva, 2020, pág.86 e 118

através de António Moniz³³⁹ e Barrilaro Ruas³⁴⁰, algo que se nota sobretudo pelas similitudes ideológicas em diversas matérias, que serão explanadas no próximo capítulo.

A importância do apoio ao federalismo spinolista, mais do que no plano interno, nota-se sobretudo na agregação de movimentos ultramarinos autóctones, assumindo-se o MFP como plataforma organizadora de grande parte do espaço político-partidário defensor da manutenção de vínculos políticos entre aqueles territórios africanos, bem como Timor, e Portugal³⁴¹. Na Guiné é disso exemplo a Liga Popular dos Guinéus (LPG), liderada por Nicolau Martins Nunes, que reúne em Lisboa com o general Spínola, recebendo o seu apoio para se estabelecer como alternativa ao PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde)³⁴², estabelecendo laços políticos com o MFP-PP. De resto, Nicolau Martins Nunes³⁴³ chega a conceder uma entrevista ao *Tribuna Popular* abordando a fundação da LPG, datada em 1961, e as suas posições federalistas quanto à questão da auto-determinação guineense e de oposição quanto ao projecto de poder do PAIGC³⁴⁴. Foram também mantidos contactos com dissidentes do PAIGC, casos de António Baticã Ferreira³⁴⁵ e Rafael Barbosa³⁴⁶, que José Valle de Figueiredo identifica como principal contacto do MFP-PP no território³⁴⁷. Derivado da experiência militar de alguns dirigentes do MFP-PP na Guiné sobre o comando do general Spínola, a Guiné acaba por se revelar a província ultramarina na

³³⁹ António Moniz- Formado em direito, foi líder da comissão política do norte do PPM entre 1974 e 1975, sendo cabeça de lista do partido pelo círculo eleitoral do Porto nas primeiras eleições para a Assembleia Constituinte e para a Assembleia da República. Mais tarde, viria a ser deputado pelo PPM no quadro da Aliança Democrática.

³⁴⁰ Entrevista a José Valle de Figueiredo, Porto, Maio de 2022

³⁴¹ Entrevista a José Luís Andrade, Lisboa, Maio de 2022

³⁴² RODRIGUES, Luís Nuno- *Spínola*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2010, pág.364

³⁴³ Nicolau Martins Nunes (1929-?) – Funcionário público da administração portuguesa na Guiné, viria através da proximidade com o general Spínola sob a estratégia deste “por uma Guiné melhor”, na qualidade de Governador da Guiné, a ser eleito deputado da Assembleia Nacional pela Guiné, enquanto membro da Liga Popular dos Guinéus, ainda que com o beneplácito da Acção Nacional Popular, entre 1969 e 1974.

³⁴⁴ “Entrevista a Nicolau Martins Nunes, Secretário-Geral da Liga Popular dos Guinéus” - *Tribuna Popular*, nº2, 14 de Agosto de 1974, p.4

³⁴⁵ António Baticã Ferreira (1939-) -Licenciado em medicina pela Universidade de Lausanne, na Suíça, sabe-se que exerceu a profissão em Portugal no Hospital de Santa Maria em Lisboa. Pertencendo a uma família preponderante da região, destaca-se, para além da militância no PAIGC durante a liderança de Amílcar Cabral, pela sua militância cultural, através da escrita e da poesia identitárias da Guiné. Após a morte de Amílcar Cabral, sai do movimento e destaca-se pela sua militância oposicionista ao regime liderado pelo PAIGC saído da independência guineense.

³⁴⁶ Rafael Barbosa (1926-2007) –Fundador do PAIGC, e seu primeiro presidente, com Amílcar Cabral a desempenhar o papel de líder enquanto secretário-geral, notabilizou-se pela mobilização de vários jovens de Bissau para a causa independentista, o que levou à prisão às mãos da PIDE durante a década de 60. Divergindo politicamente de Amílcar Cabral quanto ao futuro da Guiné, afasta-se por completo do PAIGC, integrando-se no projecto “Por uma Guiné Melhor” do Governador da Guiné, António de Spínola, em 1968, trazendo com ele mais alguns dirigentes do PAIGC. Por esse motivo, é preso logo após a independência da Guiné, sendo apenas libertado 6 anos mais tarde, liderando a Frente Democrática Social na década de 80 por ocasião das primeiras eleições livres naquele território.

³⁴⁷ FIGUEIREDO, José Valle de- Fundador do MFP-PP, Maio de 2022

qual o MFP estabelece um maior número de contactos. Valle de Figueiredo e Luís Sá Cunha chegam, inclusive, a partir para a Guiné durante cerca de uma semana a 6 de Junho de 1974, com o beneplácito do general Spínola, tendo como objectivo de recolher informações da situação militar e política naquele território³⁴⁸, estreitando relações com as referidas personalidades guineenses.

No que concerne a Cabo-Verde, o MFP-PP estabelece relações com a União Democrática de Cabo Verde (UDC), movimento pró-federalista surgido após o 25 de Abril de 1974, dado também ao facto de que não houve qualquer conflito armado no arquipélago no decorrer da Guerra do Ultramar. A *Tribuna Popular* chega a entrevistar um dos seus dirigentes, Jorge da Fonseca, que expõe uma síntese programática do movimento- terminantemente contra a inclusão daquele território na Guiné e partidário do federalismo- e a sua estruturação no território cabo-verdiano, rondando os 1500 militantes³⁴⁹. O momento de maior destaque na colaboração entre ambos os movimentos ocorre a 18 de Agosto de 1974, com a organização de um comício da UDC- precedido de uma manifestação de trabalhadores cabo-verdianos partidários da solução federal- no Terreiro do Paço, originando uma contra-manifestação de elementos do PAIGC, com o apoio de militantes esquerdistas portugueses, dando lugar a confrontos violentos. Para além da danificação de uma viatura do *Tribuna Popular*, foram também agredidos os seus repórteres e destruído material de propaganda por parte de militantes do PCP, sendo que, do lado da UDC, o dirigente Jorge da Fonseca chega a ser esfaqueado durante os confrontos físicos, ainda que, segundo o relato do *Tribuna Popular*, a manifestação se tenha reorganizado e desfilado até ao Rossio, repelindo os contra-manifestantes³⁵⁰. Este acontecimento é ilustrativo da importância que o activismo do MFP-PP tinha granjeado no Verão de 1974 quanto à questão ultramarina.

Em Moçambique o MFP-PP avança com uma filial moçambicana, o Movimento Federalista de Moçambique, liderado por Vasco Cardiga, que prontamente denuncia a ocupação dos meios de comunicação por parte dos Democratas de Moçambique, braço civil da FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), no âmbito do que seria uma estratégia de silenciamento de quaisquer projectos alternativos ao mero independentismo, prejudicial à

³⁴⁸ *Ibidem*

³⁴⁹ “Entrevista ao Dr. Jorge da Fonseca da União Democrática de Cabo Verde”- *Tribuna Popular*, nº4, 28 de Agosto de 1974, p.5 e 6

³⁵⁰ “Cabo-Verdianos Destroçam Provocadores do PAIGC” - *Tribuna Popular*, nº4, 28 de Agosto de 1974, p.4

formação de uma opinião política mais madura³⁵¹. Mais tarde, Vasco Cardiga viria a estar envolvido no rol de activistas políticos moçambicanos que desencadearam a sublevação de 7 de Setembro de 1974 em Lourenço Marques denominada Movimento Moçambique Livre, em protesto para com os acordos de Lusaca que confirmavam a entrega unilateral do poder à FRELIMO, ocupando a emissora nacional, Rádio Clube, e o palácio do governo, exigindo uma consulta popular e a intervenção do Presidente António de Spínola³⁵². A revolta culminaria com a retoma do poder pelas forças armadas portuguesas três dias depois, sem que Spínola fosse capaz de negar a assinatura dos acordos e apoiar os revoltosos.

Segundo José Valle de Figueiredo, Angola era o mais incipiente dos territórios africanos no que concerne ao estabelecimento de ligações políticas³⁵³, sendo Nuno Cardoso da Silva, dirigente do partido, o ponta-de-lança do MFP no terreno³⁵⁴, ao ter sido nomeado adjunto do Governador-Geral de Angola, Silvino Silvério Marques³⁵⁵. Contrariamente ao que aconteceu nos restantes territórios africanos, o MFP não estabelece relações com o movimento autóctone com maiores ligações à esfera spinolista, o Partido Cristão Democrata de Angola³⁵⁶, ainda que erradamente o livro jornalístico de Avelino Rodrigues, Cesário Borga e Mário Cardoso avance tal ligação entre os dois partidos³⁵⁷. Para além disso, pese embora o dirigente do MFP-PP, Nuno Cardoso da Silva, tenha sido um dos activistas da controversa Frente de Resistência Angolana (FRA)³⁵⁸, não houve qualquer ligação, muito menos coordenação, entre este movimento e o partido³⁵⁹. Embora houvesse ligações com grupos políticos incipientes, como a Associação Cívica Pró-Angola e Frente Nacionalista Angolana³⁶⁰, a particularidade nas movimentações políticas do MFP-PP neste território é a simpatia demonstrada por um dos movimentos guerrilheiros, a UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola), assinalando a adesão desta organização ao cessar-fogo proposto pelas autoridades portuguesas³⁶¹ e a defesa de uma consulta popular para o futuro político do território angolano, contrariamente aos

³⁵¹ “Os Federalistas denunciam os Democratas de Moçambique” - *Expresso*, 6 de Junho de 1974, p.1

³⁵² AMORIM, Fernando Pacheco de- *Portugal Traído*, Madrid, Edição do Autor, 1975, p.105

³⁵³ Entrevista a José Valle de Figueiredo, Porto, Maio de 2022

³⁵⁴ *Ibidem*

³⁵⁵ RODRIGUES, Luís Nuno- *Spínola*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2010, pág.362

³⁵⁶ *Ibidem*- p.361

³⁵⁷ RODRIGUES, Avelino; BORGA, Cesário; CARDOSO, Mário- *Portugal Depois de Abril*, Lisboa, António dos Reis, 1976, pág.46

³⁵⁸ A Frente de Resistência Angolana foi uma organização político-militar que actuava na base do secretismo, inspirada na OAS (Organisation Armée Secrète) francesa, cujo objectivo era evitar a independência de Angola.

³⁵⁹ Entrevista a Jaime Nogueira Pinto, Fundador da FRA, Lisboa, 3 de Julho de 2020

³⁶⁰ CERVELLÓ, Joseph- *Cronologia das organizações de direita (1973-1976)*, Tarragona, Universidad Rovira y Virgili, 1994, p.3

³⁶¹ “Profundo Enfraquecimento do MPLA” - *Tribuna Popular*, nº5, 3 de Setembro de 1974, p.7

outros 2 movimentos guerrilheiros³⁶². O MFP-PP destaca, inclusive, uma “ponderação e a moderação notáveis” do líder da UNITA, Jonas Savimbi³⁶³³⁶⁴. No território asiático ultramarino, a dinâmica foi muito semelhante à angolana, ainda mais embrionária. Em Timor, apesar de uma importante actividade e protagonismo político da União Democrática Timorense (UDT), primeira organização política a surgir naquele território e defensora das teses spinolistas³⁶⁵, não havia nenhum laço com este partido timorense nativo, dando apenas conta Rafael Prata de uma delegação do MFP-PP, Movimento Federalista de Timor³⁶⁶. No concernente Macau, há apenas, segundo José Miguel Júdice, alguns contactos com Jorge Rangel³⁶⁷ conduzidos por Valle de Figueiredo, através das já mencionadas ligações estabelecidas em Coimbra com o grupo de estudantes ultramarinos

Destacando-se o âmago do MFP-PP, sobretudo, pela ideia de uma continuidade política ultramarinista para Portugal, o discurso de 27 de Julho do Presidente António de Spínola determina um refluxo assinalável na militância do MFP-PP³⁶⁸. A desmotivação militante é confirmada por Pacheco Amorim que retrata dramaticamente como “uma onda de amargura que cobre o país”, descrevendo a incredulidade de muitos dos ultramarinistas por tamanho golpe nas intenções políticas deste sector da sociedade portuguesa ter sido vocalizado pelo pretense porta-estandarte da reserva moral do africanismo português, o Presidente da República³⁶⁹. A partir de então, uma parte substancial desta militância remete-se à esfera privada- é disso exemplo Fernando Sollari Alegre, dirigente do partido e antigo líder do

³⁶² “Descolonizar Angola” - *Tribuna Popular*, nº8, 26 de Setembro de 1974, p.4

³⁶³ Jonas Savimbi (1934-2002)- Estudou medicina na Universidade de Lisboa, obtendo depois um doutoramento em ciência política na Universidade de Lausanne, na Suíça. Em 1961 ingressa na UPA de Holden Roberto, rompendo depois com esta organização em 1966 para criar a UNITA, lutando contra o exército português pela independência de Angola. Apesar de ter sido o único movimento guerrilheiro a acordar um cessar-fogo com as autoridades portuguesas, iniciar-se-ia uma Guerra Civil de duas décadas após a independência consagrada a 11 de Novembro de 1975, não aceitando Savimbi o domínio incontestado do MPLA. Caracterizava-se, sobretudo, pelos parcos apoios internacionais durante o conflito ultramarino, sendo depois apoiado por norte-americanos e sul-africanos numa lógica de contrabalanço ao apoio soviético ao MPLA, com vista ao estabelecimento de um Estado democrático em Angola.

³⁶⁴ “Profundo Enfraquecimento do MPLA” - *Tribuna Popular*, nº5, 3 de Setembro de 1974, p.7

³⁶⁵ CERVELLO, Joseph- *A Revolução Portuguesa e a sua influência na Transição Espanhola: 1961-1976*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1993, pág.310

³⁶⁶ PRATA, Rafael *et al- Portugal Novo: Movimentos e Partidos Políticos*, Lisboa, O Emigrante, 1974, pág.119

³⁶⁷ Entrevista a José Miguel Júdice, Lisboa, Outubro de 2021

³⁶⁸ “três meses depois a estratégia política da direita” *Expresso*, 7 de Setembro de 1974, pág.2

³⁶⁹ AMORIM, Fernando Pacheco de- *Portugal Traído*, Madrid, Edição do Autor, 1975, p.113

núcleo portuense da Cidadela³⁷⁰-, algo que Pacheco de Amorim considera ter tido sobejo impacto no malogro da manifestação da Maioria Silenciosa³⁷¹.

O envolvimento do MFP-PP na “Maioria Silenciosa” de 28 de Setembro

É com o discurso proferido pelo Presidente António de Spínola a 11 de Setembro, na concessão oficial da independência à Guiné, que se inicia o processo da malograda manifestação da “Maioria Silenciosa”. No seu discurso denuncia o perigo de um totalitarismo de esquerda, apelando ao apoio do povo português para que levasse a cabo o restabelecimento da ordem, da disciplina e da autoridade, sem as quais o país mergulharia na anarquia, frustrando a promessa do MFA de um Portugal novo, democrático e livre³⁷². Este sector da sociedade portuguesa, que o general Spínola procurava envolver na dinâmica de massas e mobilização populares caracterizadoras deste período, correspondia ao povo anti-comunista, conservador de direita, mais rural que urbano, do centro e norte do país, mas também à grande massa despolitizada do país³⁷³.

Os 3 grandes propulsores da esfera militar spinolista desta iniciativa foram o general Galvão de Melo, membro da Junta de Salvação Nacional, coronel Fernando Cavaleiro, que seria o presidente da comissão organizadora da manifestação, e o general Almeida Viana, presidente da Liga de Antigos Combatentes³⁷⁴. Já no domínio partidário, deve destacar-se uma alegada reunião organizada pelo PL- apoiante incondicional da manifestação, tendo sido o centro político e grande coordenador civil da mesma³⁷⁵-, no Edifício Franjinhas em Lisboa, onde terão estado representados para além deste partido: PPD, CDS, MFP-PP, PTDP, MPP e o Partido Social Democrata Independente (PSDI)³⁷⁶. Ainda assim, Freitas do Amaral nega o envolvimento do CDS em qualquer movimentação preparatória da manifestação, referindo apenas um contacto officioso de dois elementos do Partido do Progresso numa fase já bastante

³⁷⁰ Entrevista a José Miguel Júdice, Lisboa, Dezembro de 2019

³⁷¹ *Ibidem*

³⁷² SPÍNOLA, António de- País Sem Rumor, Lisboa, Editora Scire, 1978, p.201

³⁷³ Cf. Francisco Ruivo, “Maioria Silenciosa” in *Dicionário de História de Portugal: O 25 de Abril* coord de António Santos Reis, Maria Inácia Rezola e Paula Borges Santos, Volume V, Lisboa, Figueirinhas, 2016, p.312

³⁷⁴ RODRIGUES, Luís Nuno- *Spínola*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2010, pág.497; cf. AMARAL, Diogo Freitas do- *O Antigo Regime e a Revolução: memórias políticas (1941-1975)*, Venda Nova, Bertrand Editora, 1995, p.236

³⁷⁵ RODRIGUES, Luís Nuno- *Spínola*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2010, pág.495

³⁷⁶ Entrevista a José Valle de Figueiredo, Porto, Maio de 2022- A reunião é também confirmada por um antigo elemento do MPP em: MARCHI, Riccardo- *À direita da revolução: resistência e contra-revolução no PREC (1974-1975)*, Lisboa, Objectiva, 2020, pág. 78

adiantada do processo preparatório³⁷⁷. Pese embora a demarcação pública que o CDS, e o PPD, demonstrariam para com a manifestação- bem como a discordância do MFP-PP, que se explanará mais à frente-, destaca-se o quadro de legalidade sob o qual se baseava a manifestação de acordo com a lei em vigor referente ao direito de reunião promulgada pelo II Governo Provisório³⁷⁸.

No que concerne ao sector financeiro, assinala-se a sensibilidade integracionista do Grupo Espírito Santo e do Banco Nacional Ultramarino³⁷⁹. Isto porque é o Banco Espírito Santo que financiaria a compra de bilhetes para a corrida de touros da Liga de Antigos Combatentes de 25 de Setembro, ensaio geral da manifestação de 28 de Setembro, distribuídos não só pelo PL, mas também por militantes do MFP-PP³⁸⁰. Parte dos militantes do MFP-PP presentes na tourada, tomariam também parte nos confrontos com militantes de extrema-esquerda, sobretudo da UDP, que tiveram lugar nas imediações do Campo Pequeno após o final do evento³⁸¹. Desde a frase organizativa embrionária a comissão organizadora tem disponíveis fundos do Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa por ordem directa dos seus donos, não só em nome da comissão organizadora e de elementos do PL, mas também em contas de dirigentes do MFP-PP³⁸². De resto, os documentos do Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa alegadamente comprovam uma generosa concessão de crédito ao Partido do Progresso que de 6 a 30 de Setembro terá recebido 2 créditos de 750 contos cada um, numa conta em nome do dirigente José da Costa Deitado, com morada na sede do partido, que supostamente serve de financiamento para a impressão do cartaz da maioria silenciosa, demonstrando o envolvimento do MFP-PP no processo organizacional da manifestação³⁸³.

Ainda que de forma velada- não há qualquer dirigente do partido na comissão organizadora- é possível confirmar, desta feita, pelo menos um comportamento colaboracionista para com a organização da manifestação. O comportamento do MFP-PP no 28 de Setembro não deixa de ser complexo, na medida em que politicamente há uma discordância unânime no partido relativamente à realização da manifestação, esgotando todas as vias comunicacionais para

³⁷⁷ AMARAL, Diogo Freitas do- *O Antigo Regime e a Revolução: memórias políticas (1941-1975)*, Venda Nova, Bertrand Editora, 1995, p.242

³⁷⁸ *Ibidem*- p.236

³⁷⁹ CERVELLÓ, Joseph- *A Revolução Portuguesa e a sua influência na Transição Espanhola: 1961-1976*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1993, pág.20

³⁸⁰ Entrevista a José Luís Andrade, Lisboa, Maio de 2022

³⁸¹ *Ibidem*

³⁸² MARCHI, Riccardo- *À direita da revolução: resistência e contra-revolução no PREC (1974-1975)*, Lisboa, Objectiva, 2020, pág.135

³⁸³ *Ibidem*

persuadir todos os actores políticos envolvidos a pelo menos suspender a realização da manifestação³⁸⁴. O MFP-PP tem uma leitura estratégica muito assertiva relativamente à falta de oportunidade da manifestação, e às consequências políticas funestas que dela poderiam advir, preferindo resguardar o partido com vista à participação no processo eleitoral para a Assembleia Constituinte. Assim, recusa “qualquer outro tipo de actuação que possa revelar oportunismo aventureiro, imediatismo ou total irrealismo”, reprovando “quaisquer atitudes que ameacem o processo de normalização da vida política portuguesa”, rematando de forma lacónica: “Com o sentimento fazem-se revoltas. Com o pensamento fazem-se revoluções”³⁸⁵. Só na madrugada de 27 para 28 o MFP-PP torna público o seu apoio com um comunicado que, segundo António Maria Pereira, foi fruto de diligências de Spínola que exortou os dirigentes a tomarem posição³⁸⁶. A sede partidária do Porto é saqueada logo na noite de 27 de Setembro e os móveis e documentos incendiados na Praça da Liberdade³⁸⁷, o que, porventura, terá despoletado a conclusão política aos dirigentes de que apenas lhes restaria avançar. Logo nessa noite são levadas a cabo as primeiras prisões com o beneplácito de Costa Gomes ao encargo da COPCON³⁸⁸.

Não obstante este posicionamento do MFP-PP, o PCP escolhe o Partido do Progresso como principal alvo da sua “inventona”, atribuindo-lhe um papel central na busca por armamento para o suposto golpe de estado das direitas³⁸⁹. Pacheco de Amorim considera que o MFP-PP era efectivamente um partido de grande incómodo para o PCP pelo seu empenho na organização da máquina partidária, pela juventude dos seus quadros e pelo seu posicionamento político abertamente anti-comunista, denunciando mordazmente as suas manobras no aparelho político do Estado. Indo ainda mais longe, considera o MFP-PP como único partido capaz de enfrentar o PCP, “respondendo eficazmente à violência utilizada pelos comunistas”, sendo que a manifestação surpreendeu o partido pelo momento não oportuno, não estando ainda o mesmo capaz de responder a uma acção de tal envergadura. Assim, através do testemunho de Pacheco de Amorim, é possível admitir, em parte, os passos

³⁸⁴ Entrevista a José Miguel Júdice, Lisboa, Dezembro de 2019- Júdice salienta as reuniões tidas à última da hora com os núcleos do Porto e Coimbra, que ameaçavam sair do partido caso este apoiasse a iniciativa, para persuadir os militantes a participar na manifestação, na medida em que, caso o processo falhasse, a revolução daria um passo em frente que poderia levar à extinção do partido, como se veio a confirmar.

³⁸⁵ “Aventura e Realismo” - *Tribuna Popular*, nº8, 26 de Setembro de 1974, p.1

³⁸⁶ PEREIRA, António Maria- *A Burla do 28 de Setembro*, Amadora, Livraria Bertrand, 1976, p.113

³⁸⁷ “Assalto Frustrado no Porto ao Partido do Progresso” - *Diário de Lisboa*, 30 de Setembro de 1974, p.2

³⁸⁸ CERVELLÓ, Joseph- *A Revolução Portuguesa e a sua influência na Transição Espanhola: 1961-1976*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1993, pág.208

³⁸⁹ MARCHI, Riccardo- *À direita da revolução: resistência e contra-revolução no PREC (1974-1975)*, Lisboa, Objectiva, 2020, pág.135

organizativos paralelos ao trabalho político que foram inferidos pelas autoridades revolucionárias aquando da realização de buscas à sede do partido no momento da sua ilegalização³⁹⁰.

³⁹⁰ AMORIM, Fernando Pacheco de- *Portugal Traído*, Madrid, Edição do Autor, 1975, p.136- É possível confirmar passos organizativos alheios à estratégia política, no sentido de dotar o partido de meios para responder à confrontação violenta levada a cabo pela militância do PCP e extrema-esquerda. Prova disso são os utensílios encontrados na sua sede pelo COPCON– capacetes, barras e correntes de ferro e cocktails molotov. Cf. PEREIRA, António Maria- *A Burla do 28 de Setembro*, Amadora, Livraria Bertrand, 1976, p.251.

Todavia, se é correcto afirmar a relevância que progressivamente o MFP-PP estava a granjear, antes da sua ilegalização, no espectro político português, bem como o seu protagonismo entre os movimentos de direita, não há nenhum dado que aponte para que o partido fosse, à época, o principal adversário do PCP nem tampouco que viesse a desempenhar um papel liderante no regime dada a sua falta de penetração nos órgãos de poder político em comparação com os partidos favorecidos pelo Presidente da República, PSD e CDS e a desmobilização militante do pós-discurso do general Spínola de 27 de Julho.

CAPÍTULO III- IDEIAS E POSIÇÕES DO MFP-PP

Feito o enquadramento da acção política do MFP-Partido do Progresso no paradigma sociopolítico em que este se insere, este capítulo abordará as ideias e pilares doutrinários, apoiando-se a análise nas posições oficiais tomadas pelo partido, descrevendo-as, e também no pensamento político produzido por alguns dos seus principais dirigentes, como Fernando Pacheco de Amorim, José Miguel Júdice e José Valle de Figueiredo. Através desta análise, procurar-se-á também posicionar o MFP-PP nas várias polémicas políticas surgidas na época: das mais estruturais- como a questão ultramarina, socioeconómica e do próprio sistema político a ser construído- até às mais conjunturais- como os casos sucedâneos de violação de liberdades de imprensa e demais liberdades políticas, sendo que o processo de formação das comissões administrativas autárquicas já foi abordado no capítulo anterior no âmbito da rivalidade com o PCP.

Desde logo, destaca-se o corte epistemológico com o código de valores políticos do tradicionalismo católico, sobre os quais Salazar edificou o Estado Novo, sobretudo no respeitante ao projecto de sociedade assente no conservadorismo axiológico e no ruralismo. Ainda que o anti-comunismo gere alguma proximidade à Igreja Católica e a generalidade dos dirigentes sejam católicos³⁹¹, o grande eixo mobilizador do partido, o ultramar, gera, sobretudo na geração da Cidadela, um afastamento para com a instituição dadas as posições tomadas por algumas individualidades da estrutura eclesiástica no sentido da independência das províncias ultramarinas³⁹². De resto, é ideologicamente perceptível essa não identificação no pensamento económico do partido, cuja terceira via propugnada não tem qualquer influência doutrinária católica ou democrata-cristã. Pese embora um determinado espiritualismo se faça notar no nacionalismo de alguns dirigentes, como Fernando Pacheco de Amorim e José Valle de Figueiredo, não há, efectivamente, uma influência demarcada do

³⁹¹ “três meses depois a estratégia política da direita” *Expresso*, 7 de Setembro de 1974, pág.2; O artigo noticioso destaca a utilização da via religiosa como meio de propaganda anti-comunista, mas em declarações prestadas pelo dirigente Diogo Miranda Barbosa, pese embora admita a proximidade dos valores do MFP-PP com a religião cristã, afirma não ser intenção do partido explorar politicamente o catolicismo.

³⁹² Entrevista a Diogo Pacheco de Amorim, Lisboa, Maio de 2022; Não é, no entanto, possível concretizar quais as personalidades da Igreja Católica, sendo esta uma impressão genérica de alguns episódios que iam tendo lugar, como foi o caso da vigília na Capela do Rato.

Neste aspecto, é ainda elucidativa a forma acintosa com que a Igreja é enumerada pela *Tribuna Popular* no rol de entidades como a ONU, a Internacional Socialista e os partidos comunistas que alegadamente definiram o futuro ultramarino: “Nem Rei Nem Lei” -*Tribuna Popular*, nº0, 24 de Julho de 1974, p.1

pensamento católico no ideário do partido³⁹³- ambas as nuances serão devidamente exploradas mais à frente no presente capítulo.

O MFP-PP, mormente através do seu secretário-geral, assinala também o seu passado oposicionista. Pacheco de Amorim nas suas memórias políticas evoca o passado de resistência e a sua prisão política³⁹⁴- ainda que possuindo uma visão moderada do Estado Novo no seu domínio económico dado o crescimento da economia levado a cabo pelo regime nos anos precedentes ao seu fim, bem como pela reserva de divisas e de ouro disponíveis, devendo a partir desse denominador positivo partir-se para a correcção de injustiças e melhoria continuada da economia nacional³⁹⁵. Não há, pois, qualquer influência da circunstância revolucionária nesta dissociação do partido para com o regime deposto, devendo também lembrar-se a crítica do nacionalismo-evolucionário ao Estado Novo enquanto regime colonialista, com uma questão socioeconómica eticamente reprovável, conceitos já explorados no primeiro capítulo. Assim, não existe qualquer linhagem política que seja hereditariamente chegada ou portadora dos valores do Estado Novo.

Este distanciamento ideológico entre o MFP-PP e o Estado Novo é também importante para que se possa refutar a catalogação de extremista de direita atribuída ao partido por alguns autores³⁹⁶. Partindo do conceito de extremismo enquanto rejeição do modelo político e dos valores e objectivos propostos pelo regime³⁹⁷, o partido não só não propalava qualquer alteração radical destes pressupostos programáticos, como, pelo contrário, defendia integralmente o programa do MFA e reivindicava a sua total execução³⁹⁸, apoiando aquela que era, juridicamente, a principal figura política do país, o chefe de Estado, António de Spínola. Para além disso, não se verifica também aquilo que a sociologia política considera convencionalmente como extremismo de direita, emanação directa de uma classe sujeita a uma repentina perda de condição política e conseqüente drástica redução de influência,

³⁹³ Riccardo Marchi, pelo contrário, entende o anti-marxismo do MFP-PP não apenas como factor de aproximação à Igreja Católica, mas também como corolário de uma pretensa matriz cristã do partido: MARCHI, Riccardo- *À direita da revolução: resistência e contra-revolução no PREC (1974-1975)*, Lisboa, Objectiva, 2020, pág.47; Para além deste texto remeter para conclusões distintas quanto à influência cristã no pensamento do partido, tratar-se-á ainda no presente capítulo das bases ideológicas do anti-marxismo do partido.

³⁹⁴ AMORIM, Fernando Pacheco de- *Manifesto contra a Traição*, nº1, Braga, Edição do Autor, 1975, p.32

³⁹⁵ AMORIM, Fernando Pacheco de- *Manifesto contra a Traição*, nº1, Braga, Edição do Autor, 1975, p.39

³⁹⁶ CERVELLÓ, Joseph- *Cronologia das organizações de direita (1973-1976)*, Tarragona, Universidad Rovira y Virgili, 1994; RUIVO, Francisco Bairrão- *Spínola e a Revolução*, Lisboa, Bertrand, 2015

³⁹⁷ Cf. Gianfranco Pasquino, “Extremismo” in *Dicionário de Política*, coord. de Norberto Bobbio, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2000, p.458

³⁹⁸ “Em defesa do Programa, comunicado do secretariado nacional do MFP-PP”, *Tribuna Popular*, nº1, 7 de Agosto de 1974, pág.1

pautando-se o comportamento políticos deste tipo de movimento pela reconquista das suas prerrogativas político-sociais³⁹⁹. O MFP-PP reconhece o privilégio social de determinadas classes no regime deposto e considera razoável a mudança da administração do Estado, alertando, de resto para a possível criação de novos “vícios” naquilo que define de forma vernacular como “caça ao tacho”⁴⁰⁰. Numa nota mais contemporânea, também não é possível considerar o MFP-PP como partido populista, na medida em que não mitifica o povo tampouco lhe atribui qualquer entronização lírica ou explora uma narrativa maniqueísta entre povo e elite⁴⁰¹.

No concernente ao sentido democrático do MFP-PP, destaca-se a última grande discussão em que o partido toma parte antes da sua extinção, a da definição da lei eleitoral para o sistema político e, particularmente, a da lei eleitoral para a eleição da Assembleia Constituinte. Distingão que o próprio partido faz entre as duas, tendo orientações díspares em cada uma delas⁴⁰². No que concerne à primeira, ou seja, na definição da lei para os actos eleitorais ordinários após a aprovação da Constituição, não apresenta uma linha clara. Contudo, tanto naquilo que se encontra vertido no órgão oficial do partido como por aquilo que é dito pelo seu fundador José Miguel Júdice, há um traço preferencial por um Executivo forte⁴⁰³, fazendo depender a sua opinião da fonte do poder de onde emana o governo. Isto é, se a fonte do poder emanar da assembleia, há uma preferência pelos sistemas de maioria simples ou pela atribuição de um bônus ao partido mais votado- tal como na Grécia-, entendendo o partido que “um parlamento necessita de manter uma certa estabilidade ao governo (...) a fim de lhe permitir o executar o seu programa de acção”, “um parlamento necessita de manter uma certa estabilidade ao governo (...) a fim de lhe permitir o executar o seu programa de acção”⁴⁰⁴. Daí que se admitam sistemas de representação eleitoral que consagram fenómenos de sobre-representação em favor dos partidos mais votados”⁴⁰⁵. Por outro lado, caso o Executivo emane de um poder presidencial eleito por sufrágio universal, onde o impacto da Assembleia para a estabilidade governativa é menor, então a representação proporcional é a preferida. No que concerne à lei definidora da Assembleia Constituinte, deseja-se uma maior

³⁹⁹ Cf. Gianfranco Pasquino, “Extremismo” in *Dicionário de Política*, coord. de Norberto Bobbio, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2000, p.458

⁴⁰⁰ “Caça ao Tacho” - *Tribuna Popular*, nº2, 14 agosto de 1974, p.3

⁴⁰¹ Cf. Ludovico Incisa, “Populismo” in *Dicionário de Política*, coord. de Norberto Bobbio, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2000, p.980

⁴⁰² Lei Eleitoral, *Tribuna Popular*, nº5, 3 de Setembro de 1974, pág.2

⁴⁰³ Entrevista a José Miguel Júdice, Lisboa, Dezembro de 2019

⁴⁰⁴ Lei Eleitoral, *Tribuna Popular*, nº5, 3 de Setembro de 1974, pág.2

⁴⁰⁵ *ibidem*

representatividade da diversidade política no país, na medida em que a feitura da Constituição surge como “expressão máxima e fundamental da soberania”, devendo ser a “imagem fiel do povo soberano e representar, do modo mais perfeito possível, o seu complexo pluralismo de ideias”⁴⁰⁶. Por estas razões, a opinião do Partido do Progresso incidia aqui numa votação de representação proporcional por vários círculos. Estabelecia também o voto aos 18 anos como aceitável e era inequivocamente favorável ao direito de voto aos analfabetos, pois ‘tirar-lhes a igualdade política era negar-lhes a igualdade social’. Mostrando-se ainda favorável ao direito dos portugueses que serviram ou apoiaram o antigo regime poderem ter o direito de serem representados, considerando, contudo, imoral que estes pudessem representar o povo português numa Assembleia⁴⁰⁷.

A este respeito, deve ainda assinalar-se a denuncia do partido à censura de que alguma imprensa era alvo- consubstanciando-se na suspensão e actuação de jornais⁴⁰⁸- bem como dos abusos levados a cabo nos processos de saneamento que decorriam em todos os sectores de sociedade⁴⁰⁹. No entender do partido, estes processos decorriam de forma desregrada desde associações culturais e recreativas a empresas privadas, em forma de perseguição política, ferindo a liberdade individual e originando prisões arbitrárias, sendo “geradores naturais de novas corrupções”⁴¹⁰. Para o MFP-PP este processo punha em causa a democratização do país, entendendo-o como “apossamento partidário”, e pedindo, por isso, legitimidade eleitoral para cargos de confiança política⁴¹¹.

O MFP-PP pode, pois, catalogar-se como um partido de direita democrática de índole gaullista⁴¹². Caracteriza-se pelo seu nacionalismo renovado de vocação ultramarinista, defendendo a democracia plebiscitária para definir o futuro desses territórios, e pelo seu carácter justicialista, derivado da terceira via socioeconómica que propugna aliado ao

⁴⁰⁶ *ibidem*

⁴⁰⁷ *Ibidem*; Cf- FORTES, Braulio Gómez- O controlo político dos processos constituintes, os casos de Espanha e de Portugal, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2009, pág.125; na sua obra, Braulio Gómez constata que, de facto, houve uma intenção do poder revolucionário para limitar a presença de “forças conservadoras” na Assembleia Constituinte, utilizando para esse efeito, desde logo, o mecanismo de ilegalização de partidos, do qual, como é sabido, o MFP-PP foi alvo, mas também através da definição de incapacidades e inelegibilidades eleitorais para determinados cidadãos- como são os casos do direito de voto dos analfabetos e personalidades ligadas ao regime deposto em que aqui o partido toma posição.

⁴⁰⁸ Assalto ao Poder, *Tribuna Popular*, nº0, 24 de Julho de 1974, pág.4

⁴⁰⁹ Cf. António Costa Pinto, “Saneamentos” in *Dicionário de História de Portugal: O 25 de Abril* coord de António Santos Reis, Maria Inácia Rezola e Paula Borges Santos, Volume VII, Lisboa, Figueirinhas, 2016, p.275

⁴¹⁰ Caça às Bruxas, *Tribuna Popular*, nº1, 7 de Agosto, pág.6

⁴¹¹ *Ibidem*

⁴¹² Cf. Stefano Bartolini, “Gaullismo” in *Dicionário de Política*, coord. de Norberto Bobbio, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2000, p.539

princípio soberanista da independência nacional- de resto, é Edgar Faure quem se constitui como referência de pensamento nas matérias de associação entre capital e trabalho⁴¹³. Desta influência gaullista é também tributário um determinado bonapartismo plasmado, neste caso concreto, no apoio à liderança carismática do general Spínola, que procurava consolidar o poder presidencial sobre os outros órgãos de soberania. José Miguel Júdice não coloca de parte uma hipotética adesão a um grande movimento civil spinolista⁴¹⁴- algo que José Luís Andrade não considera consensual dentro do partido, pese embora reconheça esse móbil spinolista no líder do MFP-PP, Fernando Pacheco de Amorim e noutros dirigentes, como José Valle de Figueiredo⁴¹⁵. O próprio projecto de poder do general Spínola é também fortemente influenciado pelo legado presidencial do general Charles de Gaulle⁴¹⁶. Na substância discursiva, com a ameaça da extrema-esquerda à democracia no seu périplo pelo país desde Maio,⁴¹⁷ e na acção política- desde a tentativa de aprovação de um projecto constitucional de pendor presidencialista por via de um referendo popular, tal como De Gaulle em 1958, à malograda manifestação da maioria silenciosa, inspirada na reacção do general francês ao anarquismo do Maio de 1968 com uma demonstração popular de apoio nos Campos Elísios. Ainda dentro da esfera sociopolítica do gaullismo, é perceptível no testemunho político de Fernando Pacheco de Amorim um cepticismo- tradicional na direita portuguesa- perante o ideal parlamentarista, com uma preferência pelas comunidades naturais em detrimento do indivíduo, que aqui se verte numa ideia de organicismo municipalista. Valoriza o papel das autarquias locais e ainda das juntas de freguesia, “verdadeira célula da vida política local, pois

⁴¹³ Entrevista a José Miguel Júdice, Lisboa, Dezembro de 2019

⁴¹⁴ *Ibidem*

⁴¹⁵ Entrevista a José Luís Andrade, Lisboa, Maio de 2022

⁴¹⁶ Charles de Gaulle (1890-1970) – Militar de carreira, irrompe politicamente pela sua posição pública de rejeição do armistício celebrado pelo governo colaboracionista chefiado pelo Marechal Petáin com a Alemanha Nazi. Surge em 1943 como líder do Comité Francês de Libertação Nacional, unificando a resistência face ao regime de Petáin, tornando-se depois chefe do governo provisório francês após a libertação do país do jugo nazi, entre 1944 e 1946, saindo em discordância com o crescente partidarismo e a ressurgência do parlamentarismo consagrado na IV República Francesa. Destacando-se, então, como figura oposicionista ao novo regime, desenvolve, para além da sua índole nacionalista, uma substância política céptica para com o parlamentarismo e o sistema de partidos, em nome da ordem e estabilidade, e anti-comunista, sobretudo pela ligação dos comunistas franceses à União Soviética. Apenas em 1958, depois da breve existência de um movimento político-partidário inspirado na sua liderança (RPF), volta ao poder, devido à crise de Maio de 1958 originada pela guerra na Argélia e pela instabilidade governamental. Primeiramente, faz aprovar uma proposta constitucional via referendo que inaugura a V República, sendo depois eleito Presidente da República no mesmo ano, inaugurando um regime de forte cunho presidencial. Para além do nacionalismo estrutural- espelhado nas posições perante CEE e NATO-, do favorecimento da via referendária, estabelecendo a eleição presidencial por sufrágio universal em 1962- em detrimento do “sistema de partidos” e seu consequente parlamentarismo-, e do conservadorismo anti-comunista, De Gaulle destaca-se pela sua convicção socioeconómica de um Estado forte e interventivo. Manter-se-ia como presidente até 1969, demitindo-se devido a uma derrota referendária relativa a reformas regionalistas e do senado- já depois de, através de uma massiva demonstração de apoio nos campos elísios, ter resistido aos intentos anarquistas de Maio de 1968.

⁴¹⁷ RODRIGUES, Luís Nuno- *Spínola*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2010, pág.315

que é nela que se congregam as famílias, a primeira sociedade política”⁴¹⁸. A importância estratégica do municipalismo para o MFP-PP é reiterada na já mencionada denúncia contínua do partido ao processo de ocupação dos órgãos autárquicos por parte do PCP e corroborada por José Valle de Figueiredo⁴¹⁹.

O Nacionalismo do MFP-PP

Aqui o nacionalismo é interpretado não como uma primária exacerbação do sentimento patriótico, mas como uma subordinação de todo o valor político ao interesse nacional definido pela razão de Estado, a ideia de que a liberdade do indivíduo está ligada ao Estado-nação e, portanto, à sua soberania⁴²⁰. Esta ideia nacionalista que parte da nação como unidade de destino universal do povo tem, pois, uma dimensão espiritual importante⁴²¹, para a qual é decisivo o contributo ideológico de José Valle de Figueiredo, com o seu voluntarismo revolucionário originário da sua militância cultural, importante para a definição anti-comunista do partido, dado o carácter “anti-nacional” do PCP⁴²². A dimensão político-espiritual do nacionalismo do partido, de desenvolvimento do sentimento nacional através da ideia de que todos os indivíduos integrados no Estado português pertencem à mesma nação, corresponde à importância atribuída à mencionada razão de Estado, cuja nação justifica a sua prática política interna e a definição da sua política externa e defesa das suas fronteiras. Assim, constata-se ainda outro corolário desta orientação patriótica, típico da generalidade das organizações da direita política. A importância da garantia da ordem e autoridade, e decorrente combate à criminalidade, que não deixam de ser referenciadas nos números da *Tribuna Popular*. Propondo “dotar a P.S.P. e a G.N.R. dos quadros indispensáveis às suas complexas atribuições”, e propugnando ainda o “ajuste das suas remunerações e subsídios às

⁴¹⁸ AMORIM, Fernando Pacheco de- *Manifesto contra a Traição*, nº3, Braga, Edição do Autor, 1975, p.50

⁴¹⁹ Entrevista a José Valle de Figueiredo, Porto, Maio de 2022

⁴²⁰ Cf. Lucio Levi, “Nacionalismo” in *Dicionário de Política*, coord. de Norberto Bobbio, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2000, p.800

⁴²¹ Entrevista a José Valle de Figueiredo, Porto, Maio de 2022- Valle de Figueiredo realça também o esforço de construção de um pensamento nacionalista de inspiração estritamente portuguesa, livre de influências doutrinárias externas ao país, pese embora admita aspectos convergentes com outros movimentos, como a Falange espanhola, mormente no organicismo municipalista. Voltar-se-á a esta conceptualização anti-comunista mais à frente na explanação da cosmovisão socioeconómica do partido, dado a sua importância para o anti-marxismo do partido.

⁴²² Entrevista a José Valle de Figueiredo, Porto, Maio de 2022

exigências da profissão e garantir um esquema de segurança social global” por forma a proceder à dignificação daquelas organizações⁴²³.

A defesa da autoridade e da ordem não é, no entanto, suficiente para poder catalogar o MFP-PP como movimento autoritário, mesmo que conjugada com a sua tendência para favorecer o fortalecimento do poder Executivo dado o seu bonapartismo em torno de Spínola. Isto porque, caracterizando-se o pensamento autoritário pela valorização da ordem como valor supremo tendente a uma organização social rígida⁴²⁴, tal cosmovisão opõe-se ao revolucionarismo do partido, entusiasta da mobilização popular e da penetração social na vida política. O exemplo mais ilustrativo, para além da propalada integração socioeconómica herdada do nacionalismo revolucionário, é a defesa acérrima da soberania popular pela via referendária na definição do futuro dos territórios ultramarinos e do envolvimento das populações autóctones no processo político⁴²⁵.

A principal faceta do nacionalismo do MFP-PP é, naturalmente, e pelas razões já mencionadas nos capítulos anteriores, a assunção de um Portugal pluricontinental, sendo a continuidade ultramarina do Estado-nação português o seu principal eixo gravitacional. Há, pois, uma continuidade político-ideológica das posições nacionalistas-revolucionárias, recuperando um projecto terceiro-mundista de inspiração integracionista, ainda que partindo das concepções e do modelo federalista do general Spínola, dada a impossibilidade política contextual de defesa assumida do integracionismo ultramarino⁴²⁶. É uma defesa do federalismo com uma roupagem integracionista, não havendo, portanto, uma incoerência doutrinal, senão um recuo discursivo estratégico que é transversal às direitas no contexto revolucionário. De resto, como Jaime Nogueira Pinto assinala, as teses spinolistas tinham elementos doutrinários díspares entre si, desde princípios integracionistas a autonomistas⁴²⁷. Destacam-se a ideia integracionista de uma moeda única para todo o espaço da portugalidade, e a ideia nacionalista da imprescindibilidade do ultramar como esteio da independência nacional, ambas mereciam a concordância do partido⁴²⁸ e eram basilares no projecto terceiro mundista do MFP-PP. O binómio nacionalismo-questão social em que radica a proposta

⁴²³ “Dignificar a P.S.P e a G.N.R.” -*Tribuna Popular*, nº6, 11 de Setembro de 1974, pág.3

⁴²⁴ Cf. Mario Stoppino, “Autoritarismo” in *Dicionário de Política*, coord. de Norberto Bobbio, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2000, p.94

⁴²⁵ “Programa do Movimento Federalista Português” -*Jornal do Comércio*, 14 de Maio de 1974, p.3; “Negociar para Ceder” -*Tribuna Popular*, nº1, 7 de Agosto de 1974, p.1

⁴²⁶ PINTO, Jaime Nogueira- *Os Anos do Fim*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 2014, pág.331

⁴²⁷ *Ibidem*- pág.531

⁴²⁸ Entrevista a Diogo Pacheco de Amorim, Lisboa, Maio de 2022

ultramarinista dos nacionalistas-revolucionários da Cidadela é recuperado e, com isso, a supramencionada inspiração terceiro-mundista, advogando o MFP-PP uma “solução nasseriana ou peronista” para o futuro da então revolução portuguesa de 25 de Abril de 1974⁴²⁹.

Nos dias subsequentes à fundação do MFP, o movimento toma uma posição substancial logo a 13 de Maio: propugna a constituição de uma associação cívica para unidade e reconciliação de todos os portugueses com o intuito de promover a auto-determinação de Portugal através de uma federação integrada com base ampla para dinamização dos portugueses numa tarefa comum⁴³⁰. Esta federação deve caracterizar-se pela igualdade de participação política e económica de todos os cidadãos, livre circulação de pessoas, bens e capitais, bem como pela dinamização da cultura portuguesa na sua vocação universalista. Quanto à organização político-administrativa do Estado federal, prevê a transferência de órgãos de soberania federais para a parcela mais adequada e propõe ao mesmo tempo a integração de representantes de todos os territórios e vastas etnias constituintes da nação⁴³¹. A importância doutrinária do organicismo, reiterada por Valle de Figueiredo, conforme supramencionado, é também patenteada naquilo que o MFP-PP denomina como dimensão vertical do federalismo, entendendo a organização da sociedade portuguesa “numa base amplamente descentralizadora e auto-gestionária”⁴³².

O princípio nacionalista da independência nacional e soberania dos povos está latente na consideração do MFP relativamente à federação de estados como oposição a uma situação política neocolonial, sendo que, no entender do movimento, dada a geopolítica, as províncias ficariam à mercê dos grandes interesses imperialistas internacionais⁴³³. Assim, a emancipação das massas portuguesas sob a cosmovisão do MFP-PP compreende-se, não num sentido de classe, mas como projecto político, económico e espiritual da nação como um todo. Por conseguinte, advogam uma política externa de emancipação nacional sediada na equidistância entre União Soviética, China e Estados Unidos⁴³⁴, invocando para esse desiderato a imprescindibilidade “da dimensão geográfica, humana e dos recursos disponíveis” de uma

⁴²⁹ “O Significado de Uma Escolha” -*Tribuna Popular*, nº0, 24 de Julho de 1974, p.1

⁴³⁰ “Programa do Movimento Federalista Português” -*Jornal do Comércio*, 14 de Maio de 1974, p.3

⁴³¹ “Programa do Movimento Federalista Português” -*Jornal do Comércio*, 14 de Maio de 1974, p.3

⁴³² “Por um Portugal Melhor” -*Tribuna Popular*, nº0, 24 de Julho de 1974, p.5

⁴³³ *Ibidem*

⁴³⁴ “Movimento Federalista Português alerta para a necessidade de uma política externa independente” -*Jornal do Comércio*, 21 de Junho de 1974, p.24

nação pluricontinental feita de 25 milhões de portugueses distribuídos por 2 milhões de quilómetros quadrados⁴³⁵. No discurso proferido no comício do partido no Porto, 24 de Julho de 1974, Miguel Seabra remete novamente as posições do MFP-PP para o projecto terceiro-mundista do nacionalismo-revolucionário da Cidadela: entendendo o lugar político de Portugal- à luz da situação geopolítica e do princípio da independência nacional, bem como da sua vocação histórica e identificação política- “na vanguarda dos Povos do Terceiro Mundo, na luta contra os imperialismos americanos e soviético”⁴³⁶. É a recuperação da ideia da Cidadela, já explorada no primeiro capítulo, de Portugal sob a divisão Norte/Sul em detrimento da divisão Leste/Oeste, entre o primeiro e o terceiro mundo, mais próximo deste último.

A associação entre o neocolonialismo e o “entreguismo”⁴³⁷ das esquerdas face ao ultramar é outra das posições transversais ao partido⁴³⁸. No seu testemunho político, Fernando Pacheco de Amorim ataca os partidos PPD e CDS, associando-os indirectamente às posições da tecnocracia marcelista e da oposição liberal, personificada na SEDES e na famigerada ala liberal: “A nova classe política estava ansiosa por se libertar de um problema que ao longo de anos proclamaram alto e bom som ser a principal causa de subdesenvolvimento português⁴³⁹”. A concepção terceiro-mundista distintiva do MFP-PP faz-se notar aqui também, o líder do partido denuncia, através do seu anti-comunismo a política de descolonização das esquerdas e por outro lado a posição acerca do ultramar dos partidos à direita do PCP (PS, PPD, CDS): “Eles afirmavam-se anti-colonialistas, mas eram apenas, e afinal, uns agentes do colonialismo russo, outros, do neo-colonialismo euro-americano⁴⁴⁰”. Na verdade, relativamente à questão ultramarina, podem distinguir-se, dentro da actividade partidária, 3 correntes distintas: a do PCP e extrema-esquerda, de entrega imediata dos territórios directa e exclusivamente aos movimentos guerrilheiros- favorecendo o MPLA em Angola-; a do PS, PPD e CDS, baseada na aceitação imediata da auto-determinação, por via de um processo democrático, ainda que divergindo nos prazos temporais, com o PS a defender um processo tão rápido quanto possível contrariamente ao processo paulatino reconhecido por PPD e CDS; e a corrente do

⁴³⁵ MARCHI, Riccardo- *À direita da revolução: resistência e contra-revolução no PREC (1974-1975)*, Lisboa, Objectiva, 2020, pág.61

⁴³⁶ “Comício do Movimento Federalista Português-Partido do Progresso no Porto”, *Tribuna Popular*, nº1, 7 de Agosto de 1974, p.2

⁴³⁷ Corrente política que defendia a independência imediata das províncias ultramarinas a entrega subsequente do poder aos movimentos guerrilheiros marxistas-leninistas dos territórios ultramarinos

⁴³⁸ AMORIM, Fernando Pacheco de- *Manifesto contra a Traição*, nº1, Braga, Edição do Autor, 1975, p.15

⁴³⁹ *Ibidem*- p.27

⁴⁴⁰ AMORIM, Fernando Pacheco de- *Manifesto contra a Traição*, nº2, Braga, Edição do Autor, 1975, p.8

MFP-PP, dos seus parceiros da FDU, e de outros movimentos à direita, como o PDC, partidários do federalismo ultramarino, por via de uma consulta referendária às populações autóctones.

Na defesa do projecto federalista, o MFP-PP não se coíbe de criticar as figuras governamentais. Destaca-se a polemização em torno do Governador da Guiné, Carlos Fabião⁴⁴¹, denunciando de forma contundente as suas declarações em defesa de uma entrega imediata do poder político ao PAIGC, seguindo a narrativa desenvolvida pela esquerda ao apelidar de oportunistas todos os actores políticos dos territórios ultramarinos não pertencentes a movimentos guerrilheiros. O MFP-PP aponta para a consulta democrática das populações como único meio legítimo de aferir as suas vontades, aludindo novamente à consulta referendária daquelas populações como único processo político adequado para a definição do futuro daqueles territórios. Para além disso, o partido entende que o PAIGC nunca alcançou o domínio político-militar da Guiné derivado da oposição dos guinéus, demonstrando confiança na preferência política da população por uma “ampla autonomia política e administrativa” rejeitando a “instauração de uma ditadura do PAIGC, de obediência marxista e estrangeira”. Em carta aberta ao brigadeiro Carlos Fabião, o partido, procurando desconstruir a ideia lançada de oportunismo político, relembra também os cerca de “17000 portugueses africanos da Guiné que durante anos lutaram e morreram ao lado dos expedicionários europeus em defesa da sua terra e que, na hora da debandada, se mantêm fiéis ao seu ideário”, bem como “os chefes africanos que confiadamente apoiaram, no Congresso dos Povos da Guiné, a política progressiva do general Spínola”⁴⁴².

Após o discurso de 27 de julho do Presidente da República, o MFP-PP tem, através da *Tribuna Popular*, uma reacção claramente negativa, dada a aposta política no Presidente da República para garantir a dimensão pluricontinental de Portugal. O MFP-PP caracteriza como perigoso o reconhecimento incondicional do direito à independência, entendendo o partido que tal posição legislativa é antagónica aos princípios programáticos do MFA. O partido

⁴⁴¹ Carlos Fabião (1930-2006) – Formado na Escola do Exército, cumpriu comissões de serviço em Angola e, sobretudo, na Guiné, onde se cruzou com o período de governança de António de Spínola, sendo que já na metrópole é ele quem denuncia a denominada “kaúlzada”. Por essas razões, é indigitado Governador da Guiné após o 25 de Abril de 1974, tido como homem de confiança por Spínola, contudo cedo demonstrou ter a sua lealdade política para com a Comissão Coordenadora, adoptando a corrente descolonizadora propugnada por aquele órgão. Após a Maioria Silenciosa é nomeado Comandante do Estado Maior do Exército, integrando a Junta de Salvação Nacional e o Conselho de Estado. Mais tarde, é convidado a liderar o VI Governo Provisório, o que recusa, prolongando o V Governo Provisório de Vasco Gonçalves.

⁴⁴² “Carta Aberta ao Brigadeiro Fabião” - *Tribuna Popular*, nº1, 7 de Agosto de 1974, p.5

escuda-se, pois, na defesa da legalidade, utilizando uma argumentação jurídico-política e, curiosamente, prefere visar o órgão colectivo da Junta de Salvação Nacional, não criticando directamente o Presidente da República⁴⁴³. Na mesma senda, crítica o posicionamento e as declarações de Veiga Simão na ONU, que afirma a decisão do Conselho de Estado ter eliminado qualquer restringimento constitucional à concessão de independência de Angola e Moçambique, acusando-o de contribuir para a errada interpretação jurídica de auto-determinação como sinónimo de independência⁴⁴⁴. Posteriormente, denuncia a visita do secretário-geral da ONU, Kurt Waldheim, enquanto manifestação diplomática de concordância internacional com a entrega incondicional dos territórios ultramarinos aos movimentos armados marxistas, bem como das parcelas onde nunca houve guerra, responsabilizando o organismo pela instalação de regimes totalitários naqueles territórios⁴⁴⁵.

Pese embora, o discurso de 27 de Julho do Presidente da República, o partido continua a fazer apologia ao referendo como método justo e democrático para se decidirem o futuro daqueles países⁴⁴⁶. Para isso, reitera o já mencionado argumento da independência económica nacional e do imperialismo internacionalista do capitalismo americano e da União Soviética. Através de uma análise geopolítica que referencia Moçambique como ponto estratégico para o controlo da rota do Cabo e a dominância do Oceano Índico, o MFP-PP alude às origens internacionais da FRELIMO, prova do imperialismo que visa combater. A este argumento analítico, alia ainda um outro, referente à falta de poder político da FRELIMO, que resulta na incapacidade para assegurar a segurança do país, reclamando uma solução equilibrada de homens brancos e negros para se livrarem de ‘quaisquer colonizações chinesas’⁴⁴⁷, numa alusão a Samora Machel⁴⁴⁸ e aos seus apoios internacionais.

⁴⁴³ “Em defesa do Programa, comunicado do secretariado nacional do MFP-PP”, *Tribuna Popular*, nº1, 7 de Agosto de 1974, pág.1

⁴⁴⁴ “Veiga Simão na ONU” -*Tribuna Popular*, nº1, 7 de Agosto de 1974, p.3; estas declarações demonstram a já antiga desconfiança que os nacionalistas-revolucionários tinham relativamente a Veiga Simão desde a sua passagem pelo Ministério de Educação Nacional, algo que se iria reiterar já na militância no MDLP, que se abordará no próximo capítulo

⁴⁴⁵ “Depois da Entrega” -*Tribuna Popular*, nº2, 14 de Agosto de 1974, p.2

⁴⁴⁶ “Negociar para Ceder” -*Tribuna Popular*, nº1, 7 de Agosto de 1974, pág.1

⁴⁴⁷ “A Política Ultramarina em análise, quem são as vítimas dos processos anti-democráticos?” -*Tribuna Popular*, nº3, 21 de Agosto de 1974, pág.4

⁴⁴⁸ Samora Machel (1933-1986) – Auxiliar de enfermagem em Maputo, junta-se à FRELIMO, de pendur marxista-leninista, desde a sua fundação em 1962, sendo comandante-chefe da organização a partir de 1968, assume a liderança da estrutura logo em 1969, após a morte de Eduardo Mondlane. Com apoios da União Soviética e da China, a tendência política de Samora Machel tenderá, sobretudo, para o ideal maoísta, privilegiando o apoio chinês em detrimento do soviético. Após a independência moçambicana decorrente dos acordos de Lusaca, assume a presidência do país até à sua morte, em 1986, sempre em guerra civil com o movimento oposicionista da RENAMO.

Ainda relativamente a Moçambique, antes do discurso presidencial de 27 de Julho, o MFP-PP procede a uma análise sociológica daquele país, alertando para o problema das diversas etnicidades e heterogeneidades. A título de exemplo, mobiliza a situação política da Guiné, com a tomada de poder pelo PAIGC, como demonstração daquilo que poderia redundar num ódio fratricida, referenciando subliminarmente as virtudes da luso-tropicalidade, na medida em que ‘só a língua, alguns costumes e a administração unificada dão uma estrutura unitária’⁴⁴⁹. No que concerne à Guiné, além do argumento étnico, com um semelhante raciocínio geopolítico, aponta-se a incapacidade para a independência económica e a falta de interesse estratégico que colocariam o país na dependência da Guiné-Conakry⁴⁵⁰. No caso angolano, o partido destaca a impossibilidade de se replicar o modelo de descolonização de entrega do poder político ao movimento guerrilheiro marxista, dada a situação de impasse gerada pela existência de 3 movimentos independentistas consolidados, casos da FNLA, do MPLA, privilegiado por toda a esquerda portuguesa, para além da UNITA, cuja simpatia para com o movimento e seu líder nutrida pelo MFP-PP se deu conta no anterior capítulo. O partido cataloga a UNITA como movimento em ascensão, sóbrio por considerar angolanos todos quantos habitam o país- afastando-o dos etnicismos-, independente face a imperialismos internacionais, tanto americano como soviético, e aberto à proposta referendária para a resolução da situação política⁴⁵¹. Assim se justifica a ambição pela realização de referendos em todo o espaço lusófono, interpretando-a em todos momentos como fiel depositária da legalidade consoante o plasmado no programa político do MFA e da Junta de Salvação Nacional. O MFP-PP invoca ainda um interessante argumento de racismo branco pelo facto de apenas haver memória histórica do sacrifício dos brancos, ignorando-se as populações negras destes territórios, que não concordando com estes grupos separatistas se vêem obrigadas a aceitar o seu jugo anti-democrático⁴⁵². Este argumento é, ainda, uma demonstração da sintonia política constante com o general Spínola que declara inaceitável a aceitação de ditaduras no processo de descolonização português precisamente no discurso de 27 de Julho.

Para além da questão ultramarina, o nacionalismo do MFP-PP posiciona-se ainda no campo da política externa continental, isto é, no debate iniciado ainda nos tempos do marcelismo

⁴⁴⁹ “Por um Portugal Melhor” -*Tribuna Popular*, nº0, 24 de Julho de 1974, pág.5

⁴⁵⁰ *ibidem*

⁴⁵¹ “Descolonizar Angola” -*Tribuna Popular*, nº8, 26 de Setembro de 1974, pág.4

⁴⁵² “Política Ultramarina em análise, quem são as vítimas dos processos anti-democráticos?” -*Tribuna Popular*, nº3, 21 de Agosto de 1974, p.4

sobre a aproximação ao ocidente e eventual adesão à Comunidade Económica Europeia (CEE), revisitando-se parte da doutrina nacionalista de Valle de Figueiredo de rejeição à integração no projecto europeu, conforme mencionado no primeiro capítulo. Nesta matéria, o anti-capitalismo, para além de eixo estrutural da cosmovisão socioeconómica do partido, é a pedra de toque ideológica do discurso soberanista de orientação terceiro-mundista face à CEE e consequente rejeição da adesão de Portugal à referida organização internacional. Tida a CEE como ponta-de-lança do imperialismo ocidental, Fernando Pacheco de Amorim denuncia o dolo político de Portugal enquanto futura unidade subjugada ao “filantropismo ocidental” e económica e financeiramente retido como “cloaca da Europa”. Caminho que Pacheco de Amorim entende ter sido iniciado pela administração de Marcelo Caetano, admitindo que a continuação do mesmo se faria, no contexto pós-revolucionário, à custa de ainda maior dependência filantrópica internacional- “Portugal não poderá pertencer ao clube dos ricos, senão como servidor atento e obrigado, sem qualquer espécie de autonomia e voz activa”⁴⁵³. Assim, propugna-se a escolha por um caminho português, de independência nacional, neutralidade activa à margem dos dois imperialismos, capitalista e soviético, e alinhado com o terceiro mundo, “nem orgulhosamente sós, nem orgulhosamente acompanhados, mas antes orgulhosamente conscientes de que devem ser os responsáveis do seu destino”⁴⁵⁴. Deste testemunho político é, portanto, possível discernir-se o anti-capitalismo, não como forma de organização económica, mas sobretudo como influenciador político-ideológico⁴⁵⁵, constatando-se novamente a influência do fenómeno socioeconómico no nacionalismo do escol do MFP-PP, mas também da soberania económica na independência nacional propalada pelo partido.

Esta posição política contrasta com o optimismo europeísta de CDS⁴⁵⁶ e PPD, algo que Pacheco de Amorim assinala, designando-os por “partidos europeus”, cuja satisfação “pequeno-burguesa” seria a adesão ao “mundo dos civilizados” ainda que como membros

⁴⁵³ AMORIM, Fernando Pacheco de- *Manifesto contra a Traição*, nº3, Braga, Edição do Autor, 1975, p.31

⁴⁵⁴ *Ibidem*- p.32

⁴⁵⁵ Cf. Gian Enrico Rusconi, “Capitalismo” in *Dicionário de Política*, coord. de Norberto Bobbio, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2000, p.141

⁴⁵⁶ AMARAL, Diogo Freitas do- *O Antigo Regime e a Revolução: memórias políticas (1941-1975)*, Venda Nova, Bertrand Editora, 1995, p.194- Freitas do Amaral assinala precisamente a unanimidade entre os fundadores do CDS perante a aceitação da auto-determinação do ultramar, inclusive a possibilidade de total independência, não havendo, portanto, qualquer concordância com o federalismo spinolista. Por outro lado, assinala a concordância com a ideia europeísta, e a pouca resistência face às teses de federalismo europeu por si propostas, apenas alvo de rejeição aquando da liderança de Manuel Monteiro no Partido, já na década de 90.

meramente tolerados⁴⁵⁷. A rejeição à integração europeia e o seu ultramarinismo, conferem ao MFP-PP uma vocação atlântica, que se consubstancia na aposta do partido numa “ambiciosa” exploração do mar enquanto recurso e património natural e valorização da uma economia marítima⁴⁵⁸. Esta valorização política do mar consubstancia-se numa outra convicção política, hoje mais actual que nunca, a da consciência ambiental e preocupação fundamental com a preservação da natureza. Novamente através de uma conceptualização anti-capitalista, entende-se a delapidação do património e recursos naturais como consequência lógica do materialismo imanente do capitalismo selvagem e amoral, cujo lucro é único fim e objectivo, sem qualquer obstáculo valorativo⁴⁵⁹. Também na *Tribuna Popular* é mencionada a valorização do meio-ambiente, defendendo um genérico equilíbrio entre o homem e a natureza⁴⁶⁰.

Terceira-via socioeconómica do MFP-PP

A opção socioeconómica do MFP-PP pode situar-se, genericamente, no campo da direita nacionalista democrática, conceptualizando um Estado forte através da ideia de que o poder político tem sempre de ser mais forte do que os poderes económicos e sindicais⁴⁶¹. É a esta ideia de predominância do poder político sobre o poder económico que Fernando Pacheco de Amorim faz corresponder um primado da soberania nacional, que está, por sua vez, subjacente à irredutibilidade do princípio da independência económica e financeira para ser efectivo, “destruído o Estado português financeira e economicamente a sua liberdade política fica comprometida”⁴⁶². Assim, o modelo económico do MFP-PP assenta, sobretudo, na valorização do aparelho produtivo do espaço nacional e da sua decorrente capacidade produtiva, propondo uma reorganização da economia nacional em termos que se afastem tanto do pragmatismo capitalista como das “perigosas utopias socialistas”⁴⁶³.

Mais do que o nacionalismo terceiro-mundista, é sobretudo a terceira via característica da Cidadela, que, objectivamente, maior impacto ideológico terá nas concepções políticas do MFP-PP⁴⁶⁴. Surgindo com uma carga ideológica desagradada face aos anos da Cidadela,

⁴⁵⁷ AMORIM, Fernando Pacheco de- *Manifesto contra a Traição*, nº3, Braga, Edição do Autor, 1975, p.18

⁴⁵⁸ *Ibidem*- p.47

⁴⁵⁹ *Ibidem*- p.46

⁴⁶⁰ “O Meio-Ambiente” - *Tribuna Popular*, nº8, 26 de Setembro de 1974, pág.6

⁴⁶¹ AMARAL, Diogo Freitas do *et al- Uma Introdução à Política*, Lisboa, Bertrand Editora, 2014, pág.460

⁴⁶² AMORIM, Fernando Pacheco de- *Manifesto contra a Traição*, nº1, Braga, Edição do Autor, 1975, p.43

⁴⁶³ AMORIM, Fernando Pacheco de- *Manifesto contra a Traição*, nº3, Braga, Edição do Autor, 1975, p.44

⁴⁶⁴ Entrevista a José Miguel Júdice, Lisboa, Outubro de 2021; Sendo José Miguel Júdice e Miguel Seabra os principais proponentes da terceira via dentro do grupo da Cidadela, o facto de José Miguel Júdice ter ficado

persiste a ideia de reforma do conceito de empresa, transformando-a numa ‘estrutura jurídica participada’ a nível do poder de decisão⁴⁶⁵. A montante está a ideia de Estado forte, reservando-se um papel económico particularmente activo na economia, que para além das competências da ordem e da justiça, deve fazer uma efectiva arbitragem entre as classes sociais, assegurando uma justa ascensão destes menos favorecidos⁴⁶⁶. Além da noção de Estado árbitro, o MFP-PP percepciona o Estado como responsável pela definição e prossecução de uma política económica de cunho social que signifique uma intervenção correctiva deste como agente do interesse público⁴⁶⁷. Assim, o MFP-PP propugna uma continuidade de um planeamento económico nacional, semelhante à figura do plano económico e social francês correspondente ao modelo socioeconómico gaullista, defendendo um desenvolvimento harmónico e integrado de todos os sectores da economia nacional e melhor aproveitamento dos recursos humanos, técnicos e naturais⁴⁶⁸. O partido traz a lógica vertical federativa, já mencionada, para o seu projecto socioeconómico, aludindo a uma regionalização, devendo participar nela os diversos sectores e estratos económicos, e órgãos representativos do mundo do trabalho, como os sindicatos- que propugna como estruturas de administração livre, defendendo o seu pluralismo⁴⁶⁹. A respeito do trabalho e sindicalismo, destaca-se ainda a menção à redução da jornada laboral por parte do MFP-PP, naquilo que identifica como linhas principais do seu pensamento socioeconómico⁴⁷⁰. Outra das heranças do nacionalismo-revolucionário é a ideia de reforma agrária, já com outra moderação, verte-se a noção da dimensão economicamente viável da propriedade individual ou associativa, acompanhadas de um reapetrechamento tecnológico⁴⁷¹. Há uma clara noção de primado do Estado-nação sobre os demais domínios tal como enunciado no parágrafo anterior, bem como da associação desse princípio nacionalista com a ideia de independência económica. Com a influência, embora esbatida, do fervor anti-capitalista do nacionalismo revolucionário, o partido alude ao «controlo político do poder económico que evite a subversão da máquina do

responsável pelas questões de organização socioeconómica dentro do partido e de Miguel Seabra ter desempenhado o papel de director da *Tribuna Popular* são de assinalável importância para que o modelo socioeconómico de terceira via lograsse a concordância e preponderância a ponto de ser um eixo ideológico estrutural do partido.

⁴⁶⁵ “O Xadrez Político” -*Tribuna Popular*, nº2, 14 de Agosto de 1974, p.6

⁴⁶⁶ “Para uma Economia de Dimensão Humana” -*Tribuna Popular*, nº3, 21 de Agosto de 1974, pág.5

⁴⁶⁷ *ibidem*

⁴⁶⁸ “Para uma Economia de Dimensão Humana (Continuação)”, *Tribuna Popular*, nº5, 3 de Setembro de 1974, pág.5

⁴⁶⁹ *Ibidem*; cf. “A Questão Sindical” -*Tribuna Popular*, nº8, 26 de Setembro de 1974, pág.9

⁴⁷⁰ “Para uma Economia de Dimensão Humana (Continuação)” -*Tribuna Popular*, nº5, 3 de Setembro de 1974, pág.5

⁴⁷¹ *ibidem*

Estado em sentido não coincidente com o interesse geral»⁴⁷². Neste aspecto, o MFP-PP foca-se em particular nas grandes empresas multinacionais presentes no país, sendo «indispensável a garantia de que elas se enquadram efectivamente nos interesses da economia nacional e do povo português»⁴⁷³, embora reconhecendo a necessidade do seu contributo para o desenvolvimento socioeconómico.

A este primado político do Estado sobre a economia, corresponde uma aproximação conceptual da ortodoxia keynesiana. Ocorre neste modelo socioeconómico a proposta de uma política de rendimentos consonante com uma noção de aumento de rendimento nacional, estando presentes as ideias estruturais de estabilização de consumo e de socialização da procura. Para além destas noções, é tangível a adesão à ideia do ciclo económico virtuoso, propondo o pleno-emprego como fim último, através do «aproveitamento integral das capacidades produtivas da nação», móbil paralelo ao referido aumento do rendimento nacional, reconhecendo um papel estrutural ao investimento público, incentivo keynesiano fundamental de estímulo à economia⁴⁷⁴. Assim, o partido encerra no Estado um participante directo da formação de capital produtivo da nação, através do investimento em infraestruturas, intervenção nos sectores estratégicos da economia e de investimento na inovação e desenvolvimento. Porventura ciente da base social de apoio que queria capitalizar eleitoralmente, o MFP-PP, apesar da notória influência da terceira via falangista da Cidadela, apresenta concepções intervencionistas temperadas comparativamente àquilo que era o projecto socioeconómico dos nacionalistas-revolucionários, não só não fazendo acompanhar essas concepções de nacionalizações de sectores, como reafirma o seu carácter facultativo e não preferencial. Desta feita, o partido afirma a iniciativa individual como factor insubstituível da dinamização da vida económica: «Defendemos o princípio da propriedade privada e da iniciativa individual como valores da liberdade e instrumentos de realização do homem»⁴⁷⁵.

Conforme supramencionado, o pensamento de Edgar Faure, a jusante do gaullismo como modelo genérico, foi umas das principais referências do pensamento socioeconómico do MFP-PP, sobretudo nas matérias de associação entre capital e trabalho, pelo que cumpre aqui, após se ter explorado o modelo socioeconómico proposto pelo MFP-PP, dissecar o contributo

⁴⁷² *ibidem*

⁴⁷³ *ibidem*

⁴⁷⁴ “Para uma Economia de Dimensão Humana” -*Tribuna Popular*, nº3, 21 de Agosto de 1974, pág.5

⁴⁷⁵ *Ibidem*

doutrinário de Faure, por forma a perceber a sua influência nas posições do partido. Desde logo, também Edgar Faure releva a questão social da economia de forma prioritária, entroncando nas preocupações sociais demonstradas pelo partido. Um dos conceitos basilares do “novo contrato social” proposto por Edgar Faure, a democratização da economia, consubstancia-se na harmonização do crescimento económico e domínio das suas disparidades, afirmando a necessidade de uma deontologia económica para as grandes organizações estatais ou privadas⁴⁷⁶, denotando-se a ideia do primado político sobre a economia, tal como professada pelo MFP-PP. Outro conceito-chave explorado por Faure é o da independência nacional, que concebe não como restritiva, arcaica ou patrioteira, mas antes como noção moderna, expansiva, humanista e reconciliadora no quadro socioeconómico⁴⁷⁷, indo ao encontro da ideia mobilizadora do partido de integração socioeconómica das classes mais desfavorecidas na vida da nação. Partindo da mundividência da terceira via, Faure introduz-lhe um contributo político de justiça fiscal, “O que separa o liberalismo, bom criador, mas mau repartidor, do socialismo, mau criador, mas bom repartidor, é apenas uma película muito fina⁴⁷⁸”, propugnando, assim, a introdução de melhorias sociais através da distribuição de rendimentos e do acesso à economia de crescimento para as classes impedidas de o fazer pelo “jogo da economia de mercado”⁴⁷⁹. É, pois, uma ideia que redundava na socialização da procura, também propalada pelo MFP-PP, sendo que dentro deste quadro conceptual, propõe ainda a melhoria geral do nível de vida como factor de reactivação da expansão económica⁴⁸⁰, que coincide com o princípio keynesiano do aumento do rendimento nacional, defendido pelo partido. Através destes princípios, Faure introduz a figura gaullista já mencionada da planificação social e económica, onde todo o modelo se deve sediar, defendendo como passo derradeiro a consubstanciação do planeamento económico em planeamento social⁴⁸¹. A priorização da comunidade sobre o indivíduo faz-se também notar na valorização do trabalho, rejeitando um rendimento social garantido aos jovens averbando os argumentos de “incentivo à preguiça”⁴⁸². Segundo Júdice, o principal contributo de Faure, no novo contexto democrático, prende-se com o modelo de gestão da empresa⁴⁸³, que sendo privada, deveria contar com a participação do trabalhador na sua gestão, participando também

⁴⁷⁶ FAURE, Edgar- *Contrato Social*, Lisboa, Editorial Futura, 1974, p.61

⁴⁷⁷ *Ibidem*- p.51

⁴⁷⁸ *Ibidem*- p.55

⁴⁷⁹ *Ibidem*- p.57

⁴⁸⁰ *Ibidem*- p.105

⁴⁸¹ *Ibidem*- p.109

⁴⁸² *Ibidem*- p.60

⁴⁸³ Entrevista a José Miguel Júdice, Lisboa, Outubro de 2021

nos seus lucros. Para esse desiderato, a proposta de Faure consiste na distribuição de acções como uma solução de participação mutualista da empresa, superando o maniqueísmo capital-trabalho ao associar os agentes que contribuem para a vida da empresa⁴⁸⁴.

A terceira via socioeconómica do MFP-PP reveste-se também de importância doutrinária enquanto base do anti-comunismo do partido, conducente a uma arreigada rejeição dos princípios políticos do marxismo- bem como do capitalismo-, afirmando o primado da filosofia política sobre o reducionismo economicista desta mundividência materialista, cujo âmago são as relações de produção económica. É desta forma que Fernando Pacheco de Amorim define o ponto de partida ideológico da terceira via socioeconómica, visando a superação do capitalismo e do comunismo. O secretário-geral do MFP-PP assinala, precisamente, os estreitos pontos de contacto ao nível de doutrina e de acção entre estes dois modelos socioeconómicos, a “concepção materialista do mundo e da vida” do capitalismo, que deu origem ao “comunismo actual, seu irmão gémeo”⁴⁸⁵. Por um lado, denuncia os excessos do capitalismo selvagem “que se desenvolveu por si só através de condições desumanas” e, por outro lado, critica o economicismo marxista, com a “sobreposição do seu fundamento materialista aos valores do espírito”, pondo a humanidade ao serviço da economia e não o inverso, gerando um Estado e uma sociedade cujas desigualdades e injustiças são ainda mais flagrantes do que naquele⁴⁸⁶. Em ambos, “a liberdade deixa de fazer sentido na medida em que nos dois paradigmas o Homem é reduzido a um produto da economia”⁴⁸⁷. Há, portanto, uma rejeição do materialismo marxista, para além do capitalismo, através do primado do espírito, isto é, das ideias e valores sobre quaisquer relações económicas- “sabemos que para eles a história é um produto de mecanismos económicos; a religião o ópio do povo e a nação um mito ao serviço de imperialismos económicos”⁴⁸⁸.

Desta dimensão político-espiritual da terceira via socioeconómica do partido, advêm ainda outros dois princípios doutrinários fundamentais na caracterização do anti-marxismo do MFP-PP. A negação do linearismo histórico e evolutivo sem que haja uma decorrência recta para um fim da história, ou que o próprio devir histórico e a racionalidade daí decorrente sejam sinónimos inatos de progresso, rejeitando o absolutismo da razão humana sobre o empirismo

⁴⁸⁴ FAURE, Edgar- *Contrato Social*, Lisboa, Editorial Futura, 1974, p.77

⁴⁸⁵ AMORIM, Fernando Pacheco de- *Portugal Traído*, Madrid, Edição do Autor, 1975, p.180

⁴⁸⁶ *Ibidem*- p.183

⁴⁸⁷ *Ibidem*- p.184

⁴⁸⁸ “O Assalto ao Poder, O Desafio” -*Tribuna Popular*, nº0, 24 de Julho de 1974, p.4

das tradições. Esta definição doutrinária está bem patente no testemunho político de Pacheco de Amorim: “não há, pois, só estômago no homem, mas sobretudo ânsia de perfeição, isto é, são os motivos de ordem moral ou espiritual, e não a ciência e a técnica quem comanda as angústias dos homens nos caminhos da História”⁴⁸⁹. De resto, o fundamento hegeliano da terceira via do MFP-PP na procura de uma síntese que aproveitasse os contributos da tese capitalista e da antítese socialista⁴⁹⁰, é um corolário da crença na busca constante pelo progresso. A afirmação do direito à diferença, rejeitando o igualitarismo marxista, é também definidora do anti-marxismo do partido. Nas palavras do líder do MFP-PP, “a ditadura do proletariado nega, teórica e praticamente, qualquer direito à dignidade e à liberdade da pessoa humana, pois apenas reconhece, em cada indivíduo, o que nele há de colectivo, e o que nele há de colectável como produto da economia”, sendo que na “sociedade comunista, sem classes, nem a pessoa nem indivíduo tem lugar”.⁴⁹¹

Para além da diferença ideológica que foi assinalada, ao longo do texto, relativamente ao CDS e também ao PPD, a propósito do campo político spinolista, é necessário também aventar a dissensão ideológica clara do MFP-PP com o PL, dado ao facto de ambos os partidos integrarem uma coligação partidária conjunta, FDU, devendo assinalar-se, em contrapartida, uma substancial proximidade ideológica com o PPM, partido do qual dissidem os fundadores do PL. A divergência ideológica é assumida, claramente, tanto por José Miguel Júdice⁴⁹², como por José Valle de Figueiredo, que aponta a FDU como uma coligação negativa, isto é, baseada, sobretudo, no anti-comunismo e até em alguma rejeição ao próprio MFA⁴⁹³. Ao contrário do MFP-PP, o PL tem como assunção primordial a defesa do valor liberal do indivíduo, bem como do direito inexpugnável à propriedade privada, partindo, portanto, de uma base doutrinária sobretudo anglo-saxónica de pensamento político das direitas. Há, também, no PL uma afirmação do princípio tecnocrata governativo do liberalismo, propugnando um governo eminentemente técnico, neutral, no clássico apelo anti-ideológico desta doutrina⁴⁹⁴. É, pois, evidente a diferenciação político-económica com o MFP-PP, havendo apenas consenso, conforme já mencionado, na questão ultramarina, defendendo a corrente do federalismo spinolista por via referendária.

⁴⁸⁹ AMORIM, Fernando Pacheco de- *Manifesto contra a Traição*, nº3, Braga, Edição do Autor, 1976, p.5

⁴⁹⁰Entrevista a José Miguel Júdice, Lisboa, Outubro de 2021

⁴⁹¹ AMORIM, Fernando Pacheco de- *Portugal Traído*, Madrid, Edição do Autor, 1975, p.189

⁴⁹² Entrevista a José Miguel Júdice, Lisboa, Outubro de 2021

⁴⁹³ Entrevista a José Valle de Figueiredo, Porto, Maio de 2022

⁴⁹⁴ PRATA, Rafael *et al-* *Portugal Novo: Movimentos e Partidos Políticos*, Lisboa, O Emigrante, 1974, pág.112

Pelo contrário, é assinalável a proximidade programática do MFP-PP com o PPM, para isso não terá sido despicienda a colaboração mantida entre o grupo da Cidadela e a Convergência Monárquica de Barrilaro Ruas, levando a uma adesão significativa da militância monárquica no MFP-PP, como já anteriormente referido. São, sobretudo, enfáticas as similitudes doutrinárias no campo socioeconómico- utilização do planeamento económico enquanto instrumento norteador da economia nacional, com o Estado como detentor das empresas que constituam sectores estratégicos nacionais, priorizando o sector primário e a dinamização do sector secundário e indústria transformadora. Tal como o MFP-PP, em matéria de regime de propriedade e modelo de gestão, o PPM reconhece a importância do direito à propriedade privada, idealizada como instituição social, devendo o seu acesso ser alargado a toda a comunidade nacional, mas, portanto, limitada ao interesse nacional, apoiando as experiências de co-gestão, ao defender o aumento da parcela das retribuições do trabalho no rendimento nacional. Na questão ultramarina, sendo certo que o PPM não assume a defesa do federalismo, também recusa assumir os movimentos guerrilheiros como únicos representantes das populações autóctones, advogando uma consulta democrática para a definição do futuro de cada um daqueles territórios⁴⁹⁵.

⁴⁹⁵ *Ibidem*- p.93

CAPÍTULO IV- A MILITÂNCIA TRANSITÓRIA DO MFP-PP NO PÓS-28 DE SETEMBRO

Este último capítulo ocupa-se do período entre o Verão Quente de 1975 e o 25 de Novembro de 1975, observando-se a militância transitória e clandestina de dirigentes e militantes do MFP-PP neste friso crinológico conturbado que leva a uma normalização do período revolucionário vigente até à concretização da transição para a democracia. Procurando-se, desta feita, discernir as ligações entre alguns destacados militantes do então já extinto MFP-PP com as movimentações contra-revolucionárias da direita portuguesa neste período, cujo maior foco de interesse para esta análise específica é o do Movimento Democrático de Libertação de Portugal, liderado pelo general Spínola. Organização de forte composição militar, conforme comprovam as responsabilidades logísticas e operacionais atribuídas a membros como o major Sanches Osório, o comandante Alpoím Calvão⁴⁹⁶ ou o tenente-coronel Gilberto Santos e Castro, mas cujo gabinete político, apesar da proeminência da vertente militar, era composto por substancial parte do antigo escol do defunto MFP-PP. Destacam-se José Miguel Júdice, José Valle de Figueiredo ou Luís Oliveira Dias, bem como o envolvimento do ex-líder Fernando Pacheco de Amorim- cabendo aqui analisar e explanar os pontos de contacto entre estes militantes e a esfera spinolista, bem como o seu nível de participação e envolvimento individual e colectivo nestas movimentações.

Extinção do MFP-PP

Até 7 de Novembro de 1974 não havia qualquer regulamentação geral em vigor que enquadrasse a constituição e as formas de actuação dos partidos políticos⁴⁹⁷. Este facto, aliado à genérica falta de capacidade de implantação e organização embrionária dos partidos, consubstancia-se na sobeja importância do acesso ao poder político e às estruturas administrativas do Estado, sendo que, abrindo o exercício do poder à esfera partidária, dotando-a de relevância jurídico-administrativa, tal opção tornar-se-ia sempre discriminatória entre os que o exercem e a ele tem acesso e os demais partidos⁴⁹⁸. Sucede, pois, que esta legitimação institucional e consolidação partidária consequente da presença nos órgãos de poder político granjeava uma importância adicional à direita do espectro político, atendendo

⁴⁹⁶ Alpoím Calvão (1937-2014) – Formado na Escola Naval com o curso da Marinha, participa na Guerra do Ultramar, destacando-se por comandar a operação “Mar Verde” de invasão à Guiné-Conakry, sendo convidado para aderir ao MFA, recusa por motivação política. Participa no 11 de Março de 1975 e escapa para Madrid, onde participa na fundação do MDLP.

⁴⁹⁷ SOUSA, Marcelo Rebelo de- *Os Partidos Políticos no Direito Constitucional Português*, Braga, Livraria Cruz, 1983, p.237

⁴⁹⁸ *Ibidem*

ao contexto revolucionário, na medida em que o baptismo institucional era indispensável para a sua legitimidade existencial. Há, por isso, um factor discriminatório, não só *de jure*, mas também *de facto* entre os partidos dentro e fora das instituições de poder, tendo apenas os primeiros (PPD, PS, CDS, PCP) o direito de intervenção nos diplomas base do novo regime, o que, para além do estatuto fundacional das bases jurídico-políticas do novo regime que lhes granjeia, concede-lhes o decisivo acesso à comunicação social de forma privilegiada. A exclusão da esfera do poder revolucionário, a jusante da já referida ausência regulamentar do seu funcionamento enquanto organizações político-partidárias, deixa estes partidos (MFP-PP, PDC) completamente vulneráveis perante o poder político entronizado pela revolução⁴⁹⁹, sem mecanismos jurídicos para rebater qualquer decisão política tomada acerca da sua existência⁵⁰⁰.

Desta forma, fracassando a manifestação da Maioria Silenciosa prevista para 28 de Setembro, não há nenhum processo de ilegalização do MFP-Partido do Progresso, mas antes de desmantelamento do partido. Isto é, não houve nenhum procedimento legal, mas sim a utilização do dispositivo militar do Estado- que dada a quebra da cadeia hierárquica respondia maioritariamente à Comissão Coordenadora⁵⁰¹- para o aprisionamento político de todos os principais dirigentes do partido - com o conseqüente o exílio dos que se puseram em fuga do país- e a invasão e posterior assalto dos espaços ocupados pelo MFP-PP, bem como a destruição da grande maioria da sua documentação. Assim, tendo sido efectivadas as detenções, que se abordarão em maior detalhe mais à frente, na madrugada de 27 para 28 de Setembro e ao longo dos dias seguintes, pode, oficiosamente, assinalar-se a extinção do MFP-PP com a ocupação da sua sede nacional, nº68 da Avenida Infante Santo em Lisboa, no dia 2 de Outubro de 1974 por um piquete da COPCON, com sindicalistas de esquerda simultaneamente a invadirem as instalações da distribuidora da *Tribuna Popular* e do jornal *Bandarra*, queimando todas as cópias⁵⁰².

⁴⁹⁹ *Ibidem*

⁵⁰⁰ O primeiro, por um lado, não tendo ao seu dispor qualquer salvaguarda constitucional ou mecanismo jurídico de recurso, foi sumariamente desmantelado. Por outro lado, o segundo, tendo sido suspenso e impedido de participar nas eleições para a Assembleia Constituinte após o 11 de Março de 1975, já com uma lei de partidos em vigor, viu serem-lhe reestabelecidos os seus direitos políticos e normal funcionamento após o 25 de Novembro de 1975.

⁵⁰¹ Cf. Rui Ramos, “Presos Políticos” in *Dicionário de História de Portugal: O 25 de Abril* coord de António Santos Reis, Maria Inácia Rezola e Paula Borges Santos -, Volume VII, Lisboa, Figueirinhas, 2016, p.63-72

⁵⁰² “Um Arsenal Bélico no Partido do Progresso” -*Diário de Lisboa*, 3 de Outubro de 1974, p.17

As motivações para o desmantelamento do partido apontadas pela imprensa- controlada em grande parte pelas esquerdas⁵⁰³-, para além do envolvimento na “intentona das direitas” de 28 de Setembro, indicam um alegado “arsenal bélico” em posse do partido⁵⁰⁴, veiculando também a intenção de compra de armamento militar ou mesmo posse do mesmo apontada pelo PCP, cuja lista supostamente teria sido encontrada na documentação presente na sede do MFP-PP. O *Expresso* vai ainda mais longe, chegando a apontar o partido como “agrupamento para-militar de extrema-direita”⁵⁰⁵. No relatório oficial do 28 de Setembro são ainda apontados outros dados: publicação de um periódico com vista a desacreditar a política seguida pelo Governo Provisório e subverter o espírito do 25 de Abril; a posse de livros de extrema-direita, como os discursos e notas políticas de Salazar, *Anti-Marx* de Pequito Rebelo, *José António Primo de Rivera* de José Miguel Júdice e *El Libro Blanco del cambio de gobierno em Chile*, de Augusto Pinochet; ter estabelecido ligações com movimentos políticos fantoche nas colónias; a constituição por um grupo de jovens militantes de um Comité Nacionalista de Acção Revolucionária, que através de pintura de murais com frases ultra-reaccionárias pretendia dar a ilusão de uma organização clandestina de extrema-direita bem organizada⁵⁰⁶. Sucede, no entanto, que não foi até hoje possível provar a existência de qualquer arsenal bélico, para além de alguns cocktails molotov, barras e correntes de ferro e capacetes⁵⁰⁷, prática que, no contexto epocal, era recorrente em grande parte dos partidos, à esquerda e à direita. Não obstante, nenhum destes factos fere de forma alguma a legalidade.

A perseguição e ilegalização são também prova da relevância política do MFP-PP e um determinado estatuto de dominância nesta área política, na medida em que outros partidos não foram alvo de represálias de tal ordem: o PTDP não foi alvo de qualquer repressão, sendo que as direcções políticas do PDC e MPP escapam praticam incólumes à onda de prisões pós-28

⁵⁰³ CERVELLÓ, Joseph - *A Revolução Portuguesa e a sua influência na Transição Espanhola: 1961-1976*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1993, p.207

⁵⁰⁴ “Um Arsenal Bélico no Partido do Progresso” -*Diário de Lisboa*, 3 de Outubro de 1974, p.17; especificamente, apontava-se para a posse de inúmeros cocktails molotov, matracas, correntes de ferro, transmissores-receptores, megafones, bem como a referida lista de armamento que engloba: 200 pistolas-metralhadoras; 100000 munição de 9 milímetros, 50 lança-granadas de foguete- 3000 granadas, 1000 perfurantes, 1000 explosivos e 1000 incendiárias-, 100 metralhadoras ligeiras, 1000000 munições, 5000 granadas defensivas- 500 incendiárias e 200 de fumos-, 50 morteiros de calibre 60, 2000 G-3 com bandoleiras, 1000 dilagramas, 500000 munições, cinturões e carregadores para 2000 homens, 100 pistolas Mauser ou Walter, coldres e carregadores respectivos e 20 rádios Racal TR 28 e 100 AZT, todos com baterias de substituição.

⁵⁰⁵ “O Partido do Progresso visto através do seu arsenal”, *Expresso*, 5 de Outubro de 1974, pág.16

⁵⁰⁶ PEREIRA, António Maria- *A Burla do 28 de Setembro*, Amadora, Livraria Bertrand, 1976, p.240.

⁵⁰⁷ *Ibidem*- p.251; Entrevista a José Luís Andrade, Lisboa, Maio de 2022, o então dirigente do partido confirma a compra de 150 capacetes checo-eslovacos a um fornecedor da LISNAVE, com sede no Lumiar, negando capacidade financeira para compra de rádio-transmissores.

de Setembro⁵⁰⁸. No caso do PL, dado ter sido o grande protagonista político-partidário da manifestação, não poderia ter como resistir ou evitar as consequências político-militares.

No concernente às prisões levadas a cabo no âmbito dos acontecimentos de 28 de Setembro de 1974, devem entender-se por presos políticos os indivíduos sujeitos a detenção extrajudicial efectuada e mantida pelas autoridades militares com um fim político, como seja: neutralizar acções de contestação ou rebelião, impedir, independentemente de qualquer ilícito penal, a participação dos detidos na vida pública e social, ou desmobilizar partidos e correntes de opinião⁵⁰⁹. Na noite de 27 para 28 de Setembro de 1974, as detenções decididas pela Comissão Coordenadora e executadas dessa madrugada em diante através do COPCON, com a colaboração de militantes do PCP e do MDP-CDE, atingem cerca de 300 indivíduos, enquanto parte de um plano para impedir a manifestação. Entre as cerca de 300 pessoas presas a 28 de Setembro de 1974 e nos dias seguintes, estavam organizadores da manifestação da maioria silenciosa, activistas dos partidos e da imprensa da direita, antigos dirigentes do Estado Novo, e indivíduos investigados pelos Serviços de Coordenação da Extinção da PIDE-DGS e Legião Portuguesa⁵¹⁰.

A Comissão de Averiguação de 1976 detectou prisões efectuadas sem mandatos de captura regulares, e fora das horas legais. Muitos detidos não foram interrogados ou foram-no sem assistência de advogado, e as suas prisões prolongadas indefinidamente sem qualquer explicação, e com períodos de incomunicabilidade até 3 meses. Os presos viram ainda os seus nomes publicados na imprensa, tiveram as suas contas bancárias congeladas, e foram saneados ou despedidos de empregos⁵¹¹. No concernente ao MFP-PP, a maioria dos dirigentes conseguiu pôr-se em fuga do país, como foram os casos de Fernando Pacheco de Amorim, Luís de Oliveira Dias ou José Luís Andrade, contudo, assinalam-se, pelo menos três prisões por esta ocasião, as de José Valle de Figueiredo, José Miguel Júdice e Manuel Rebanda, havendo mais tarde, já em 1975, outras detenções de dirigentes do extinto MFP-PP, como foram os casos de José Luís Andrade, Artur Camarate dos Santos e Manuel Cavaleiro Brandão. Todos eles presos no Forte de Caxias.

⁵⁰⁸ MARCHI, Riccardo- *À direita da revolução: resistência e contra-revolução no PREC (1974-1975)*, Lisboa, Objectiva, 2020, pág.170 e 186

⁵⁰⁹ Cf. Rui Ramos, “Presos Políticos” in *Dicionário de História de Portugal: O 25 de Abril* coord de António Santos Reis, Maria Inácia Rezola e Paula Borges Santos -, Volume VII, Lisboa, Figueirinhas, 2016, p.63-72

⁵¹⁰ *Ibidem*

⁵¹¹ *Ibidem*

José Valle de Figueiredo é o dirigente que fica encarcerado durante mais tempo, cerca de oito meses, ficando, inclusive, uma noite em regime de solitária, sem comer ou beber, após um interrogatório. É apenas libertado apenas a 13 de Maio de 1975, altura em que parte para o Brasil para junto do general Spínola⁵¹². Quanto a Manuel Rebanda e José Miguel Júdice, ambos são libertados no mesmo dia, a 9 de Janeiro de 1975⁵¹³, passando um período de 3 meses na prisão de Caxias, com a nuance de Manuel Rebanda ser detido apenas a 30 de Setembro de 1974, ao passo que Júdice é preso logo na madrugada de 28 de Setembro. Manuel Rebanda destaca um episódio durante a sua estadia em Caxias referente ao roubo de todos os pertences dos reclusos por parte de um grupo do PCP, chefiado por Amândio de Carvalho, com a anuência dos guardas prisionais que mantiveram os reclusos fora das suas celas durante um período de várias horas⁵¹⁴. É-lhe roubada toda a sua correspondência, toda ela censurada antes de lhe ser entregue, bem como um retrato que lhe tinha sido oferecido por um colega de cela por ocasião do seu aniversário, a 12 de Dezembro de 1974⁵¹⁵. No caso de José Miguel Júdice, assinala-se, como factor de pressão psicológica e emocional, a sua colocação dentro do Forte de Caxias na exacta cela onde tinha estado detido pelo Estado Novo o seu pai aquando da sua já mencionada militância comunista⁵¹⁶. No decorrer da sua prisão, Júdice é ainda sujeito a interrogatórios relativos acerca da estruturação, actividade e meios financeiros do MFP-PP⁵¹⁷. Ambos são saneados dos seus respectivos postos de trabalho, José Miguel Júdice da docência na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra⁵¹⁸ e Manuel Rebanda dos serviços jurídicos no Sindicato dos Empregados de Escritório⁵¹⁹.

Já em 1975, são passíveis de assinar pelo menos 3 detenções referentes a ex-militantes do MFP-PP. Por via dos acontecimentos do 11 de Março de 1975, são detidos Manuel Cavaleiro Brandão⁵²⁰ e Artur Camarate dos Santos⁵²¹. Este último terá mesmo sido sujeito a uma simulação de fuzilamento como forma de ser pressionado a falar acerca de uma alegada

⁵¹² Entrevista a José Valle de Figueiredo, Porto, Maio de 2022

⁵¹³ JÚDICE, José Miguel- *Do Voluntarismo na Revolução Portuguesa*, Coimbra, JMAJ, 1976, p.9

⁵¹⁴ Entrevista a Manuel Rebanda, Coimbra, Abril de 2022

⁵¹⁵ Entrevista a Manuel Rebanda, Coimbra, Abril de 2022

⁵¹⁶ Entrevista a José Luís Andrade, Lisboa, Maio de 2022

⁵¹⁷ Entrevista a José Miguel Júdice, Lisboa, Dezembro de 2019

⁵¹⁸ Entrevista a José Miguel Júdice, Lisboa, Outubro de 2021

⁵¹⁹ Entrevista a Manuel Rebanda, Coimbra, Abril de 2022

⁵²⁰ *Ibidem*

⁵²¹ Entrevista a José Valle de Figueiredo, Porto, Maio de 2022

conspiração em que teria sido parte activa⁵²². No caso de José Luís Andrade, a sua detenção dá-se no decorrer do Verão Quente, em Agosto de 1975, na cidade de Évora, após o seu regresso de Madrid, para onde se tinha escapulado depois de ter tomado conhecimento do mandato de captura em seu nome derivado aos acontecimentos de 28 de Setembro, ficando de tido até Outubro seguinte no Forte de Caxias⁵²³. A sua prisão é, no entanto, originada por um novo mandato de captura, decorrente da aproximação feita por José Luís Andrade a um grupo de jovens em Lisboa para uma potencial adesão ao MDLP. Estes são, depois, detidos por publicidade feita ao movimento contra-revolucionário na Rua do Carmo, em Lisboa, fruto de uma infiltração de um elemento da COPCON neste grupo de jovens, denunciando posteriormente o nome de José Luís Andrade. Dada a sua formação militar é colocado junto dos membros das Forças Armadas que participaram no 11 de Março, passando 17 dias em isolamento. Destaca-se ainda um interrogatório de aproximadamente 8 horas de que foi alvo, conduzido por um alferes ultramarino do exército português, Lopes da Silva, partidário do PAIGC, tendo um símbolo do movimento no próprio camuflado militar, com um civil do PCP a desempenhar as funções de cabo escriturário. O interrogatório terá tido enfoque no tema do racismo e, sobretudo, em supostas movimentações do general Galvão de Melo, o que originou escaramuças entre o civil do PCP, que alegadamente tentaria agredir José Luís Andrade com a máquina de escrever, ao que este terá ripostado com a cadeira onde estava sentado no decorrer do interrogatório, sendo o conflito imediatamente sanado pelo alferes Lopes da Silva⁵²⁴.

O envolvimento político dos dirigentes do MFP-PP na Contra-Revolução

As prisões foram de facto fundamentais para desorganizar as forças políticas à direita, e para galvanizar os apoiantes da esquerda militar, tendo sido, portanto, um instrumento fundamental, não somente para anular adversários políticos, mas mormente para consubstanciar a viragem política da revolução, pelo que o nível de estruturação partidário do MFP-PP nunca mais seria retomado. Não apenas pelo conseqüente desmantelamento do partido e pela concretização do “entreguismo” propalado pelo PCP e extrema-esquerda quanto ao ultramar, mas, sobretudo, pelo efeito repressivo e dissuasor que tiveram as prisões políticas, bem como o impacto financeiro dos saneamentos de militantes e dirigentes mais activos do partido⁵²⁵. Para além destes factores, Fernando Pacheco de Amorim indica que a

⁵²² *Ibidem*

⁵²³ Entrevista a José Luís Andrade, Lisboa, Maio de 2022

⁵²⁴ *Ibidem*

⁵²⁵ Entrevista a Manuel Rebanda, Coimbra, Abril de 2022; Entrevista a José Miguel Júdice, Lisboa, Outubro de 2021

eliminação do Partido do Progresso levou a um engrossamento das fileiras do CDS e do PSD, na medida em que a massa do partido que não se remeteu para a vida privada, passou para a esfera dos partidos mais próximos⁵²⁶. O secretário-geral do Partido do Progresso faz ainda uma referência implícita à passagem dos ficheiros dos militantes da antiga ANP para o PPD aludindo a uma “transposição da mística do clube de futebol para a política”⁵²⁷. Freitas do Amaral é mais específico e menciona a integração do aparelho local da ANP no PPD, primeiramente rejeitado pelo CDS⁵²⁸. Assim, a militância transitória do MFP-PP após a sua extinção não tem qualquer dimensão organizada à excepção do gabinete político do MDLP integrado pela maioria do escol do partido entre Maio de 1975 e 25 de Novembro de 1975. Não obstante, no interlúdio de 28 de Setembro de 1974 até Maio de 1975, destaca-se a colaboração regular de José Miguel Júdice na publicação de um outro militante do MFP-PP, António Gomes de Pinho, denominada *Boletim de Informação e Análise*, entre Janeiro e Abril de 1975, bem como o testemunho político de Fernando Pacheco de Amorim escrito após a sua fuga do país para Madrid na sequência do 28 de Setembro de 1974.

Desta feita, nestes 4 meses, a participação política de José Miguel Júdice faz-se de forma indirecta e subtil, exclusivamente através dos textos publicados no *Boletim de Informação e Análise*. Textos cujo próprio autor assume não terem tratado alguns dos pontos mais sacralizados pelo poder revolucionário, como era o caso da descolonização- tema central para a consciência nacionalista-, para além de uma natural moderação na exposição de determinados raciocínios políticos, dada a impossibilidade de uma actuação mais pungente que resultaria em presumível nova prisão pelas autoridades revolucionárias⁵²⁹. José Miguel Júdice declara como objectivo destes meses erigir bases teóricas que pudessem sedimentar uma aliança táctica entre a ala spinolista e o sector de Melo Antunes, que mais tarde se consolidaria na ala dos moderados⁵³⁰, devidamente caracterizada no segundo capítulo do presente texto. É, novamente, a aplicação, ainda que descaracterizada, da ideia do frentismo que acompanha Júdice ao longo da sua militância desde o nacionalismo revolucionário da Cidadela. Ambição que encontrava uma lógica racional nas movimentações político-militares

⁵²⁶ AMORIM, Fernando Pacheco de- *Portugal Traído*, Madrid, Edição do Autor, 1975, p.148

⁵²⁷ *Ibidem*- p.151

⁵²⁸ AMARAL, Diogo Freitas do- *O Antigo Regime e a Revolução: memórias políticas (1941-1975)*, Venda Nova, Bertrand Editora, 1995, p.185

⁵²⁹ JÚDICE, José Miguel- *Do Voluntarismo na Revolução Portuguesa*, Coimbra, JMAJ, 1976, p.10; De resto, Júdice viria ainda a ser detido novamente a 11 de Março de 1975, sendo, no entanto, imediatamente libertado dada a sua inoperância política

⁵³⁰ *Ibidem*- p.12

que pendiam para uma recuperação de protagonismo da ala spinolista, consubstanciadas, principalmente, nos resultados favoráveis nos Conselhos das Armas, mas também pela aprovação de uma moção de desconfiança à Comissão Coordenadora pela Escola Prática de Cavalaria, comandada pelo spinolista Rafael Durão, que se estende a outras Regiões Militares⁵³¹. De facto, não tendo havido uma aliança táctica declarada entre estas facções dada a cadeia de eventos precipitada pelo 11 de Março de 1975⁵³², estabeleceram-se, pela ocasião dos acontecimentos de 25 de Novembro de 1975, contactos entre estes dois grupos, já com grande parte do que restava do spinolismo enquadrado no MDLP⁵³³.

Nesta renovada ideia frentista de Júdice sobressai a defesa empírica da institucionalização do MFA e da subsequente legalidade revolucionária, na medida em que “numa sociedade em que as fontes de poder não estão institucionalizadas, não existe realmente um Estado”. Júdice assume a premissa, verosímil, de que o real centro do poder político residia no MFA, havendo uma identificação entre Estado e MFA. Daí defende que a sua institucionalização é um passo conducente a um Estado pós-revolucionário⁵³⁴, porventura aqui tenha pesado a experiência política gorada de Spínola enquanto chefe de Estado.

Outro dado importante nesta participação política subtil de Júdice, são as interpretações do “universo socialista”⁵³⁵ que revelam a continuidade da busca constante de uma terceira via, reafirmando a crença na ruptura revolucionária de abril e a rejeição do “quadro plutocrático caetanista⁵³⁶”. Júdice reorienta a sua constante procura por uma terceira via socioeconómica ajustado ao novo contexto, o da proeminência do socialismo, em detrimento do corporativismo do passado, algo que, de alguma forma, já era notório com a influência de Edgar Faure, gaullista de esquerda. Sendo certo que tal reorientação tem também de ser entendida à luz da intencionalidade de uma aproximação com o socialismo terceiro-mundista

⁵³¹ REZOLA, Maria Inácia *Os Militares na Revolução de Abril. O Conselho da Revolução e a Transição para a Democracia em Portugal*, Lisboa, Campo da comunicação, 2006, pág 127

⁵³² CERVELLÓ, Joseph- *A Revolução Portuguesa e a sua influência na Transição Espanhola: 1961-1976*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1993, p.223; dos conturbados eventos, ainda hoje não totalmente aclarados na historiografia, destaca-se o avanço revolucionário no sentido da linha gonçalvista do MFA, bem como o total desmantelamento da linha spinolista, por via de saneamentos militares e prisões, e decorrentes fugas do país, como foi o caso do próprio general Spínola, sendo que o restaria da oficialidade mais conservadora acabaria tacticamente por se alinhar e dar forma ao grupo dos moderados.

⁵³³ Contactos que ainda hoje são polémicos, dado não haver consenso entre as versões de parte a parte, contudo é possível apontar uma reunião em casa de Valentim Loureiro, entre Vítor Alves e Alpoim Calvão para negociar o regresso dos spinolistas ao país; Cf. DÂMASO, Eduardo- *A Invasão Spinolista*, Lisboa, Fenda, 2012, p.75

⁵³⁴ JÚDICE, José Miguel- *Do Voluntarismo na Revolução Portuguesa*, Coimbra, JMAJ, 1976, p.28

⁵³⁵ *Ibidem*- p.13

⁵³⁶ *Ibidem*- p.11

de Melo Antunes⁵³⁷. Esta intenção faz-se notar, particularmente, quando Júdice diz entender que há uma convergência de correntes políticas na procura de novas formas de ordenamento político-social: “as mais variadas pessoas, com as mais diversas origens sociológicas e ideológicas, que têm em comum a recusa do sistema capitalista em qualquer das suas formas, a rejeição da via gradualista social-democrata, a oposição ao sistema burocrático do bloco soviético e às condicionantes ideológicas que o justificam”⁵³⁸. O seu realinhamento dentro da esfera da terceira via é reiterado já no período de acção contra-revolucionária, e portanto sem constrangimentos de liberdade expressão, afirmando que a procura da terceira via teria de ser feita indiscutivelmente dentro do âmbito do universo socialista, dado que a política tem de estar “incarnada nas linhas de força dominantes”, considerando que o nacionalismo revolucionário de então teria de ser socialista, pois se o não fosse, acabaria por se tornar “uma mera ideologia de justificação para aumentar a aceitabilidade social de grupos de cariz capitalista conservador”⁵³⁹.

Na prossecução desta retemperada concepção socioeconómica, destacam-se os artigos sobre a Revolução Peruana. Há uma continuação da ideia terceiro-mundista cerceada no binómio nacionalismo-questão social, com o nacionalismo a centrar-se, sobretudo, no princípio da independência nacional, desprovido do carácter ultramarino, numa concepção político-económica mais próxima das ideias de Melo Antunes⁵⁴⁰. Dentro desta cosmovisão socioeconómica, Júdice recupera tacitamente a ideia de participação dos trabalhadores na empresa com o projecto peruano de uma “democracia social de plena participação baseada numa economia pluralista assente na propriedade social dos meios de produção”⁵⁴¹. Destaca-se ainda, a partir do exemplo peruano, uma renovada rejeição do primado da plutocracia sobre o Estado-nação e da luta contra a oligarquia financeira sedeada em interesses estrangeiros, aproveitando, desta feita, para assinalar subtilmente o seu já antigo anti-americanismo⁵⁴².

No fundo, Júdice mantém a coerência política cerceada nas mundividências do nacionalismo-revolucionário, mas agora através de uma roupagem socializante na linguagem dialéctica utilizada, e por isso mais atractiva ao *status quo* político e convergente com os seus slogans. Desta forma, procura em simultâneo isolar doutrinariamente os sectores comunistas da

⁵³⁷ *Ibidem*- p.13

⁵³⁸ *Ibidem*- p.55

⁵³⁹ *Ibidem*- p.138

⁵⁴⁰ *Ibidem*- p.89

⁵⁴¹ *Ibidem*- P.93

⁵⁴² *Ibidem*- p.88-91

revolução através dos seus textos e construir pontes ideológicas entre o spinolismo e as veleidades de um socialismo terceiro-mundista de Melo Antunes e seu grupo.

A aproximação ao campo político-económico do socialismo não traz, contudo, uma aproximação sociopolítica com a classe dirigente do MFA, confirmando apenas o tacticismo de circunstância que pautou as intervenções de José Miguel Júdice tendentes a uma aliança entre spinolistas e “melo-antunistas” até à sua adesão ao MDLP. Já enquanto membro do gabinete político desta organização, confessa: “Na base de motivação deles encontro um misto de populismo e de complexidade de culpa, um desejo quase doentio de popularidade, uma crença absoluta na capacidade popular inorgânica e na pureza de intenções do proletariado. Como além disso estão desprovidos de uma sólida formação política vêm-se impossibilitados de agir realisticamente de acordo com uma estratégia orientada para a garantia de avanços sem os arriscar irremediavelmente”⁵⁴³.

O comportamento político de Fernando Pacheco de Amorim contrasta com a característica acção frentista de José Miguel Júdice. Pacheco de Amorim, opta por uma postura agressiva através da denúncia das vicissitudes políticas que condicionaram a actuação do MFP-PP e defraudaram as promessas políticas feitas genericamente a toda a comunidade nacional pelo MFA. Desde logo, assinala a violação da plena expressão de todas as correntes políticas, bem como da liberdade de opinião e imprensa⁵⁴⁴, apontando também às prisões políticas enquanto instrumento intimidatório para a acção e militância das direitas, através da utilização do COPCON enquanto polícia política⁵⁴⁵. No concernente ao poder político-militar e decorrentes instituições assinalam-se dois aspectos. Por um lado, a contestação à legitimidade da Assembleia Constituinte com base no facto do poder político-militar não se ter abtido de qualquer atitude que pudesse condicionar a liberdade das eleições e da tarefa da Assembleia Constituinte, sendo disso exemplo a exclusão arbitrária do MFP-PP, mas também do PL e PDC⁵⁴⁶. Por outro lado, a denúncia do salto político da revolução, violando o carácter conjuntural do governo, impedido de assumir reformas estruturais de qualquer ordem antes de serem sufragadas, bem como o falhanço no controlo da inflacção e do aumento do custo de vida enquanto outro dos objectivos do programa do MFA⁵⁴⁷.

⁵⁴³ *Ibidem*- p.173

⁵⁴⁴ AMORIM, Fernando Pacheco de- *Manifesto contra a Traição*, nº2, Braga, Edição do Autor, 1975, p.10

⁵⁴⁵ AMORIM Fernando Pacheco de- *Portugal Traído*, Madrid, Edição do Autor, 1975, p.189

⁵⁴⁶ AMORIM, Fernando Pacheco de- *Manifesto contra a Traição*, nº2, Braga, Edição do Autor, 1975, p.16

⁵⁴⁷ *Ibidem*- p.32

Os primeiros relatos de envolvimento de elementos do MFP-PP em movimentações contra-revolucionárias datam ainda antes do surgimento do MDLP. Um relatório elaborado pelo general Lopes Pires, no âmbito do Estado Maior General das Forças Armadas, após os eventos de 11 de Março, data de 17 de Fevereiro a informação veiculada por elementos da Região Militar do Norte da existência de uma rede clandestina integrada por antigos quadros do MFP-PP conjuntamente com um americano de nome John Morgan e pelos oficiais saneados, Vasco Simas e Gilberto Santos e Castro⁵⁴⁸. Esta referência corresponde à denúncia do Exército de Libertação Português (ELP) pelo comandante desta Região Militar à época, Eurico Corvacho, numa reunião com elementos da Junta de Salvação Nacional, da Comissão Coordenadora do MFA e elementos da COPCON⁵⁴⁹.

Não obstante, essa informação dificilmente corresponderia à realidade, na medida em que, não só Gilberto Santos e Castro viria a ser um dos principais operacionais do MDLP⁵⁵⁰, responsável pela secção ultramarina, como a única dinâmica de grupo com âmago no MFP-PP existente após o 28 de Setembro de 1974 foi, como já mencionado, a integração de grande parte do escol dirigente no gabinete político do MDLP. Para além disso, houve, inclusive, uma relação tensa de rivalidade entre os dois movimentos contra-revolucionários, sendo que Diogo Pacheco de Amorim atesta que não havia qualquer laço político do gabinete político do MDLP, de que viria a fazer parte, com os elementos do ELP, por eles considerados como indivíduos sem qualquer adesão à realidade, presos ao quadro conceptual do fascismo⁵⁵¹. Pese embora o facto de alguns destes indivíduos do ELP terem transitado do MAP, como são os casos de Rodrigo Emílio e Goulart de Nogueira, tendo estado de alguma forma ligados à órbita organizadora das direitas que foi a Cidadela, e principalmente à OTUC, em Coimbra, e nessa medida desenvolvido contactos nos anos finais do regime cessante com elementos do MFP-PP, conforme já explanado no primeiro capítulo.

⁵⁴⁸ Gilberto Santos e Castro (1928-1986) – Militar de carreira no Exército, destaca-se pela sua concepção integracionista ultramarina, sendo governador distrital do Cuanza Norte no ano de 1971. Após a revolução, assume as tropas da FNLA após os acordos de Alvor, juntando-se mais tarde ao MDLP.

⁵⁴⁹ MARCHI, Riccardo: *À direita da revolução: resistência e contra-revolução no PREC (1974-1975)*, Lisboa, Objectiva, 2020, p.314

⁵⁵⁰ Cf. Riccardo Marchi, “Movimento Democrático de Libertação de Portugal” in *Dicionário de História de Portugal: O 25 de Abril* coord de António Santos Reis, Maria Inácia Rezola e Paula Borges Santos, Volume VII, Lisboa, Figueirinhas, 2016, p.67

⁵⁵¹ Entrevista a Diogo Pacheco de Amorim, Lisboa, Maio de 2022

Carlos Dugos vai mais longe, considerando o MDLP e o ELP continuacões políticas directas do MFP-PP e do PL, respectivamente⁵⁵². Algo que, tendo em conta os dados aflorados ao longo deste capítulo, não tem qualquer cabimento, seja pelo desmantelamento da estrutura organizacional do MFP-PP e demais dirigentes que se remeteram à vida privada, ou mesmo pela não identificação com a cúpula do MDLP, como foi o caso de José Luís Andrade, que, embora contribuindo para a dinâmica contra-revolucionária, nunca viria a militar no MDLP⁵⁵³. O mesmo vale relativamente à associação entre ELP e PL, pese embora alguns elementos daquele partido estivessem entre os fundadores do organismo contra-revolucionário- como Francisco Van Uden na parte militar, ou José Hipólito Raposo, Almeida Araújo e António Ávila na componente política-, há uma larga amplitude ideológica e militante dentro da organização, desde monárquicos liberais a nacionalistas fascizantes como são o caso dos elementos do MAP⁵⁵⁴.

O MDLP constitui-se com o beneplácito do general Spínola, seu líder, a 12 de Maio de 1975. A estrutura organizativa do MDLP caracterizava-se pelo seu policentrismo, dada a divisão em várias secções, destacando-se, dado o objecto de estudo do presente texto, o já referido gabinete político constituído pelos seguintes militantes do MFP-PP: José Valle de Figueiredo, Fernando Pacheco de Amorim, Diogo Pacheco de Amorim, Luís Sá Cunha, José Miguel Júdice, António Marques Bessa⁵⁵⁵. A secção operacional era liderada por Alpoim Calvão, interligada por uma rede de acção interna, liderada por Morais Jorge⁵⁵⁶, e um serviço de informações, liderado por Jorge Braga, existindo também a já referida secção ultramarina, liderada por Gilberto Santos e Castro e um gabinete de relações exteriores assegurado, em Paris, por Sanches Osório⁵⁵⁷, sendo que as finanças do MDLP eram superintendidas por Cotta

⁵⁵² DUGOS, Carlos- *MDLP-ELP: O que são?*, Amadora, Edições Acrópole, 1976, p.39

⁵⁵³ Entrevista a José Luís Andrade, Lisboa, Maio de 2022; José Luís Andrade não tinha identificação política com a liderança do general Spínola, conforma referido no capítulo anterior, sentindo também desconfiança face a outro protagonista do MDLP, Alpoim Calvão.

⁵⁵⁴ MARCHI, Riccardo: *À direita da revolução: resistência e contra-revolução no PREC (1974-1975)*, Lisboa, Objectiva, 2020, p.304

⁵⁵⁵ António Marques Bessa (1949-) -Licenciado em política ultramarina, depois doutorado em ciências sociais, exila-se em Espanha após o 28 de Setembro de 1974, fazendo parte do MDLP. Mais tarde seria fundador da revista *Futuro Presente*.

⁵⁵⁶ Entrevista a Diogo Pacheco de Amorim, Lisboa, Maio de 2022: O membro do gabinete político do MDLP destaca a rede de acção interna como a secção militar que, de facto, funcionava realisticamente no terreno, atribuindo tanto à secção operacional como à do ultramar um grau de organização muito embrionário.

⁵⁵⁷ Cf. Riccardo Marchi, “Movimento Democrático de Libertação de Portugal” in *Dicionário de História de Portugal: O 25 de Abril* coord de António Santos Reis, Maria Inácia Rezola e Paula Borges Santos, Volume VII, Lisboa, Figueirinhas, 2016, p.67

Dias⁵⁵⁸. Após uma breve passagem por Madrid depois da saída de Caxias a 13 Maio de 1975, José Valle de Figueiredo, viaja para o Brasil, através dos contactos de Luís Oliveira Dias, que por sua vez já se encontrava no país desde os acontecimentos de 28 de Setembro de 1974, onde é destacado como adjunto civil do general Spínola em Junho de 1975⁵⁵⁹, sendo o elemento de ligação entre o gabinete político da organização e o seu líder⁵⁶⁰. Valle de Figueiredo, que confirma o carácter embrionário do MDLP, aponta a excessiva confiança que o general depositava em Veiga Simão como uma das principais motivações para o atraso na estruturação organizacional. Veiga Simão, alegadamente, prometia recorrentemente ao general, via telefónica, um eminente financiamento dos Estados Unidos que tardava em chegar, pelo que Valle de Figueiredo, estabelecido no Brasil, terá, na qualidade de adjunto-civil do líder do MDLP, persuadido o general a avançar para esforços organizativos obliterando Veiga Simão da equação⁵⁶¹. Não obstante, segundo Eduardo Dâmaso, o apoio dos Estados Unidos ao MDLP do General Spínola terá sido uma hipótese bastante real, acabando a diplomacia daquele país por apostar no PS de Mário Soares⁵⁶².

De facto, os esforços organizativos para que surgisse um movimento contra-revolucionário na esfera spinolista já estariam a ser desenvolvidas desde o final de Março de 1975, por intermédio de Alpoím Calvão, que chega a Madrid foragido de Portugal a 18 de Março⁵⁶³. Confirmando também a não identificação política com o ELP, Alpoím Calvão diz ter contactado com elementos isolados do MFP-PP, avançando os nomes de António Marques Bessa, José Miguel Júdice e José Valle de Figueiredo⁵⁶⁴. Não obstante, Alpoím Calvão, enquanto chefe operacional não teve qualquer influência nem envolvimento no trabalho político do MDLP⁵⁶⁵, sendo que os militares da organização contra-revolucionária nutriam

⁵⁵⁸ Manuel Cotta Dias (1929-) -Licenciado em direito pela Universidade de Lisboa, fez carreira nos organismos corporativos de regulação do Estado Novo, tendo sido dirigente da União Nacional, estabelecendo-se como vice-presidente da comissão central da rebaptizada Acção Nacional Popular em 1970, sendo deputado pelo círculo de Évora à Assembleia Nacional de 1969 a 1973, ocupava o cargo de ministro da Economia aquando do 25 de Abril de 1974.

⁵⁵⁹ Entrevista a José Valle de Figueiredo, Porto, Maio de 2022

⁵⁶⁰ Entrevista a Diogo Pacheco de Amorim, Lisboa, Maio de 2022

⁵⁶¹ Entrevista a José Valle de Figueiredo, Porto, Maio de 2022

⁵⁶² DÂMASO, Eduardo- *A Invasão Spinolista*, Lisboa, Fenda, 2012, p.134

⁵⁶³ CALVÃO, Guilherme Alpoím- *De Conakry ao M.D.L.P.: dossier secreto*, Lisboa, Intervenção, 1976, p.142

⁵⁶⁴ O que, atendendo ao facto de que apenas António Marques Bessa estava já estabelecido em Espanha após o 28 de Setembro, chegando Júdice e Valle de Figueiredo apenas em Maio, permite inferir que apenas nesse mês poderá ter havido contacto conjunto com estas 3 individualidades do MFP-PP.

⁵⁶⁵ MARCHI, Riccardo: *À direita da revolução: resistência e contra-revolução no PREC (1974-1975)*, Lisboa, Objectiva, 2020, p.269

mesmo um certo desprezo pelo gabinete político⁵⁶⁶. A opinião de Sanches Osório sobre o gabinete político é ilustrativa disso mesmo, considerando-o de “extremíssima direita, gente com quem eu não tinha nada a ver e me parecia pactuar imenso com o ELP”⁵⁶⁷.

O documento fundador do MDLP confirmava um reajustamento político de todos os envolvidos, na medida em que a descolonização por via da entrega imediata do poder aos movimentos guerrilheiros marxistas-leninistas era já tido como facto político consumado, passando, desta feita, a ser o anti-comunismo o principal móbil de acção política, fazendo da implantação de uma democracia de tipo ocidental o principal objectivo⁵⁶⁸. Não obstante, a influência política do argumentário do MFP-PP nos princípios fundacionais do MDLP faz-se notar através da ideia socioeconómica de terceira via, com o segundo dos quatro pontos a enunciar a promoção de uma “política de justiça social, com o respeito da propriedade privada sempre que esta não for anti-social”⁵⁶⁹. No concernente ao programa político, parte-se, desde logo, da ideia de defesa da legalidade, aludindo à “traição dos princípios fundamentais do programa do MFA”, denunciando a violação sistemática das liberdades de expressão, associação e reunião, bem como a arbitrariedade dos processos de saneamento em todos os sectores da sociedade e da economia⁵⁷⁰. Para além da recuperação deste raciocínio jurídico-político utilizado pelo MFP-PP, o agora gabinete político junta as denúncias de coacção sobre o poder judicial, aludindo à falta de separação de poderes, e de atribuição de poderes de polícia política às Forças Armadas, utilizando estas motivações para justificar o objectivo de impedir em Portugal a “instauração de uma ditadura marxista-leninista ou do proletariado”⁵⁷¹. Destaca-se também o reforço da ideia bonapartista, recuperando praticamente a então proposta de revisão da lei constitucional de Palma Carlos, partindo da ideia de destituição de todas as autoridades políticas, amnistia e libertação dos presos políticos e saneamento das Forças Armadas dos responsáveis pela “manutenção e implantação de um sistema totalitário em Portugal”⁵⁷². Assim, propõe a eleição por sufrágio universal do Presidente da República no prazo de dois meses após a tomada de poder, a plebiscitação de uma Constituição que indique direitos e deveres, formas de participação, organização económico-social e estrutura

⁵⁶⁶ *Ibidem*

⁵⁶⁷ DÂMASO, Eduardo- *A Invasão Spínolista*, Lisboa, Fenda, 2012, p.134

⁵⁶⁸ CALVÃO, Guilherme Alpoim- *De Conakry ao M.D.L.P.: dossier secreto*, Lisboa, Intervenção, 1976, p.142

⁵⁶⁹ *Ibidem*- p.156

⁵⁷⁰ RODRIGUES, Luís Nuno- *Spínola*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2010, pág.572

⁵⁷¹ *Ibidem*

⁵⁷² Cf. MARCHI, Riccardo- *As direitas radicais na transição democrática portuguesa, Ler história*, nº63, p.125-141

do Estado, e a nomeação de um governo civil com “personalidades independentes” escolhidas segundo critérios de competência⁵⁷³. Para além do bonapartismo, ressalva-se a recuperação da ideia municipalista- propondo uma reforma administrativa que “desconcentre e descentralize o poder, reactivando a vida das comunidades locais”, com a realização de eleições administrativas-, bem como do princípio da independência nacional, aqui já não com uma concepção terceiro-mundista, mas defendendo a neutralidade perante os grandes blocos políticos como base indispensável para a independência política e económica⁵⁷⁴. Ainda na esfera do contributo político directamente relacionado com o MFP-PP, destaca-se o contacto com refugiados guineenses anti-PAIGC, liderados por Nicolau Martins, ex-presidente da já mencionada Liga Popular dos Guinéus⁵⁷⁵. É, todavia, passível de se assinalar um determinado deslumbramento político da parte do ex-líder do MFP-PP, Fernando Pacheco de Amorim, que alegadamente terá sido um dos instigadores da ideia de um governo português no exílio do MDLP, apresentando inclusive um modelo de governo e distribuindo convites nesse sentido⁵⁷⁶. De resto, pode também afirmar-se que todo o trabalho político deste gabinete era remunerado, algo confirmado tanto por Diogo Pacheco de Amorim⁵⁷⁷, como por José Miguel Júdice⁵⁷⁸.

Ainda em Agosto, o MFP-PP é novamente referenciado no contexto nacional, com o COPCON, em comunicado à imprensa, a denunciar a suposta actividade de militantes dos extintos Partido Nacionalista Português e MFP-PP de manterem células activas nos bastidores das revoltas violentas⁵⁷⁹. Sendo que, de acordo com Eduardo Dâmaso, ao longo do Verão Quente, através da colaboração MDLP-Maria da Fonte, o nome do MFP-PP era ainda publicitado como “partido representativo da força e voz do povo português”⁵⁸⁰. Não sendo possível confirmar ou desmentir a informação veiculada à época pelo COPCON, no caso da pretensa publicidade feita já no Verão Quente às siglas do MFP-PP, tal dificilmente terá acontecido. Não apenas pelo seu desmantelamento datar de cerca de 11 meses antes de Agosto de 1975, mas também pelo facto do Plano Maria da Fonte ter como principal elo de

⁵⁷³ *Ibidem*

⁵⁷⁴ *Ibidem*

⁵⁷⁵ DÂMASO, Eduardo- *A Invasão Spinoquista*, Lisboa, Fenda, 2012, anexo 1

⁵⁷⁶ *Ibidem*- p.130; Fernando Pacheco de Amorim terá convidado pessoalmente José Avides Moreira para o suposto cargo de ministro da Presidência

⁵⁷⁷ Entrevista a Diogo Pacheco de Amorim, Lisboa, Maio de 2022

⁵⁷⁸ Entrevista a José Miguel Júdice, Lisboa, Outubro de 2021

⁵⁷⁹ MARCHI, Riccardo: *À direita da revolução: resistência e contra-revolução no PREC (1974-1975)*, Lisboa, Objectiva, 2020, p.233

⁵⁸⁰ DÂMASO, Eduardo- *A Invasão Spinoquista*, Lisboa, Fenda, 2012, p.69

ligação no MDLP, Sanches Osório, cuja animosidade para com os elementos ex-Partido do Progresso já foi supramencionada, sendo completado o triunvirato deste plano de acções por Paradela de Abreu⁵⁸¹ e Jorge Jardim⁵⁸². Este último deixou também patente o seu distanciamento político para com Fernando Pacheco de Amorim⁵⁸³. Destaca-se também o facto de todos os envolvidos no gabinete político do MDLP negarem categoricamente o seu envolvimento em quaisquer actividades de índole violenta, como foi precisamente o caso das acções desenvolvidas em torno do Plano Maria da Fonte, cingindo-se, nessa matéria, à emissão de pareceres políticos sobre pedidos de acção pela parte operacional e à genérica produção de material político-ideológico⁵⁸⁴, Dâmaso assinala a redacção de um projecto constitucional e um outro de organização administrativa do país⁵⁸⁵.

Segundo Diogo Pacheco de Amorim, o projecto de Alpoím Calvão de uma eventual intervenção militar em Portugal com vista à tomada de poder não tinha qualquer adesão à realidade, dado que o MDLP não possuía na sua estrutura organizacional capital humano para tal plano de acção. No seu entender, não representava mais do que uma estrutura de base⁵⁸⁶ a ser utilizada caso os acontecimentos militares de 25 de Novembro pendessem para a corrente gonçalvista próxima do PCP e anarco-revolucionária com epicentro em Otelo Saraiva de Carvalho próxima da extrema-esquerda⁵⁸⁷. De facto, Eduardo Dâmaso assinala como principal contributo do MDLP o “clima de guerra-civil” que gerou no país em conjunto com o Plano Maria da Fonte⁵⁸⁸, esse sim com capacidade de intervenção militar relevante demonstrada nas acções contra-revolucionárias violentas levadas a cabo no Centro e Norte do

⁵⁸¹ Waldemar Paradela de Abreu (1932-2003) – Jornalista de profissão, foi fundador da editora Estampa e depois editor das Arcádia, responsável pela publicação de *Portugal e o Futuro* do General Spínola. Após a revolução fundador e dirigente do Movimento Maria da Fonte, responsável pela contra reacção anti-comunista a Norte e pelo assalto a várias sedes do PCP e outros partidos de extrema-esquerda, durante o Verão Quente de 1975.

⁵⁸² Jorge Jardim (1919-1982) -Licenciado em agronomia pelo Instituto de Superior de Agronomia, é subscretário do Comércio de Salazar aos 29 anos, afastando-se mais tarde por motivações familiares, desenvolve a crença da independência de Moçambique, sendo associado a planos rodesianos dada a sua amizade com Ian Smith.

⁵⁸³ *Ibidem*- p.130

⁵⁸⁴ Entrevista a José Miguel Júdice, Lisboa, Dezembro de 2019, Júdice lembra pedidos de parecer sobre a possibilidade de assassinato do General Costa Gomes por parte de alguns operacionais, bem como acerca da do rebentamento de pontes. Há, portanto, pelo menos um distanciamento total daquilo que eram os intentos de alguns homens do terreno do MDLP para com o pensamento dos elementos do gabinete político. Alguns destes operacionais, sem enquadramento após a normalização democrática, seriam integrados na CODECO, organização bombista formada em 1976.

⁵⁸⁵ DÂMASO, Eduardo- *A Invasão Spinolista*, Lisboa, Fenda, 2012, p.9

⁵⁸⁶ Entrevista a Diogo Pacheco de Amorim, Lisboa, Maio de 2022; Pacheco de Amorim concretiza essa estrutura numa quinta destinada a treino militar a cerca de 100 quilómetros de Madrid e na rede de acção interna do movimento capacitada na recolha de informações

⁵⁸⁷ Entrevista a Diogo Pacheco de Amorim, Lisboa, Maio de 2022

⁵⁸⁸ DÂMASO, Eduardo- *A Invasão Spinolista*, Lisboa, Fenda, 2012, p.99

país, ainda que com o devido enquadramento técnico-militar prestado pelo MDLP⁵⁸⁹. O testemunho de Júdice é concomitante com este entendimento: “A decisão do MDLP de não abandonar uma perspectiva democrática e de não sair de uma posição de reserva estratégica não accionável enquanto subsistissem um mínimo de condições para uma solução pacífica do conflito veio a revelar-se correcta e a contribuir para a provocação comunista última”⁵⁹⁰.

Todavia, esta posição não terá sido necessariamente consensual entre os ex-militantes do MFP-PP. A normalização do contexto político-revolucionário que se segue aos acontecimentos de 25 de Novembro de 1975⁵⁹¹ é alvo de uma análise publicada pelo gabinete político do MDLP a 9 de Dezembro desse mesmo ano, evidenciando uma expectativa política ainda substancial de fazer uma viragem à direita no regime político, após a impossibilidade de exploração dos eventos do 25 de Novembro. A intencionalidade implícita no comunicado é, sobretudo, a da ilegalização do PCP, acusando-o de todas as manobras político-militares das semanas antecedentes ao 25 de Novembro de 1975, entendendo o PCP como responsável pela intentona iniciada nessa madrugada para recuperar a influência perdida com a queda do V Governo Provisório de Vasco Gonçalves, manipulando outras plataformas de extrema-esquerda, como os SUV (Soldados Unidos Vencerão) e a FUR (Frente de Unidade Revolucionária). Para o gabinete político do MDLP o envolvimento da extrema-esquerda nestas movimentações era, pelo menos, necessário para que o PCP pudesse proteger o seu espaço político, dado que o perigo de ser ultrapassado pela sua esquerda lhe exigia o controlo desses actores políticos ou a sua destruição, como, em sua opinião o desfecho dos acontecimentos veio a ditar. Para além disto, entendem ainda que também PS como PPD não souberam explorar o sucesso político, pelo que o “25 de Novembro só aparentemente foi um 11 de Março ao contrário”. Na opinião do gabinete político, tal sucede pela “essência paralisante” do regime, centrado no eixo do poder, que situam no PS e no “grupo dos nove”, ainda que concluem que o 25 de Novembro representou uma “mobilização anti-comunista” de apoio ao VI Governo Provisório, mas que se situam “muito mais à direita de qualquer partido

⁵⁸⁹Cf. Riccardo Marchi, “Maria da Fonte, Plano” in *Dicionário de História de Portugal: O 25 de Abril* coord de António Santos Reis, Maria Inácia Rezola e Paula Borges Santos, Volume VI, Lisboa, Figueirinhas, 2016, p.331

⁵⁹⁰JÚDICE, José Miguel- *Do Voluntarismo na Revolução Portuguesa*, Coimbra, JMAJ, 1976, p.219

⁵⁹¹ CERVELLÓ, Joseph - *A Revolução Portuguesa e a sua influência na Transição Espanhola: 1961-1976*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1993, p.259

do governo”, pelo que não tendo a clarificação militar resultado numa viragem política, o MDLP ganharia espaço para implementar o seu projecto político⁵⁹².

O 25 de Novembro não foi, portanto, o fim político do MDLP, mas o começo de uma desmobilização progressiva destas individualidades, que regressariam maioritariamente só em 1976 a Portugal, dada a necessidade de negociar uma estratégia de regresso dos spinolistas, pese embora esta data assinale o final das suas actividades subversivas em território português. De resto, a suspensão de actividade do MDLP só seria oficialmente anunciada a 29 de Abril de 1976, sendo que Luís Oliveira Dias e Valle de Figueiredo estariam até ao fim com o general Spínola, envolvidos no “Caso Walraff”, a 25 de Março de 1976⁵⁹³, demonstrativo, não apenas da inabilidade política que o general foi demonstrando ao longo do período revolucionário, mas também das incertezas quanto àquilo que, de facto, seriam as intenções do general com o MDLP.

⁵⁹² CALVÃO, Guilherme Alpoim- *De Conakry ao M.D.L.P.: dossier secreto*, Lisboa, Intervenção, 1976, p.164-171

⁵⁹³ José Valle de Figueiredo e Luís Oliveira Dias terão convencido o general a deslocar-se a Colónia, na Alemanha, para reunirem com elementos da extrema-direita alemã, ligados a Joseph Strauss, que estariam disponíveis para fornecer armas à organização clandestina; Cf. MARCHI, Riccardo: *À direita da revolução: resistência e contra-revolução no PREC (1974-1975)*, Lisboa, Objectiva, 2020, p.233

CONCLUSÃO

O Movimento Federalista Português- Partido do Progresso, um dos primeiros movimentos políticos a surgir após o 25 de Abril de 1974, destacou-se, desde a sua fundação, por ser o mais estruturado e mais bem organizado dos partidos à direita do espectro político. Este factor organizacional é, de resto, decisivo para o papel liderante que desempenhou na sua área política, mas tem também uma motivação fundamental para isso, na medida em que o MFP-PP transporta para o novo regime uma estrutura política e um edifício ideológico construídos durante os anos finais do Estado Novo. Esta é uma característica que só poderá ser imputada ao PCP, o mais bem estruturado dos partidos pelas décadas de existência prévia e resistência ao regime cessante, ao PPD, que pese embora a heterogeneidade ideológica, possui um grupo com experiência política conjunta adquirida ao longo de 4 anos na Assembleia Nacional e ao PS, fundado em 1973 na Alemanha, mas tributário da Acção Socialista Portuguesa criada em 1964 e com apoios significativos da Internacional Socialista, gozando também do prestígio internacional que o seu líder soube granjear. Nem mesmo o CDS, pese embora a capacidade técnica obtida nos organismos corporativos e governativos do marcelismo por parte dos fundadores, estava dotado de semelhante capacidade organizacional, surgindo, de resto, mais tarde e com o apoio do spinolismo, ainda que não na mesma medida que o PPD.

Para além da estruturação política que conferiu ao partido uma implementação assinalável no Centro e Norte do país e conseqüente tipificação de um eleitorado, o partido alcança uma dimensão singular em todo o espectro político com a sua dimensão organizacional no ultramar. Outro factor positivo no comportamento do MFP-PP, é o edifício ideológico bem consolidado nos pilares ideológicos da direita política com uma noção muito arreigada do gaullismo, o que atribuiu um carácter distintivo ao partido. Não só pelo facto de criar um espaço político próprio dentro das direitas, mas pela capacidade de afirmar uma personalidade vincada nesse campo do espectro político, numa altura que, apesar de assaz doutrinária, era de manifesta dominância sociocultural das esquerdas no contexto nacional.

Não obstante, é indiscutível o facto de que o projecto político do MFP-PP falha em toda linha. Sobretudo tendo em conta o grande móbil do partido que conferia ao MFP-PP uma dinâmica centrípeta no seu espaço político, o ultramar. Não só não conseguem vencer a batalha política do federalismo face ao modelo de entrega imediata aos movimentos guerrilheiros marxistas-leninistas propugnado pelas esquerdas, como tampouco faz valer qualquer tipo de consulta referendária para decidir o futuro daquelas populações. Sendo ainda dentro do seu período de

actividade que são assinados os acordos de transferência de poder político integral para o PAIGC na Guiné e Cabo Verde e para a FRELIMO em Moçambique.

Se por um lado o MFP-PP, dentro da sua lógica frentista, e tendo conta o papel liderante que desempenhava na sua área política, tem um ónus acrescido no facto de apenas ter conseguido reunir dois partidos na “grande coligação das direitas”, a FDU, demonstrando uma certa incapacidade para recuperar o dinamismo centrípeto após o 27 de Julho de 1974, deixando de fora partidos que anteriormente tinham colaborado com o MFP-PP, como é o caso do MPP. Por outro lado, o facto do Presidente da República encarar, desde a primeira hora, o MFP-PP, e toda a restante área da direita, como um mero aliado secundário, a quem recorre apenas em último recurso, sendo a malograda manifestação do 28 de Setembro é disso ilustrativa, impossibilita a formação de um bloco político capaz de disputar o poder efectivo do Estado com as esquerdas, unidas nesta altura do período revolucionário em torno da Comissão Coordenadora. Para afrontar a frente popular de PS e PCP, apenas desfeita já após a demissão de Spínola devido à questão da unidade sindical, o então Presidente da República preferiu apostar em dois partidos, entronizando ambos nos órgãos de poder, PPD e CDS, que nunca pareceram dispostos em desempenhar as funções de braço civil da presidência da república, salvo um breve período de colaboração no I Governo Provisório por parte de Sá Carneiro.

Assim, terá faltado ao MFP-PP, ou mesmo ao projecto da FDU, uma liderança mobilizadora, capaz de impedir a deslocação do eixo político tão para esquerda conforme sucedeu, dado que para além dos grupos de jovens nacionalistas da década de 60, de que é exemplo o grupo da Cidadela, lançando os embriões do MFP-PP, todas as figuras da direita política optaram por recolher à vida privada, como foi o caso do general Venâncio Deslandes, ou exilarem-se. Desde logo, teria sido importante para diminuir a dependência que se fazia sentir no MFP-PP, e genericamente da área política que lhe corresponde, face ao Presidente da República e às vicissitudes da ala político-militar que o apoiava. Isto é, apesar de, efectivamente, haver no seio do MFP-PP uma convicção política bonapartista, partidária do reforço de poderes do Presidente da República, é também factual que o partido nunca almejou autonomizar-se das suas escolhas políticas, procurando, pelo contrário, o seu beneplácito sempre que possível. Mesmo quando as suas opções se revelavam perniciosas para os interesses do partido, sendo paradigmática a ocasião de 27 de Julho de 1974, em que o partido escolhe deliberadamente não criticar a presidência da república, escudando-se numa crítica velada à Junta de Salvação Nacional.

Com isto, não deixa de ser factual que o MFP-PP estava relativamente bem posicionado ao nível de relações e pontos de contacto com o poder político-militar da presidência do general Spínola, sendo disso exemplo a própria ligação pessoal que José Valle de Figueiredo mantinha com o general, como depois se veio a demonstrar na militância no MDLP, bem como os contactos com o assessor diplomático da presidência, embaixador Nunes Barata, e o seu ajudante-de-campo, capitão Armando Ramos. O que, em caso de sucesso político-militar spinolista, hipótese que ainda foi real durante Maio de 1974, deixaria o MFP-PP numa hipotética boa posição de representatividade junto do poder político-militar, e futuramente enquanto parte de um bloco político civil de apoio ao general, à imagem do que aconteceu em França com Charles de Gaulle. Todavia, tendo sucedido o cenário exactamente oposto, o MFP-PP viu-se completamente dependente do apoio aos intentos do general após o 27 de Julho de 1974. Assim, o MFP-PP acaba, inclusive, por participar na organização da manifestação de 28 de Setembro, mesmo sendo o partido praticamente unânime na sua rejeição, na medida em que não lhe restava autonomia estratégica para se dissociar da estratégia spinolista sem que com isso não sofresse represálias das esquerdas unidas em torno da Comissão Coordenadora, como de resto veio a suceder.

O relacionamento com os partidos à esquerda, mormente a rivalidade construída com o PCP, evidenciada ao longo do Verão de 1974 com as escaramuças ocorridas de Norte a Sul do país, recíproca ao ponto de este ter constituído o MFP-PP como principal alvo da sua “táctica de salamização” do sistema político através da “intentona” do 28 de Setembro, é, de resto, mais uma prova da relevância política do partido e do papel que este poderia ter ocupado na democracia portuguesa.

De facto, o desmantelamento sucessivo de todas as organizações políticas à direita do CDS, mas sobretudo do MFP-PP- na medida em que era o partido à direita do espectro político pós-revolucionário mais bem estruturado e organizado, bem como com maior densidade ideológica-, trouxe consequências para a democracia portuguesa plasmadas no seu sistema político. Desde logo, forçando os partidos de centro, CDS, e até mesmo centro-esquerda, PPD, a assumirem o ónus da representação da direita política, gerando 2 fenómenos concomitantes entre eles. O primeiro, consequência imediata do vazio deixado à direita no espectro político, é o entrismo dos militantes órfãos de morada ideológica nestes partidos, originando o problema supramencionado, ao deslocar ambos para a sua direita, gerando uma tensão entre as bases militantes e as cúpulas partidárias, em que, genericamente, as direcções

de PPD e CDS estão quase sempre à esquerda dos seus eleitores. Por conseguinte, dá-se um problema de falta de representatividade política, dado o acantonamento das diversas direitas em duas famílias políticas que, efectivamente, não surgiram para as representar. Houve, portanto, deslocação permanente do centro gravitacional da política portuguesa para a sua esquerda, não por vicissitudes eleitorais, mas antes por uma vazão político-ideológico que desequilibra o sistema político português *a priori*.

São disto ilustrativos os exemplos dos percursos políticos de grande parte dos ex-dirigentes do MFP-PP que acabariam por militar no CDS e até desempenhar cargos políticos pelo partido. Transitaram da direcção do partido para o CDS, Luís Sá Cunha, José da Costa Deitado, bem como Miguel Seabra, sendo que José Valle de Figueiredo foi ainda por uma vez candidato independente apoiado pelo partido à Câmara Municipal de Tondela. Para além disso, outros militantes como Manuel Cavaleiro Brandão ou António Gomes de Pinho vieram a desempenhar funções de deputado à Assembleia da República também pelo CDS, Diogo Pacheco de Amorim viria também a ser chefe de gabinete do CDS na Assembleia da República, sendo que Manuel Rebanda desempenhou também o cargo de vice-presidente da Câmara Municipal de Coimbra pelo mesmo partido. A excepção no concernente a nova militância partidária foi José Miguel Júdice, que viria a filiar-se no PPD pela sua crença no projecto de terceira via de integração socioeconómica das classes mais desfavorecidas.

A militância activa de, pelo menos, todos estes ex-dirigentes e militantes do MFP-PP é, pois, prova empírica da actualidade de grande parte dos vectores ideológicos do partido que, por via dos fenómenos sociopolíticos supracitados, acabaram por ser incluídos na agenda destes partidos, principalmente do CDS. Mormente a ideia municipalista, de descentralização de competências em detrimento do regionalismo, defendendo a unidade nacional, bem como a ideia de defesa da lavoura, sendo que a questão socioeconómica do MFP-PP apresenta similitudes com a corrente democrata-cristã do CDS, não obstante choque com as teses mais liberais, havendo, nessa matéria, maior afinidade com o PPD. Na transição de CDS para CDS-Partido Popular, o partido viria também a adoptar durante algum tempo o eurocepticismo do MFP-PP, ancorado na ideia de independência nacional e económica, através do reforço da produção nacional, tomando também parte na questão ultramarina, adaptada ao contexto, defendendo maior estreitamento de laços com os países lusófonos. Essa, de resto, foi a fase com maiores similitudes entre o ideário do CDS, então Partido Popular, e o extinto MFP-PP. Não obstante, não houve nunca o preenchimento estabilizado no

sistema político português da direita nacionalista democrática, de defesa do primado político sobre a economia, com um modelo socioeconómico de tendência gaullista, e de defesa da soberania nacional.

FONTES/BIBLIOGRAFIA CONSULTADAS**I Fontes Impressas**Jornais

Diário de Lisboa (25 de Abril de 1974- 1 de Outubro de 1974)

Expresso (1974)

Jornal do Comércio (1974)

Jornal Português da Economia e da Finança (1974)

Tribuna Popular (1974)

Testemunhos e Memórias:

ABREU, Paradela De- *Do 25 de Abril ao 25 de Novembro: Memória do Tempo Perdido*, Lisboa, Editorial Intervenção, 1983

AMARAL, Diogo Freitas do- *O Antigo Regime e a Revolução: memórias políticas (1941-1975)*, Venda Nova, Bertrand Editora, 1995

AMORIM, Fernando Pacheco de- *Portugal Traído*, Madrid, Edição do Autor, 1975

AMORIM, Fernando Pacheco de- *Manifesto contra a Traição*, Braga, Edição do Autor, 1976

CALVÃO, Guilherme Alpoím- *De Conakry ao M.D.L.P.: dossier secreto*, Lisboa, Intervenção, 1976

CÂMARA, Maria João da- *Sanches Osório. Memórias de uma revolução*, Lisboa, Oficina do Livro, 2019

CHARAIS, Franco- *O Acaso e a História*, Lisboa, Âncora Editora, 2005

CHARAIS, Franco- *História Viva, 25 de Abril: Golpe Militar ou Revolução?*, Lisboa, Âncora Editora, 2013

OSÓRIO, José Eduardo Sanches- *O Equívoco do 25 de Abril*, Lisboa, Editorial Intervenção, 1975

PEREIRA, António Maria- *A Burla do 28 de Setembro*, Amadora, Livraria Bertrand, 1976

Pinto, Jaime Nogueira- *Portugal- Os Anos do Fim*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 2014

SPÍNOLA, António de- *País sem Rumor, Contributo para a História de uma Revolução*, Lisboa, Editora Scire, 1978

Outros Documentos:

AMORIM, Fernando Pacheco de- *Três Caminhos da Política Ultramarina*, Coimbra, Edição do Autor, 1962

AMORIM, Fernando Pacheco de- *Na Hora da Verdade, Colonialismo e Neo-Colonialismo na Proposta de Lei da Revisão Constitucional*, Coimbra, Edição do Autor, 1972

DÂMASO, Eduardo- *A Invasão Spínolista*, Lisboa, Fenda, 2012

DUGOS, Carlos- *MDLP-ELP - O que são?*, Amadora, Edições Acrópole, 1976

JÚDICE, José Miguel- *José António Primo de Rivera*, Coimbra, Cidadela, 1972

JÚDICE, José Miguel- *Do Voluntarismo na Revolução Portuguesa*, Coimbra, JMAJ, 1976

JÚDICE, José Miguel- *Portugal á Deriva*, Lisboa, Edições do Templo, 1978

FAURE, Edgar- *Contrato Social*, Lisboa, Editorial Futura, 1974

FIGUEIREDO, José Valle de- *Europa: Sentido e Acção*, em *Tempo Presente*, nº27, Julho de 1961

FIGUEIREDO, José Valle de- *A Juventude e a Revolução Nacional*, Braga, Governo Civil de Braga, 1963

FIGUEIREDO, José Valle de- *Para definir uma geração*, em *Combate*, nº11, 15 de Fevereiro de 1964

FIGUEIREDO, José Valle de; GOMES, Pinharanda e BESSA; António Marques- *Significado e valor das eleições. O país real: mesas redondas*, Braga, Editora Pax, 1974

PRATA, Rafael *et al.*- Portugal Novo: *Movimentos e Partidos Políticos*, Lisboa, O Emigrante, 1974

RODRIGUES, Avelino; BORGA, Cesário; CARDOSO Mário- *Portugal Depois de Abril*, Lisboa, António dos Reis, 1976

SPÍNOLA, António de- *Portugal e o Futuro*, Lisboa, Editora Arcádia, 1974

SPÍNOLA, António de- *Ao Serviço de Portugal*, Lisboa, Ática/Livraria Bertrand, 1976

II- Fontes Orais

Entrevista a Diogo Pacheco de Amorim, fundador da Cidadela, Militante do MFP-PP, dirigente político do MDLP e sobrinho de Fernando Pacheco de Amorim, Lisboa, Maio de 2022

Entrevista a Jaime Nogueira Pinto, Fundador da FRA, Lisboa, 3 de Julho de 2020

Entrevista a José Luís Andrade, dirigente MFP-PP, Lisboa, Maio de 2022

Entrevista a José Miguel Júdice, fundador do MFP-PP, Lisboa, Dezembro de 2019 e Outubro de 2021

Entrevista a José Valle de Figueiredo, fundador do MFP-PP, Porto, Maio de 2022

Entrevista a Manuel Rebanda, dirigente MFP-PP de Coimbra, Coimbra, Abril de 2022

BIBLIOGRAFIA

AMARAL, Diogo Freitas do *et al.*- *Uma Introdução à Política*, Lisboa, Bertrand Editora, 2014

BARRETO, António e MÓNICA, Maria Filomena- *Dicionário de História de Portugal*, Volumes VII/VIII/IX, Porto, Figueirinhas, 1999-2000

BOBBIO, Norberto *et al.*- *Dicionário de Política*, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2000

COELHO, Mário Bapista- *Portugal- O Sistema Político e Constitucional 1974-87*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1989

CERVELLÓ, Joseph- *A Revolução Portuguesa e a sua influência na Transição Espanhola: 1961-1976*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1993

CERVELLÓ, Joseph- *Cronologia das organizações de direita (1973-1976)*, Tarragona, Universidad Rovira y Virgili, 1994

- CRUZ, Manuel Braga e RAMOS, Rui- *Marcelo Caetano, Tempos de Transição*, Porto, Porto Editora, 2012
- FERREIRA, José Medeiros- *Portugal em Transe* in *História de Portugal*, direcção de José Mattoso, volume VIII, Lisboa, Editorial Estampa, 1994
- FORTES, Braulio Gómez- *O Controlo Político dos Processos Constituintes. Os Casos da Espanha e de Portugal*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2010
- GEDDES, Barbara- What do we know about democratization after twenty years?, *Annual Review of Political Science*, Volume II, 1999, pág. 115-144
- MARCHI, Riccardo- (2008) *A direita radical na Universidade de Coimbra (1945-1974)*, *Análise Social*, Volume XLIII, pág.551-576
- MARCHI, Riccardo- *As direitas radicais na transição democrática portuguesa, Ler história*, nº63, 2012, p.125-141
- MARCHI, Riccardo, *et al - Ideias e Percursos das Direitas Portuguesas*, Lisboa, Texto Editora, 2014
- MARCHI, Riccardo- *Império, Nação, Revolução: As Direitas Radicais Portuguesas no Fim do Estado Novo (1959-1974)*, Lisboa, Texto Editores, 2016
- MARCHI, Riccardo- *À direita da revolução: resistência e contra-revolução no PREC (1974-1975)*, Lisboa, Objectiva, 2020
- MALTEZ, José Adelino- *Tradição e Revolução: uma biografia do Portugal político do século XIX ao século XX*, Lisboa, Tribuna da História, 2005
- PINTO, Jaime Nogueira- *A direita e as Direitas*, Lisboa, Bertrand Editora, 2018
- REIS, António *et al*- *Portugal, 20 anos de Democracia*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993
- REIS, António Santos, REZOLA, Maria Inácia e SANTOS, Paula Borges - *Dicionário de História de Portugal: O 25 de Abril*, Lisboa, Figueirinhas, 2016
- RAMOS, Rui *et al* – *História de Portugal*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2015
- REZOLA, Maria Inácia- *Os Militares na Revolução de Abril. O Conselho da Revolução e a transição para a democracia em Portugal*, Lisboa, Campo da Comunicação, 2006
- REZOLA, Maria Inácia- *25 de Abril: Mitos de uma Revolução*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2007
- RODRIGUES, Luís Nuno- *Spínola*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2010
- RUIVO, Francisco Bairrão- *Spínola e a revolução: do 25 de Abril ao 11 de Março de 1975*, Lisboa, Bertrand, 2015
- SANTIAGO, Maria José Tíscar- *A Contra-Revolução no 25 de Abril: Os “Relatórios António Graça” sobre o ELP e AGINTER PRESSE*, Lisboa, Edições Colibri, 2014

SANTOS, Boaventura Sousa, CRUZEIRO, Maria Manuela, COIMBRA, Maria Natércia- O Pulsar da Revolução. Cronologia da Revolução de 25 de Abril (1973-1976), Santa Maria da Feira, Edições Afrontamento/ Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra, 1997 (<http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=Cronologiapulsar>)

SOUSA, Marcelo Rebelo de- *Os partidos políticos no direito constitucional português*, Braga, Livraria Cruz, 1983

VALENTE, Vasco Pulido- Marcello Caetano - *As Desventuras da Razão*, Lisboa, Gótica, 2002